



Raul do Rio Branco (1873-1945) nasceu em Paris. Tal como o Barão do Rio Branco, viveu grande parte da vida ofuscado pela figura paterna. Formou-se em direito considerou seguir a carreira militar na França, mas acabou na diplomacia por insistência do pai, que lhe conseguiu a nomeação como seu auxiliar na arbitragem sobre o Amapá. Decreto de 31 de dezembro de 1900 oficializou o ingresso de Raul na carreira diplomática. Foi Secretário da Legação do Brasil em Berlim, outra vez sob a chefia do pai. Em 1902, o Barão tornou-se Chanceler, e Raul foi enviado a Roma para auxiliar Joaquim Nabuco na missão especial que preparava a defesa brasileira na disputa arbitral com a Grã-Bretanha. Meses depois da morte do pai, Raul foi enviado para chefiar a Legação brasileira em Berna, onde teve participação direta como um dos pioneiros da diplomacia multilateral do Brasil. Mais evidente ainda foi o papel desempenhado por Raul na internacionalização do esporte brasileiro. Ele próprio um esportista versátil e amigo de Pierre de Coubertin, tornou-se o primeiro membro brasileiro do Comitê Olímpico Internacional. Em 14 de abril de 1934, Raul foi aposentado compulsoriamente como Ministro Plenipotenciário de 1ª classe. Não retornaria ao Brasil. Ficou residindo na Suíça em sua casa em Coppet, nas cercanias de Genebra, e faleceu em janeiro de 1945.

No início de 1910 o Barão do Rio Branco desesperava-se no Palácio Itamaraty. Em agudo contraste com a invariável contenção e sangue frio nas mais graves crises diplomáticas e políticas, a agonia do filho Raul, então próximo dos 37 anos, o abalara profundamente. Em meio ao desespero, o Barão revelou os dois elementos-chave para compreender a relação com o primogênito e, assim, a importância deste depoimento de Raul sobre o pai, agora republicado pela FUNAG: o impacto de seu nascimento na trajetória pessoal de Juca Paranhos e a profundidade dessa relação de pai e filho, que fez de Raul testemunha inigualável da vida, obra, sentimentos e pensamentos íntimos do futuro patrono da diplomacia brasileira.

Organizado em 39 capítulos bastante curtos, as *Reminiscências* trazem histórias saborosas sobre a vida privada e amizades de Paranhos Júnior. As anedotas passam sempre pelo filtro do filho dedicado. Mas, mesmo assim, alguns episódios – às vezes não intencionalmente – vislumbram situações curiosas e mesmo constrangedoras. Os relatos sobre as negociações e decisões políticas trazem elementos adicionais e anedotas para detalhar, contextualizar e colorir o que se sabe sobre as decisões e estratégias do estadista.



REMINISCÊNCIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
POR SEU FILHO, O EMBAIXADOR RAUL DO RIO BRANCO



REMINISCÊNCIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

POR SEU FILHO,
O EMBAIXADOR RAUL DO RIO BRANCO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

O relato de Raul parte sempre do ponto de vista de um filho amoroso e imensamente dedicado em preservar e incensar a memória paterna. Como qualquer outra fonte, em termos historiográficos, a versão que ele nos oferece deve ser recebida de forma crítica, mas não por isso se torna menos valiosa. Não há como deixar de reconhecer que, na maturidade, ninguém gozou de maior intimidade com o Barão do que o filho e auxiliar direto por muitos anos. Dentre todos os amigos e filhos, Raul foi, sem dúvida, aquele com mais acesso às convicções íntimas e aos sentimentos de Paranhos Júnior. Pese os cuidados indispensáveis na análise das versões apresentadas, as *Reminiscências* constituem, portanto, fonte imprescindível e insubstituível para compreender José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.



REMINISCÊNCIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

POR SEU FILHO,
O EMBAIXADOR RAUL DO RIO BRANCO



REMINISCÊNCIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

POR SEU FILHO,
O EMBAIXADOR RAUL DO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado

Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

Secretária-Geral

Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDACÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente

Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Centro de História
e Documentação Diplomática

Embaixador Gelson Fonseca Junior

Diretor do Instituto de Pesquisa
de Relações Internacionais

Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Granja e Barros

Maitê de Souza Schmitz

Daniella Poppius Vargas

Maria Regina Soares de Lima

João Alfredo dos Anjos Junior

Maurício Santoro Rocha

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos

Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

REMINISCÊNCIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

POR SEU FILHO,
O EMBAIXADOR RAUL DO RIO BRANCO



Brasília – 2023

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta
Alessandra Marin da Silva
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Nycole Cardia Pereira

Revisão e Pesquisa Bibliográfica:

Luiz Antônio Gusmão

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R585re

Rio Branco, Raul da Silva Paranhos do, 1873-1945.

Reminiscências do Barão do Rio Branco por seu filho, o Embaixador Raul do Rio Branco / Raul da Silva Paranhos do Rio Branco - Brasília : FUNAG, 2023.

203 p. : il.

ISBN: 978-85-7631-890-3

1. História - Brasil 2. História diplomática 3. Diplomata-Biografia 4. Diplomacia brasileira 5. Diplomatas brasileiros 6. Barão do Rio Branco I. Título II. Biografia

CDU: 929(Paranhos Jr., José Maria da Silva)
929(Rio Branco, Barão do)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
FOTOS	17

PRIMEIRA PARTE (1845-1876)

1. AS FONTES	27
2. A ASCENDÊNCIA	31
3. A MENINICE.....	35
4. ESTUDANTE DE DIREITO EM SÃO PAULO.....	39
5. A GUERRA DO PARAGUAI	43
6. PRIMEIROS TRABALHOS HISTÓRICOS.....	47
7. VIAGEM À EUROPA.....	53
8. PRIMEIROS PASSOS DA VIDA.....	59
9. DEPUTADO-GERAL.....	63
10. REDATOR DE A NAÇÃO	67
11. ABANDONO DA POLÍTICA.....	71

SEGUNDA PARTE

12. CÔNSUL EM LIVERPOOL	75
13. A FAMÍLIA EM PARIS	81
14. UMA VISITA A PEDRO II.....	85
15. VERLAINE.....	89
16. PRADO E LEVASSEUR	93

17. ELISÉE RECLUS.....	99
18. JULES DUMONTIER	103
19. VIAGEM À RÚSSIA	107
20. A REPÚBLICA NO BRASIL	111
21. INSPETOR DE IMIGRAÇÃO.....	115
22. DANTAS E SILVEIRA MARTINS.....	119

TERCEIRA PARTE

23. A QUESTÃO DAS MISSÕES.....	125
24. SENTENÇA DO PRESIDENTE CLEVELAND	131
25. GUIANA FRANCESA E INGLESA	135
26. JOAQUIM NABUCO	141
27. A VIDA SOCIAL EM BERNA	145
28. SOUSA CORREIA.....	149
29. DEMOCRACIA SEM DEMAGOGIA	153
30. A SENTENÇA DO CONSELHO FEDERAL SUÍÇO	157
31. TRAÇOS FÍSICOS E DESPORTES	161
32. O FUMO E A MESA.....	165
33. SENTIMENTOS RELIGIOSOS	169
34. O CARDEAL BRASILEIRO	173
35. IDEIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS	177
36. PREOCUPAÇÕES LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS	183
37. SISTEMAS DE TRABALHO	189
38. TRÊS CASOS INTERNACIONAIS.....	193
39. EPISÓDIOS FINAIS.....	199

PREFÁCIO

Luís Cláudio Villafañe G. Santos*

No início de 1910, o Barão do Rio Branco desesperava-se no Palácio Itamaraty. Em agudo contraste com a invariável contenção e sangue frio nas mais graves crises diplomáticas e políticas, a agonia do filho Raul, então próximo dos 37 anos, o abalara profundamente. Sempre refratário a aberturas e muito menos confissões íntimas, já desalentado, ele confidenciou ao amigo Gastão da Cunha: “Este filho era tão bom e tão dedicado a mim, o que mais companhia me fez. O Paulo é um moço bom e distinto, mas não tem por mim a dedicação deste...”. Além comparar os dois filhos homens indicando o favoritismo pelo primogênito, ainda acrescentou: “Este filho fez uma revolução na minha vida. O senhor sabe: foi ele quem me fez tomar rumo”¹.

Raul passava por uma grave crise por conta da sífilis de que era portador. Antes da descoberta da penicilina na década de 1940, a enfermidade, além de não ter cura, era de difícil controle. Sob a direção do médico da família, Hilário de Gouveia, foi-lhe aplicado um então recentíssimo tratamento à base de um composto de arsênico, desenvolvido pelo alemão Paul Ehrlich pouco menos de quatro anos antes, mas que já tinha valido a Ehrlich o Nobel de Medicina de 1908. Tratado com arsfenamina, a “bala mágica” do doutor Ehrlich², Raul

* Embaixador de carreira e historiador.

1 Gastão da Cunha, diário: 19/01/1910. *Apud* VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8ª ed. São Paulo/Salvador: Editora Unesp/EDUFBA, 2008, 515-516.

2 O impacto popular da descoberta do medicamento pode ser medido pelo lançamento, em 1940, do filme “Dr. Ehrlich’s Magic Bullet”. Apesar do tema espinhoso, foi candidato ao Oscar de melhor roteiro, mas perdeu para “The Great McGinty”, uma comédia sobre a corrupção política nos Estados Unidos.

recuperou-se e não somente sobreviveu ao pai – que faleceu pouco mais de dois anos depois –, como ainda viveria mais de três décadas.

Em meio ao desespero, o Barão do Rio Branco revelou os dois elementos-chave para compreender a relação com o primogênito e, assim, a importância deste depoimento de Raul sobre o pai, agora republicado pela FUNAG: o impacto de seu nascimento na trajetória pessoal de Juca Paranhos e a profundidade dessa relação de pai e filho, que fez de Raul testemunha inigualável da vida, obra, sentimentos e pensamentos íntimos do futuro patrono da diplomacia brasileira.

Fruto de uma gravidez indesejada, Raul nasceu em 20 de fevereiro de 1873, em Paris, e de fato transformou as perspectivas do então boêmio Juca Paranhos. Ao contrário do que Raul afirma nas páginas 57-58, o pai não conhecera sua mãe, Marie Stevens, na viagem pela Europa que o jovem Juca Paranhos fez entre 1867 e 1868. O encontro entre os dois deu-se no Rio de Janeiro, provavelmente em fins de 1870 ou em 1871.

Naquele momento, Juca Paranhos já fora eleito deputado pelo Mato Grosso, mesmo estado pelo qual o avô de Raul, o Visconde do Rio Branco, era senador vitalício. A carreira política do Visconde, aliás, logo atingiria o ápice, tendo o primeiro Rio Branco chefiado o Gabinete mais longo do Império, de 1871 a 1875. Era expectativa geral de que Juca seguiria os passos do patriarca dos Paranhos em uma exitosa carreira política.

As perspectivas de Marie, em contraste, eram pouco promissoras. Nascida Bélgica em uma família de poucos recursos, ela viera ao Brasil em busca de melhores oportunidades e desde fins de 1870 trabalhava como corista em um estabelecimento, onde – nas palavras de Machado de Assis –, “todas as noites, por entre baforadas de fumo e de álcool, se vê e se ouve aquilo que nossos país nunca viram ou ouviram,

embora se diga que é sinal de progresso”³. No *Alcazar Lyrique du Père Arnaud* os ricos e poderosos do Rio de Janeiro se divertiam bebendo, fumando e conversando enquanto assistiam apresentações musicais e espetáculos atrevidos. As “odaliscas alcazalinhas” com frequência tornavam-se amantes de algum dos clientes assíduos, como era o caso do boêmio Juca Paranhos.

Em 1872, o poderoso Visconde do Rio Branco determinou que o filho fosse em campanha política ao Mato Grosso para assegurar a reeleição como deputado e aproveitou a ausência de Juca para fazer com que Marie fosse embarcada de volta para a Europa, de forma a acabar com o tórrido romance que ele julgava inconveniente.

Retornando ao Rio de Janeiro, Juca já não encontrou Marie, mas em seguida receberia desde Paris a notícia de que estava por ser pai. Diante do nascimento daquele que seria o primeiro dos cinco filhos do casal, Juca Paranhos escolheu um caminho intermediário para equacionar a situação: não abandonou Marie e Raul à própria sorte na Europa, mas tampouco se casou com a namorada. Fez com que ela voltasse ao Rio de Janeiro e a instalou com o bebê em uma casa longe de sua família e dos amigos da alta sociedade carioca. Continuou a desfrutar da vida de solteiro com que estava acostumado. Vale dizer que ele assumiu a paternidade de Raul, ainda que o batizado da criança tenha demorado quase dois anos pela resistência do avô em aceitar os fatos, só se realizando em novembro de 1874. Aliás, o Visconde do Rio Branco manteve-se até a morte, em 1880, distante dos netos e nunca reconheceu a relação do filho com Marie. Como parte de um esforço de aproximação, a avó, D. Teresa Paranhos foi escolhida para madrinha de batismo. Ela, contudo, não compareceu à cerimônia, sendo representada por Gusmão Lobo, amigo de Juca.

3 ASSIS, Machado de. *Semana Ilustrada*. Crônicas do Dr. Semana. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, Vol. 22, p. 248.

Para padrinho, o casal escolheu outro companheiro do pai da criança, Paulo Bittencourt.

Antes de deixar o Brasil, em 1876, o casal ainda teria Maria Clotilde, nascida em maio de 1875, e Marie partiria para a Europa já grávida do terceiro filho, Paulo, que nasceria em Paris. Em suas *Reminiscências*, Raul faltaria à verdade ao afirmar, na página 68, que os pais se teriam casado em 1872. O casamento só se realizou, em Londres, em 18 de setembro de 1889, quando os noivos, já com cinco filhos, levavam mais de dezessete anos juntos e Raul já ultrapassava os dezesseis anos.

Não será apenas nesse detalhe que as afirmações contidas nas *Reminiscências do Barão do Rio Branco* devem sempre ser vistas com um grão de sal e contrastadas com outras fontes. O relato de Raul parte sempre do ponto de vista de um filho amoroso e imensamente dedicado em preservar e incensar a memória paterna. Como qualquer outra fonte, em termos historiográficos, a versão que ele nos oferece deve ser recebida de forma crítica, mas não por isso se torna menos valiosa.

Não há como deixar de reconhecer – como fica evidente no episódio da grave enfermidade em 1910 – que, na maturidade, ninguém gozou de maior intimidade com o Barão do que o filho e auxiliar direto por muitos anos. Fechado e introvertido, Paranhos Júnior não se dava a conhecer, nem mesmo aos amigos íntimos. Joaquim Nabuco diria com muita razão:

O Rio Branco é uma esfinge, creio que o foi para o pai e o é para os filhos, certamente o é para os íntimos e o terá sido para os colegas de gabinete e presidentes. Ninguém o penetrou nunca. Mas mesmo por não se poder penetrar não se lhe deve imputar nenhuma intenção precisa. Às

vezes se lhe atribuirá hostilidade ou prevenção quando ele esteja animado pelo contrário de benevolência.⁴

Dentre todos os amigos e filhos, Raul foi, sem dúvida, aquele com mais acesso às convicções íntimas e aos sentimentos de Paranhos Júnior. Pese os cuidados indispensáveis na análise das versões apresentadas, as *Reminiscências* constituem, portanto, fonte imprescindível e insubstituível para compreender José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Organizado em 39 capítulos bastante curtos, as *Reminiscências* trazem histórias saborosas sobre a vida privada e amizades de Paranhos Júnior. As anedotas passam sempre pelo filtro do filho dedicado. Mas, mesmo assim, alguns episódios – às vezes não intencionalmente – vislumbram situações curiosas e mesmo constrangedoras. Os relatos sobre as negociações e decisões políticas trazem elementos adicionais e anedotas para detalhar, contextualizar e colorir o que se sabe sobre as decisões e estratégias do estadista.

No plano mais pessoal, não há dúvidas de que as descrições sobre os atributos físicos e hábitos do Barão têm em Raul sua fonte mais autorizada. Os comentários sobre as ideias e sentimentos do pai confirmam a percepção geral dos biógrafos de um Rio Branco fortemente conservador, de valores aristocráticos, que partilha a visão da elite saquarema e os preconceitos de seu tempo: as referências a questões de raça e gênero são compatíveis com o pensamento prevalecente no meio em que cresceu e foi socializado, inclusive na longa permanência na Europa. Pelo relato de Raul – que certamente coincidia com o pai nessas visões – o preconceito racial, acentuadíssimo naquelas décadas ainda logo após a abolição da escravidão, também contaminava as percepções do pai, ainda que matizado por um discurso paternalista e algo contraditório. Em um bom exemplo, na página 64 Raul afirma: “Não tendo preconceitos

4 Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 12/01/1907.

de raças, pensava que as duas inferiores, os índios e os africanos, haviam geralmente conquistado do direito à liberdade, nos campos dos Guararapes (...) e mais tarde nos campos do Paraguai”. Outros conceitos similares pontuam o texto e refletem uma atitude que se hoje (mas não o era na época) é – no mínimo – constrangedora, não o diferenciava do conjunto da elite brasileira daquele momento⁵.

Quando da morte do visconde do Rio Branco, em 1880, Paranhos Júnior preparou um robusto estudo biográfico sobre o pai. O texto foi publicado apenas após o autor ter falecido, nas páginas da *Revista Americana* em 1916 e 1917⁶. Mesmo que inevitavelmente encomiástico, em termos historiográficos, o ensaio do segundo Rio Branco sobre o visconde mostra-se incomparavelmente superior ao trabalho de Raul sobre Paranhos Júnior⁷. O terceiro Rio Branco, contudo, propôs-se desde o início elaborar um trabalho mais modesto; explicou que não teve “o intuito de estudar a vida do Barão do Rio Branco, mas suprir certas lacunas e corrigir algumas inexatidões nos ensaios, que apareceram sobre ele”.

Tal como o Barão do Rio Branco, Raul viveu grande parte da vida ofuscado pelo brilho da figura paterna. Para ele, inclusive, terá sido ainda mais difícil: sendo filho do Barão e neto do Visconde do Rio Branco, como conviver com as enormes expectativas que inevitavelmente se faziam sobre ele? O irmão Paulo buscou outros

5 São raros os comentários diretos de Rio Branco sobre a questão racial, a despeito do tema se constituir em um foco das discussões correntes no fim do Império e início da República. A visão do Barão sobre a abolição da escravidão está examinada em maior profundidade em SANTOS, Luís Cláudio Villafane G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018: 135-143.

6 Republicado nas *Obras do Barão do Rio Branco* [1945], Volume VII, Brasília: FUNAG, 2012, 149-286.

7 O ensaio de Paranhos Júnior sobre o visconde é igualmente marcado pelo sacrifício da verdade em detalhes que constrangeriam a imagem do biografado pelos padrões morais da época. Já a primeira frase da biografia traz uma evidente inverdade: “José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nasceu em Salvador, a 16 de março de 1819 e era filho legítimo de Agostinho da Silva Paranhos e de dona Josefa Emerenciana Barreiros Paranhos”. Separada do primeiro marido, por não haver divórcio na época, Josefa nem ao menos se poderia casar oficialmente com o bisavô de Raul, que, aliás, só reconheceu a paternidade dos três filhos com Josefa no leito de morte.

caminhos e fez um exitoso percurso na medicina, que estudou e exerceu longe do Brasil, na França. Raul formou-se em direito e chegou a considerar seguir a carreira militar na França, mas acabou na diplomacia por insistência do pai, que lhe conseguiu a nomeação como seu auxiliar na arbitragem sobre o Amapá. Segundo relata no capítulo 35 deste livro, Raul recebeu a iniciativa paterna com “pouco entusiasmo”. Para ele, “o diplomata era um funcionário obrigado a fazer ao Estado o sacrifício inteiro de sua liberdade”. Em todo caso, aceitou e acabaria fazendo uma longa e bem-sucedida carreira, ainda que muito distante do brilho do pai e do avô.

Ainda está por se escrever um estudo biográfico sólido sobre o terceiro Rio Branco, Raul da Silva Paranhos do Rio Branco. Mesmo sem alcançar a glória da linhagem paterna, sua atuação na diplomacia brasileira não foi irrelevante e merece ser estudada.

Na realidade, seu primeiro cargo oficial foi como adido e depois secretário na missão especial em Berna, liderada pelo pai, entre 1898 e 1900. Com a vitória na arbitragem sobre o território do Amapá, o Barão do Rio Branco acabou contemplado com prêmio de trezentos contos de réis, complementado por uma subvenção anual de 24 contos. Além disso, o decreto nº 754, de 31 de dezembro de 1900, previa que “os membros auxiliares das referidas missões de arbitragem de Washington e Berna gozarão das vantagens dos funcionários de carreira, terão preferência para as primeiras nomeações e contarão o tempo de serviço que lhes for relativo”. Ou seja, o decreto oficializou o ingresso de Raul na carreira diplomática e, graças a uma interpretação bastante elástica, foi-lhe concedido tempo de serviço desde janeiro de 1895, quando ele esteve em Washington apenas para acompanhar o pai, a título pessoal, já no finalzinho da missão e testemunhou a entrega do laudo do presidente dos Estados Unidos sobre o território de Palmas.

Concluída a arbitragem sobre o Amapá (em cuja equipe Raul realmente participou, ao contrário da arbitragem sobre Palmas) com outra vitória, a missão especial em Berna foi dissolvida. Em agosto de 1901, já entronizado na carreira diplomática, Raul seria designado secretário da Legação do Brasil em Berlim, outra vez sob a chefia do pai. A permanência do Barão do Rio Branco na Alemanha foi breve, pois, em dezembro de 1902, assumiu o comando do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, e Raul foi enviado a Roma para auxiliar Joaquim Nabuco na missão especial que preparava a defesa brasileira na disputa arbitral com a Grã-Bretanha.

Naquela época, os funcionários da carreira diplomática – em princípio – apenas serviam no exterior, mas terminada a arbitragem do Pirara, em 1905 o Barão requisitou os serviços do filho como auxiliar de seu Gabinete no Rio de Janeiro. Em 1909, Raul foi promovido a primeiro secretário e removido outra vez para a Legação em Berlim, onde passou poucos meses, retornando à capital brasileira ainda no mesmo ano. Sem sair do Rio, em 30 de maio de 1911, foi novamente promovido e nomeado ministro residente em Caracas, para onde nunca chegou a viajar.

Meses depois da morte do pai, Raul teria o destino alterado em 30 de abril de 1912 e enviado para chefiar a Legação brasileira em Berna. No novo destino, o até então solteirão inveterado, casou-se com a francesa Jeanne Françoise de Saint Seymour, Jeanne do Rio Branco. O casal não chegou a ter filhos.

A permanência em Berna se estenderia por mais de duas décadas. Com a retirada do Brasil da Liga das Nações, em 1926, além das questões bilaterais com a Suíça, Raul passaria a também acompanhar as questões multilaterais que se desenvolviam em Genebra e teve participação direta em muitas negociações e tratados⁸. O papel de

8 Foi signatário, por exemplo, da “Convenção Internacional para o controle da produção e regulamentação da distribuição de drogas narcóticas” de 13 de julho de 1931.

Raul como um dos pioneiros da diplomacia multilateral do Brasil é uma lacuna no estudo do personagem e da própria diplomacia brasileira que merece ser preenchido.

Muito mais evidente foi o papel desempenhado por Raul na internacionalização do esporte brasileiro. Ele próprio um esportista versátil – praticou boxe, rúgbi, ciclismo, natação, tiro e esgrima –, Raul tornou-se o primeiro membro brasileiro do Comitê Olímpico Internacional e membro honorário do Comitê Olímpico Brasileiro, em cuja criação desempenhou papel importante. Era amigo de Pierre de Coubertin, que reencontrou em Lausanne em 1913. O fundador e presidente do Comitê Olímpico Internacional convidou o brasileiro a participar como delegado no Congresso Olímpico que realizaria em Paris em 1914.

Raul iniciou uma campanha junto às principais personalidades do esporte brasileiro para fundar um comitê olímpico que viabilizasse a participação brasileira nas Olimpíadas. A campanha desenvolvida por cartas privadas e notas publicadas nos jornais brasileiros acabaria tendo sucesso de forma surpreendentemente rápida. Em 8 de junho de 1914 fundou-se oficialmente o Comitê Olímpico Brasileiro e, assim, o país participou do Congresso Olímpico daquele ano. O Congresso reconheceu o comitê nacional e autorizou a participação do Brasil nos jogos olímpicos internacionais, o que viabilizou a presença brasileira nas Olimpíadas de 1920 em Antuérpia, na Bélgica, a oitava edição do evento. Raul do Rio Branco seria membro efetivo do Comitê Olímpico Internacional de 1913 a 1938.

Para o bem ou para o mal, outro elemento que distinguiria a atuação diplomática de Raul foi o anticomunismo ferrenho, tema que, igualmente, merece estudo mais aprofundado, pois Raul não esteve só nesse debate interno no Itamaraty das décadas de 1920 e 1930, discussão que prosseguirá até muito depois da aposentadoria e morte de Raul. O terceiro Rio Branco, por exemplo, participou

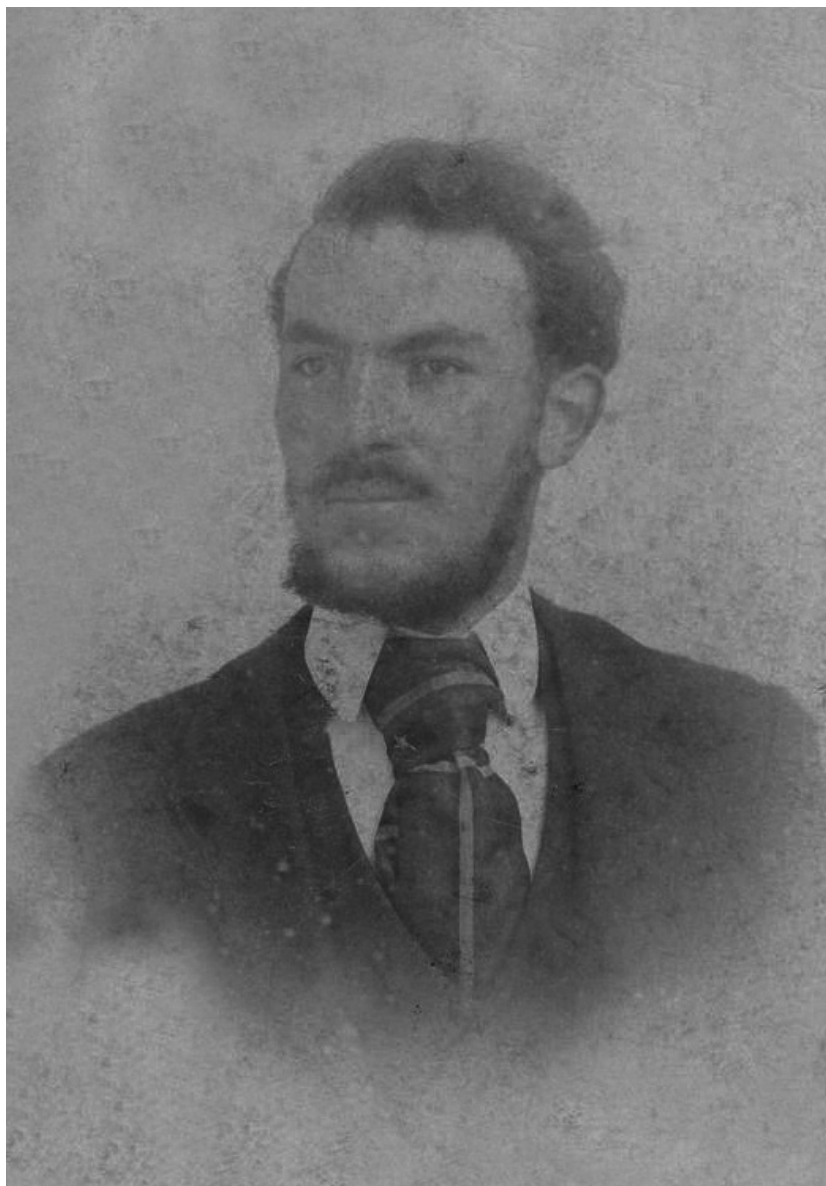
ativamente – primeiro a título pessoal e depois na qualidade de ministro do Brasil em Berna – da “Entente Internationale contre la IIIème Internationale”. No relatório em que conta a participação na sessão de 1933 da organização, Raul avaliou mal o futuro de Stalin: “Os fanáticos do soviétismo estão atualmente muito empenhados em descobrir um sucessor eventual de Lenine, defunto, e de Staline, cuja estrela está empalidecendo; mas não parece fácil encontrar outro monstro igual de energia e de astúcia sim escrúpulo”⁹.

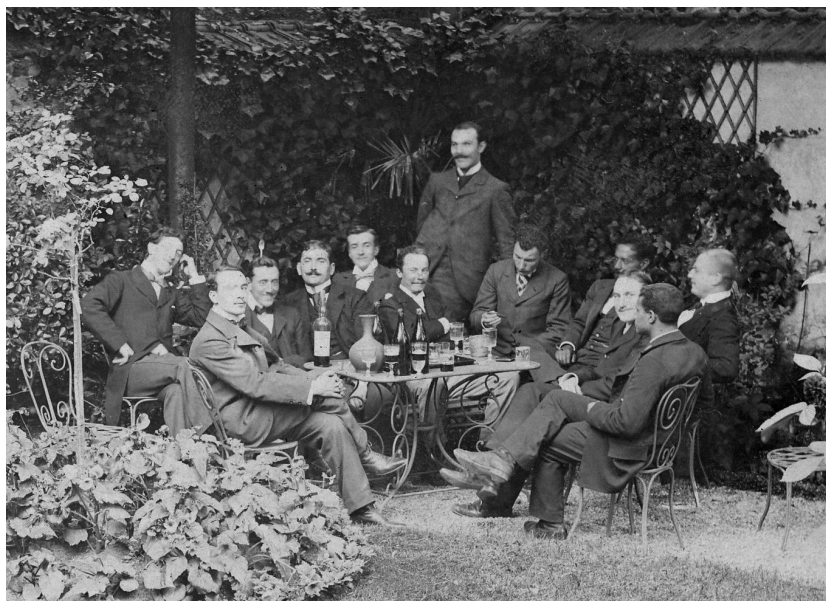
Em 14 de abril de 1934, Raul foi aposentado compulsoriamente como ministro plenipotenciário de 1ª classe. Não retornaria ao Brasil. Ficou residindo na Suíça em sua casa em Coppet, nas cercanias de Genebra. Viveu 24 anos em Berna: de 1899 a 1901 como secretário do pai e desde 4 de outubro de 1912, quando apresentou suas credenciais, até a aposentadoria. Na edição de 7 de março de 1934, o jornal *Gazette de Lausanne* lamentou a partida de Raul da cidade e o definiu como “le plus Suisse des Brésiliens”. Em 1940, encontrava-se gravemente doente: “completamente cego e paralítico dos membros inferiores mas o espírito é de grande lucidez”¹⁰. Faleceria nos primeiros dias de janeiro de 1945.

9 Ofício 28 da Delegação dos Estados Unidos do Brasil em Genebra, de Raul do Rio Branco, de 12 de outubro de 1933. Agradeço a Rogério de Souza Farias a infalível generosidade, desta vez na forma do acesso a documentos sobre Raul do Rio Branco que ele pesquisara no Arquivo Histórico do Itamaraty.

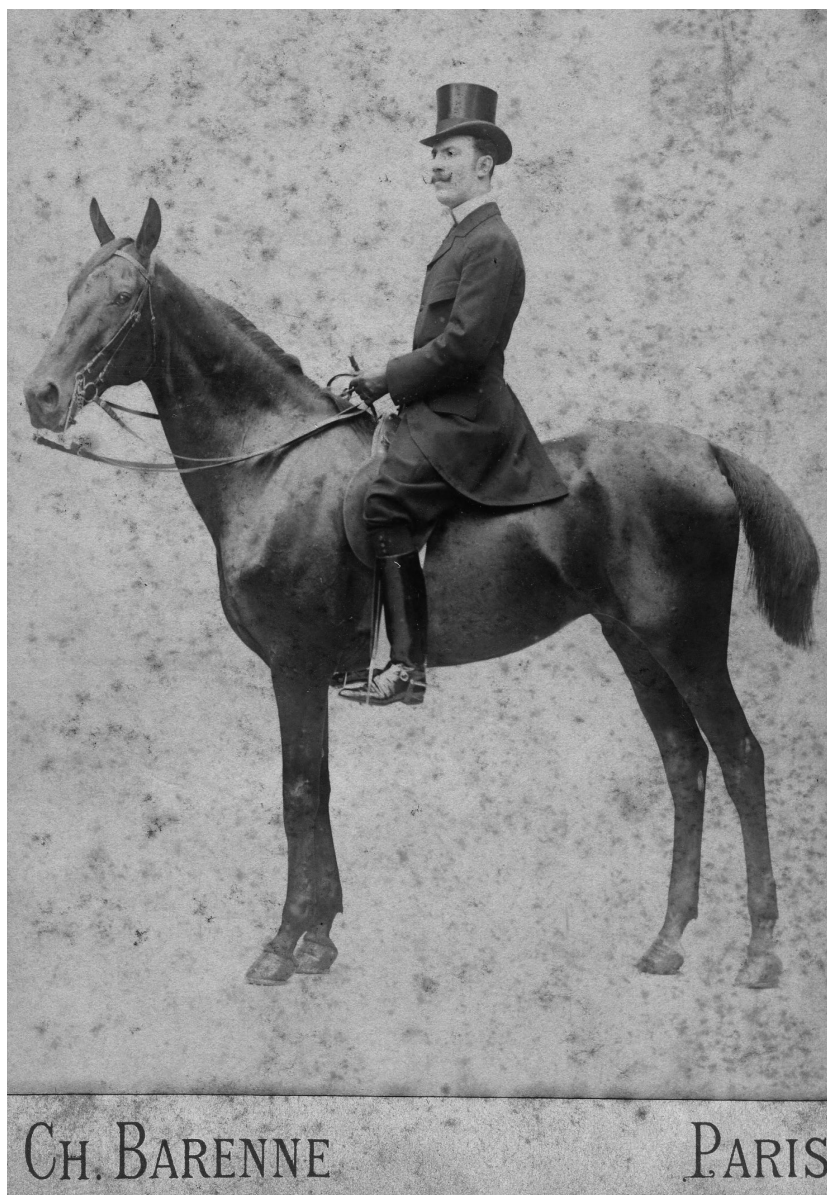
10 Telegrama EM/18/18/VI/40, de Hélio Lobo, Missão do Brasil em Genebra.

FOTOS





REMINISCÊNCIAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
POR SEU FILHO, O EMBAIXADOR RAUL DO RIO BRANCO



PRIMEIRA PARTE
(1845-1876)

I. AS FONTES

Não há nestas páginas o intuito de estudar a vida do Barão do Rio Branco, mas suprir certas lacunas e corrigir algumas inexatidões nos ensaios, que apareceram sobre ele.

Para o exame da sua personalidade e de sua obra, além do seu arquivo, existente no Itamaraty, convém salientar as memórias que escreveu (geralmente em duas línguas, o inglês e o português, na questão das Missões; o francês e o português, na do Amapá) e seus trabalhos impressos, que depois adquiriram renome: a biografia de Pedro II no livro de Mossé; o artigo, de especial relevância, “Brésil” na *Grande Encyclopédie*; e *Esquisse de l’histoire du Brésil* para o livro de Sant’Ana Nery, por ocasião da Exposição de Paris, em 1889.

Várias informações se encontram, a respeito ainda dele, em brochuras publicadas no Brasil, embora algumas sejam produto mais de imaginação do que de realidade. Ao leitor pouco paciente é de recomendar-se, no volume de Ernesto Senna, “História e histórias”, o capítulo referente a meu pai.

O bom coronel da Guarda Nacional soube obter logo a confiança do então Ministro das Relações Exteriores, quando outros, de maior prestígio, não a alcançaram senão mais tarde. Conciso, claro, esse estudo me parece que foi o único explicar devidamente as causas da contínua e enorme popularidade desfrutada por meu pai e que não era mais do que a expansão patriótica da nacionalidade por suas vitórias arbitrais, depois do período doloroso das lutas civis, que caracterizou os primeiros anos da República no Brasil.

Outra fonte de consulta é o número especial da *Revista Americana* dirigida então por Araujo Jorge, um de seus diletos auxiliares, e

contendo cerca de treze ensaios de escritores brasileiros e platinos, todos cheios de carinhosa admiração.

Dois deles parecem-me especialmente dignos de referência, os de João P. Calógeras e do General Liberato Bittencourt, aquele pela análise notável que fez da política exterior de meu pai; e este como estudo completo de sua personalidade e como quadro cronológico de sua vida, depois de formado em direito.

Há, no ensaio do ilustre escritor militar, a preocupação do soldado patriota estudando a vida de um grande servidor do país. Muitas de suas afirmações devem-se à intuição às vezes singularmente penetrante, intuição que o trato com o Barão por si só não explicaria; e exprimem os sentimentos de admiração e respeito, poderia mesmo dizer de veneração, que lhe votaram oficiais brasileiros, de todas as patentes. Ao lado dos estudos de personalidades eminentes como Rui Barbosa, Carlos de Laet e Clóvis Bevilacqua, o de Liberato Bittencourt figura em lugar relevante.

Outra brochura, que merece consulta, é a do ilustre Dr. Dunshee de Abranches, reproduzindo, algum tempo depois do falecimento de meu pai, dois notáveis discursos pronunciados da Câmara dos Deputados. É um opúsculo de 28 páginas, sob o título *O maior dos brasileiros*, qualificativo, escusa dizer, que meu pai jamais aceitaria, pois, para ele, o maior dos brasileiros foi Pedro II, depois do qual o Visconde do Rio Branco lhe parecia a encarnação perfeita do homem de Estado. Foi nesses belos discursos que Dunshee de Abranches respondeu, vantajosamente, com o apoio da opinião pública, a dois ataques injustos que sofreu meu pai, por parte de Gabriel de Piza e de Salvador de Mendonça.

Cumprе lembrar também o esboço biográfico de Max Fleiuss, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de que é dedicado secretário perpétuo. Escrito por um dos colaboradores mais apreciados de meu pai, esse esboço, cheio de simpatia e admiração,

é deveras interessante tanto no ponto de vista da verdade como no de historiador consciencioso.

Por último, é preciso considerar que a vida do Barão do Rio Branco se divide em dois períodos distintos: o que precede a missão arbitral de Washington (1893) e o que veio depois. Antes da referida missão, meu pai considerava-se um homem sem maiores preocupações oficiais, desempenhando modesto posto consular no estrangeiro e dedicando seu tempo aos estudos históricos e geográficos, que lhe serviriam, aliás, sem intuição sua, enormemente, depois; além de outras preocupações muito de seu gosto, como a astronomia, a filosofia, a linguística e a filologia, sobretudo os clássicos latinos.

Esses estudos não lhe tiravam o tempo necessário aos deveres da amizade e da família. A este respeito, procurou ele criar lenta mas solidamente um patrimônio modesto para os seus. E não descuidava a saúde, indispensável para a realização de seus modestos propósitos, na pequena célula social que era a sua.

Desde o momento, porém, em que aceitou a defesa dos direitos do Brasil perante o Presidente dos Estados Unidos da América, sua vida se modificou profundamente. Ignorando que outras missões desse gênero lhe iam cair sobre os ombros, como aconteceu depois, e no desempenho da muito honrosa que acabava de receber do Governo da República, ele julgou que todos os sacrifícios se impunham para o bom desempenho dela. Sua concepção das funções públicas, de tal natureza, era que devia dedicar-se de corpo e alma. “O homem público, dizia-me ele, deve entregar-se com o melhor de suas forças ao serviço do país: família, amizades têm que com ele conjugar esforços no mesmo propósito absorvente e elevado”.

O escrever que, para ele, já era um longo e paciente hábito, chegou então a extremos inacreditáveis. Não deixava de preocupar-se com a forma, mas sua finalidade era a clareza e a concisão. Para

isso redigia um esquema, desenvolvendo-o depois pacientemente e aperfeiçoando-o sem cessar.

“Mãos à obra lentamente”, eis sua permanente recomendação. “Quando faltar o ânimo, maior deve ser a decisão de trabalho. Polir sem descanso, polir sempre e, sempre que possível, suprimir”. Insista nesta última recomendação porque, diante da massa de documentos de vários séculos relativos ao arbitramento, ele procurava resumir tudo do melhor modo para que ao árbitro nada escapasse contrariamente a um colega centro-americano que se preocupou, de preferência, com uma exposição faustosa, o que constituiu peso considerável de papel de valor probatório medíocre. Na correspondência oficial, acrescentava sempre, toda palavra que não for estritamente necessária deve eliminar-se.

2. A ASCENDÊNCIA

Nasceu o Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) no dia 20 de abril de 1845, à travessa do Senado nº 8, no Rio de Janeiro.

Era o filho mais velho de uma família de oito irmãos, quatro dos quais varões, a saber: 1º) ele próprio (1845-1912); 2º) Maria Honorina, casada com José Bernardino da Silva, funcionário público no Rio de Janeiro, casal de que proveio prole numerosa; 3º) Pedro Maria, morto aos 11 anos de idade e cuja inteligência e precocidade meu pai julgava muito superior às suas; 4º) Amélia, casada com Pedro Augusto Ferreira, proprietário de engenhos de açúcar em Juporanduba, Pernambuco, tendo tido o casal três filhos, um dos quais, Pedro Paranhos da Silva, ia ser deputado provincial e ter ação política na sua província; 5º) Augusta, casada com X. de Almeida de Araujo Cavalcanti, natural da Bahia, do qual teve dois filhos, morrendo um pouco depois, e falecendo ela própria e o marido em seguida; 6º) João Horácio, que foi oficial brilhante de cavalaria, atleta e esgrimista reputado, tendo deixado o exército quando major. Casou-se no Rio Grande do Sul e teve doze filhos, um dos quais é hoje Ministro Plenipotenciário do Brasil; 7º) Luiza, falecida aos 16 anos de idade; 8º) Alfredo, morto aos 20 anos de idade.

Pareceu-me necessário apresentar alguns dados genealógicos, porque, em algumas biografias, encontrei lacunas graves e várias inexatidões. Foram de raça portuguesa pura, nos dois ramos, os ascendentes de meu pai. Isso se acentua mais no lado paterno que no lado materno, que se havia fixado antes na Bahia.

Sobre um passado obscuro de muitos séculos, fundou-se uma suposição curiosa. Meu pai examinava-a mais como hipótese interessante do que como coisa séria, porque, para aceitá-la, seria

preciso à sua consciência de historiador um encadeamento rigoroso de dados solidamente demonstrados e não simples suposições, por verossímeis que parecessem.

A este respeito, teve ele longas discussões com Eduardo Prado, em nossa casa da Rua de Rennes nº 75, em Paris, discussões que duraram duas noites e nas quais Prado defendeu essa hipótese, segundo a qual se tratava de uma ascendência longínqua sueva, datando da invasão dos bárbaros na Lusitânia. Essa ascendência explicaria na família, sobretudo nos varões, a estatura elevada e esbelta (mais de 1,80m, às vezes de 1,95m, como foi o caso do Visconde do Rio Branco e de seu terceiro filho João Horácio) nos dois sexos, a coloração loura, predominante nos cabelos, e a azul nos olhos (em meu pai eram negros), quanto ao Visconde, a três de suas filhas, ao meu tio Alfredo e a quase todos, quando crianças de pouca idade.

Tal hipótese tornou-se talvez aceita devido ao lugar de origem da família Paranhos, as cercanias do Porto, região principal da localização dos suevos. Meu pai, como disse, não dava grande importância a isso, mesmo porque essa origem longínqua teria desaparecido durante dezesseis séculos, no cadinho onde se formou a raça portuguesa, cadinho em que dominou preponderantemente a população autóctone celtibera, de estatura média, reforçada e morena.

Esse elemento propriamente lusitano teria sido reforçado pelo sangue de minha avó, cuja família, antes de estabelecer-se na Bahia, era originária da mesma região do Porto, mas não apresentava os mesmos traços físicos. Todavia essa família, Figueiredo de Faria, tinha um passado brasileiro mais distante, pois havia-se fixado duas gerações antes da mesma Bahia.

Os antepassados paternos do meu avô eram opulentos armadores e negociantes do Porto, depois da Bahia, de acentuadas tendências conservadoras, tendências que deviam predominar sempre nos

descendentes. Com efeito, Agostinho da Silva Paranhos, nascido no mesmo Porto em 1775, e falecido na Bahia, tomou, quando do movimento de que resultou a independência do Brasil, o partido da metrópole. Pôs em consequência à disposição de Portugal todos os bens que possuía, especialmente seus entrepostos e navios. E como o movimento acabou com a derrota e com a expulsão das forças lusitanas de mar e terra, ele se viu inteiramente arruinado. Desesperado pela divisão em duas pátrias do que ele considerava uma só e indivisível, não viveu por muito tempo, sendo acompanhado ao túmulo, pouco depois, pela mulher.

Ficaram do casal, por assim dizer sem recursos, nem valimento, dois meninos. José Maria, mais tarde Visconde do Rio Branco, e Antonio, que chegou a General de Brigada. Eram dois meninos muito inteligentes e dotados de grande poder de vontade. Tão aplicados foram nos seus estudos, que, quando ficaram órfãos, os professores se cotizaram para a continuação dos mesmos estudos; de tal modo que, dentro de pouco tempo, puderam lecionar a troco de modestas remunerações, o que lhes permitiu chegar cedo aos postos que tiveram na carreira militar, o mais velho na engenharia e o mais novo na infantaria.

Entre os ascendentes mais próximos, podem mencionar-se ainda, do lado paterno, a esposa de Agostinho da Silva Paranhos, Emerenciana de Barreiros Paranhos (Bahia, 1786-1838), filha do Major de infantaria Manuel Gomes Barreiro (Porto) e de Escolástica Maria da Conceição-Assunção (Bahia). As duas cidades, Porto e Bahia, aparecem sempre nessa ascendência, como a fonte portuguesa e a brasileira da família. No lado materno podem citar-se como bisavós o desembargador Luiz de Figueiredo Abreu e Castro (Porto), casado com D. Clarinda de Abreu e Castro (Porto); e como avós Bernardo Rodrigues de Faria (Porto), casado com D. Luiza de Figueiredo de Faria (Rio de Janeiro, 1789-1862).

3. A MENINICE

Contava meu pai as primeiras impressões de sua infância quando meus avós o levaram a tomar chá com torradas na casa de alguma família amiga.

Tais visitas, na patriarcal Rio de Janeiro dessas épocas remotas, realizavam-se em geral depois que o calor do dia tinha passado. Seguindo um protocolo invariável, o chefe da família ia à frente, acompanhado, à maneira dos índios, da mulher e dos filhos segundo a idade e a estatura e, por último, de algumas aias e mucamas, também na mesma ordem. Na frente, se era noite, caminhava um servo levando um varapau e uma lanterna para alumiar o caminho, que era de calçamento primitivo, cheio de água da chuva. As gravuras de Debret e Rugendas dão retrato de tais visitas.

Meu pai foi um menino precocemente refletido, bastante estudioso. Mas, como acontece a todos dessa idade, tinha seus pendores para as travessuras, o que lhe valeu, certa vez, por parte de minha avó, uma penitência que hoje pareceria estranha: por um cordel passado em torno da cintura, ficou atado ao pé da mesa da sala de jantar, sítio habitual, nesses tempos, de algum macaco domesticado. Vendo-se nessa posição humilhante, sua mortificação foi tão grande que prometeu a si mesmo não repetir; e cumpriu-o.

Tiveram início seus estudos num colégio infantil do quarteirão, colégio cujo nome se perdeu e onde as crianças dos dois sexos aprendiam o alfabeto e a caligrafia elementar. Meu avô ia às vezes buscá-lo à saída e caminhava em companhia de um colega vizinho, cuja filha, gentil e bem-parecida, frequentava também o colégio. Os dois pequenos, que iam sempre na frente, dando-se as mãos num namoro

precoce, não tinham mais de seis anos; e riam-se os pais dessas duas partículas minúsculas de humanidade, já tão sentimentais.

Aprendia ele também com meu avô, já diretor da Escola Politécnica, mostrando excelentes disposições para as letras portuguesas, francesas e inglesas, estudando um pouco de grego antigo e especialmente latim, geografia, com predileção marcada para a história e aversão acentuada às ciências, exceto a física, embora bastante rudimentar, e a botânica. As matemáticas lhe inspiravam grande repugnância. Antigo estudante do Colégio Militar, oficial de engenharia e professor, depois, de matemática e balística da Escola Militar e Naval, para o que era preciso uma sólida base humanista, meu avô teve que intervir, mais de uma vez, em favor das matemáticas. Lembrava meu pai sempre as horas consagradas em sua infância às ciências, as quais não lhe tinham dado prazer e não lhe tinham sido de serviço na vida.

Foi no Colégio Pedro II que meu pai fez os estudos secundários, como semi-interno. Lembrava-se ele da galinha que figurava diariamente no refeitório, o que não se vê nos colégios europeus, onde isso é luxo alimentar; e daí sua pouca inclinação aos pratos de ave, à mesa.

Muito jovem, mesmo desde criança, adquiriu ele o hábito de aplicar toda sua atenção ao assunto que constituía objeto de estudo; e de tal modo que, quando a lição acabava, lhe era preciso algum tempo para libertar-se dessa concentração mental e entrar de novo na vida circunstante. Na biografia referida, escrita pelo General Liberato Bittencourt, achei uma referência discordante das que tenho sobre meu pai. É a relativa à sua passagem pelo Colégio Militar, passagem a que ele nunca fez alusão. Apaixonado como era pelas coisas militares, não a teria certamente omitido, se verdadeira. Deve ter havido confusão com meu avô, o Visconde, que tinha o mesmo nome.

Noutro ponto hesita minha lembrança, o referente às suas viagens ao Rio da Prata quando menino. Ali estive o Visconde quatro vezes: a primeira em 1851, como primeiro secretário do Marquês de Paraná; tinha meu pai seis anos; a segunda em 1858, como chefe da missão especial a Assunção; tinha ele 14 anos; a terceira em 1864-65, também em missão especial ao Uruguai e à Argentina; tinha meu pai 19 anos; a quarta e última em 1869-70, como Ministro dos Negócios Estrangeiros em missão em Assunção; tinha o filho 24 anos. Não me recordo se meu pai o acompanhou em todas essas viagens. É possível, pois o Visconde não gostava de separar-se da mulher e dos filhos.

Dessas viagens a Montevideú, Buenos Aires e Assunção conservou meu pai, durante toda a vida, uma familiaridade acentuada com a língua espanhola, familiaridade que procurou consolidar mais tarde na pronúncia, pela substituição da platina pela castelhana; o Uruguai, pelos seus costumes, lhe parecia uma nação irmã, quase diria filha da brasileira.

Influência benéfica sobre seu espírito, persuasiva mais que autoritária, foi também a do tio, irmão de sua mãe, Bernardo de Figueiredo de Faria, alto funcionário, se me recordo bem, do Ministério da Fazenda. Esse tio, que enviuvou cedo, não tinha filhos, dedicando sua solicitude à educação dos sobrinhos. Era, segundo meu pai, de grande modéstia, de elevação de espírito e de caráter; tinha um coração piedoso e nobre.

Como o Visconde estivesse desde moço ocupado com as responsabilidades políticas, esse tio, pelos seus conselhos e sua ponderação teve, na orientação, direção e vigilância dos estudos do futuro Barão do Rio Branco um papel importante, igual por assim dizer, ao do Visconde. Meu pai lhe foi por isso vivamente agradecido, como o foi também a todos os seus mestres, principalmente o de latim, que lhe incutiu o entusiasmo por Virgílio. No Pedro II fez

ele estudos sólidos de letras e filosofia, como se praticava antes da decadência posterior dos cursos de humanidades no Brasil.

Recordava meu pai que Pedro II, o qual a vida inteira mostrou grande interesse pela educação – foi mesmo um sábio respeitado, interesse que o levou a uma acentuada preocupação pedagógica, – visitava frequentemente e de improviso o Colégio Pedro II para assistir a uma ou outra aula. O Imperador interessava-se pelos alunos apontados pelos professores como os melhores. Gostava de interrogá-los com bondade, ainda que severo nas suas perguntas. Lembrava meu pai que, para um rapaz sem pretensão como ele, era lisonjeiro, ainda que embaraçoso, ter Pedro II como examinador. Ele se saía sempre bem dessas provas, foi mesmo distinguido por Sua Majestade, mas não tirou disso, mais tarde, nenhuma vantagem. O Imperador, segundo dizia, tinha sempre a preocupação de não dar a impressão de querer proteger os filhos de políticos influentes, como era o caso de meu pai. Segundo Pedro II, o verdadeiro talento não carecia proteção, afirmando-se só e vencendo os obstáculos encontrados no início da vida. Esse receio de praticar o nepotismo, que seria estranho numa democracia moderna, fez que mais tarde, apesar da simpatia, da estima e do interesse que o Imperador revelou por meu pai, este encontrasse, principalmente na vida política, contra si, a vontade do Imperador, o que não impediu que votasse a Pedro II verdadeiro culto, porque compreendia os elevados escrúpulos da consciência imperial.

4. ESTUDANTE DE DIREITO EM SÃO PAULO

Deixando o Colégio Pedro II, foi meu pai estudar Direito na Faculdade de São Paulo, que deixou, entretanto, no fim do quarto ano.

São Paulo era, então, uma cidade de 15 a 20 mil habitantes, com cerca de 5 mil estudantes turbulentos, cujas estroinices noturnas perturbavam bastante a pacata população. Teve meu pai ali como condiscípulos Rodrigues Alves, que entrava na Faculdade e a quem serviria depois como Ministro das Relações Exteriores, e Joaquim Nabuco, que ia deixá-la e a quem nomearia muitos anos depois Embaixador em Washington. Viveu numa “república” composta de cinco membros, um dos quais, H. da Silva Ramos, foi toda a vida um amigo querido. Outro era Francisco Veiga, depois deputado e senador por Minas Gerais, com quem devia renovar, quando no Itamaraty, a velha amizade. O quarto, que conheci quando eu era menino, em Paris, foi depois advogado importante no Rio de Janeiro; e o quinto era notável como poeta e orador. Era meu pai, de modo geral, sensível aos prazeres da mocidade, mas julgava que, dando a esses prazeres a parte que lhes cabia, não devia entregar-se menos ao estudo e aos demais deveres de trabalho e de sociedade.

Para isso, seu sistema era o seguinte: dois a três dias e noites dedicava-se aos prazeres e às distrações mundanas; e duas ou três semanas ao trabalho, não admitindo então que, quem quer que fosse, o desviasse dos estudos políticos ou literários ou ainda das pesquisas históricas de sua predileção, os quais constituíam a seus olhos prazeres não menos vivos. Foi um de seus amigos de mocidade, o Coronel Bezzi, então também jovem elegante e ardente, que me confiou, muito tempo depois, alguns destes pormenores.

A vida acadêmica, segundo suas reminiscências, era então muito mais simples do que foi depois. Não havia certas exigências de conforto. Durante muito tempo seu travesseiro foi um velho paletó, que meteu a socos numa fronha. A luz era de velas postas em gargalos de garrafa de cerveja. Lembrava-se de algumas aventuras romanescas, nem sempre louváveis, e as serenatas à noite, sob certas janelas, tinham papel saliente na vida dos estudantes. Foram desse gênero, por exemplo, algumas expedições noturnas ao quintal de um convento onde, desembarcados de um bote, sobre o rio de permeio, os estudantes roubavam os leitões dos padres impedindo aos bichos de gritar porque lhes tapavam os focinhos com enxofre. Para pôr termo a essas expedições, os frades colocaram no quintal uns cães de guarda, que avançaram de surpresa sobre os assaltantes, pondo-os em fuga apressadamente e lhes danificando as roupas. Esse desastre acabou com as façanhas dos futuros defensores do direito, tão pouco respeitadores da propriedade alheia.

Adotou meu pai, desde cedo, a regra de que é deprimente para um jovem sadio e ativo acostumar-se, prematuramente, a um conforto enervante. Para prová-lo, costumava, uma vez por mês no princípio, depois semanalmente, dormir não sobre o seu leito mas sobre um lençol estendido no chão e tendo como travesseiro um grosso volume de direito. Acordava com dores nos rins e no pescoço, mas lhe vinha certo orgulho por esse esforço. Mas as baratas, numerosas e nauseabundas, passeando pelos assoalhos do velho prédio, fizeram-no suspender depois essa prova de resistência física.

Como autodisciplina, costumava também privar-se um ou dois dias de alimento, quando, por exemplo, se julgava pouco aplicado numa ou outra matéria; e só bebia então água, raramente café. Escolhia para tais privações, não o fim do mês, quando a mesada estava para acabar, mas o princípio, o que aumentava o mérito da perseverança. De tais jejuns voluntários meu pai se lembrava frequentemente, pois lhe davam fraqueza nas pernas, dores no

estômago e tonteiras, o que, aliás, não lhe impedia o trabalho durante o número de horas que havia fixado. E ficava-lhe a satisfação íntima de um esforço conscientemente realizado. Nesse espírito, recusava às vezes, certas ceias suculentas dos colegas, sob pretexto de saúde, o que Francisco Veiga um dia censurou por inútil. “São privilégios de corpos jovens e de saúde ainda intacta” respondia meu pai, o qual, aliás, sempre me desaconselhou imitá-lo, porque, se o jejum podia lisonjear o amor-próprio, não deixava lembrança agradável. E ele o fazia sem preocupação ascética, apenas para pôr à prova sua vontade.

Desde cedo, quando tinha mais ou menos 18 anos, convenceu-se da procedência da máxima, segundo a qual o que é útil e mesmo indispensável, parece, ao primeiro aspecto, rebarbativo; ao passo que o que é pernicioso ou censurável aparece primeiramente com feição interessante ou sedutora. Sem ter conseguido orientar-se sempre no sentido razoável, chegou frequentemente a compreender, afinal, que o caminho mais difícil deve ser o mais necessário, esforçando-se pela supremacia da vontade sobre o instinto. A decisão inicial custa sempre, dizia ele, mas a repetição e o hábito, iniciados no devido tempo, tornam-se depois fáceis e até indispensáveis.

5. A GUERRA DO PARAGUAI

Meu pai, que depois de ter visitado o Sul do Brasil por ocasião das missões do Visconde ao Rio da Prata, desejava conhecer também o Norte, obteve do mesmo fazer o quinto ano no Recife, em 1866.

Ali, a vida dos estudantes era diferente, pois em Recife moravam grandes proprietários de engenhos de açúcar de cana, classe opulenta e aristocrática, que dava o tom na política do país, os “leões do Norte”, como se chamavam. Residiam os estudantes em pensões de família em vez de “repúblicas” como em São Paulo. Foi aí que meu pai teve a sorte de tirar doze contos num bilhete de loteria, soma naquele tempo considerável. Enquanto um colega, igualmente beneficiado, esbanjou logo o dinheiro, meu pai colocou o seu num banco. Essa quantia, arredondada pelo Visconde, permitiu-lhe vir até a Europa durante alguns meses de 1867, viagem que acariciava como um sonho.

Foi desse tempo um episódio que muito o impressionou e que lhe deu, toda a vida, uma aversão marcada pelas armas de fogo. Voltando de um passeio nos arredores de São Paulo, onde se distraíra atirando contra uma ou outra caça, apontou a arma para um colega, a quem muito prezava, na certeza que se tinha esgotado a munição. Com imensa surpresa, a arma disparou, passando a bala perto da cabeça do amigo e alojando-se na parede. Bem é de imaginar seu susto. Espalhou-se o ruído que meu pai havia tentado assassinar, num mau impulso, o colega. Mais tarde, esse incidente, quando entrou ele na política, foi deformado e explorado para indicá-lo como homem irascível, capaz de abrir fogo em derredor sem o menor pretexto.

Corresponderam seus estudos na Faculdade de Direito ao período da guerra do Paraguai, a qual lhe produziu no espírito uma das impressões mais fortes e duradouras. A exaltação, as inquietações

nacionais concorreram não pouco para reforçar cada vez mais o patriotismo que sempre o animou. A este respeito, e entre outras reminiscências, meu pai que acompanhava sempre a guerra com o maior cuidado, por todos os meios de informação disponíveis, convenceu-se de que estava prestes a ocorrer uma grande vitória, a de Uruguaiana, se me não engano; e a anunciou aos colegas. Com espanto geral, sobretudo da lente da cadeira, isso se confirmou logo depois por um telegrama chegado de Santos, onde um navio do sul tinha entrado. Era a intuição das coisas, que nele madrugava e que mais tarde ia manifestar-se mais de uma vez. Os colegas lhe fizeram ruidosa manifestação, carregando-o nos ombros pela cidade. O professor, na aula seguinte, fez *amende honorable*, pois havia atribuído o movimento à vadiação, não levando então a sério o anúncio da vitória.

Foi a guerra do Paraguai então o acontecimento que mais influenciou o espírito de meu pai.

Estudando-a, depois, como historiador, – os comentários à obra de Schneider o dizem mais que tudo, – ele se lembraria das emoções que teve nesse momento decisivo de sua mocidade, bem como do papel de alguns membros da sua família, entre os quais o tio, o Brigadeiro Antonio da Silva Paranhos, principalmente no fim da campanha, pois foi sua brigada que contribuiu para pôr termo à perseguição de López nos combates de Aquidabã e Cerro-Corá; e o pai, o Visconde do Rio Branco, pelo papel eminente que teve como diplomata, membro do governo durante grande parte da guerra e fator preponderante na conclusão desta e restauração do país vencido.

Considerava meu pai esse acontecimento da história sul-americana do mesmo modo que a luta de aproximadamente 25 anos contra a invasão holandesa no Brasil, no século XVII, isto é, um fator que muito contribuiu para fortalecer o patriotismo nacional. Ele atribuía a inteira responsabilidade desse sangrento,

dramático e longo conflito à ambição ilimitada de López e não ao povo paraguaio, que não estava ainda em posição de ter uma inspiração coletiva espontânea, e que, como o brasileiro na defensiva, foi a vítima principal.

López, a seu ver, era um homem enérgico e tenaz. Se esses dois requisitos bastassem para fazer de alguém um herói, ele certamente o teria sido. Essa energia e essa tenacidade, sem os atributos intelectuais necessários em tais casos, haviam-se, porém, hipertrofiado por falta de contrapeso, degenerando afinal em terrível crueldade contra os membros de sua família: o irmão foi fuzilado; torturada a mãe sob pretexto de entreter relações com o inimigo; e alguns oficiais estavam certos de que suas famílias seriam exterminadas se se rendessem, o que, aliás, sucedeu raramente, pois o paraguaio preferia morrer combatendo a entregar-se.

Acabou López corajosamente, de espada na mão, e só então foi herói. Mas quis a fatalidade que isso acontecesse no fim, quando, se houvesse ocorrido antes, o povo paraguaio teria sido poupado à destruição. Com ele sofreram também as infelizes famílias brasileiras, sobretudo mulheres e crianças, as quais, surpreendidas na fronteira pela invasão sem declaração prévia de guerra, foram levadas prisioneiras para a floresta do Paraguai, onde morreram em geral de fome e de doenças.

Havia herdado López, de seus dois predecessores imediatos, a ditadura sem limites e sem escrúpulos sobre um povo paciente, sóbrio, valente, pouco culto e já habituado à obediência passiva pela orientação dos jesuítas, que tinham sido os iniciadores do cristianismo e de uma civilização primitiva confinando com o comunismo. Desse esplêndido instrumento de combate um chefe genial poderia fazer grandes coisas. Mas López estava longe disso. Por obra de ditaduras sucessivas, que só procuraram a força como fonte de autoridade, o Paraguai, único povo a esse respeito da América do Sul, se tinha

transformado em potência militar, comparável a uma Esparta ou a uma Prússia: no fim da guerra houve mesmo batalhões compostos de mulheres.

Dissera o ditador: – “Lançarei na balança o peso de todo meu povo”. Esse infeliz povo, digno de melhor destino, deixou-se matar até o último homem para servir cegamente às ambições e ao orgulho do terrível senhor. López foi um desses numerosos e medíocres chefes militares, nos quais a lembrança de Napoleão transtornou a cabeça, sem que refletissem na distância incomensurável que vai de um Bonaparte a um ambicioso qualquer. Se ele tivesse, por superficial que fosse, capacidade de estadista ou diplomata, teria enfrentado separadamente seus vizinhos em vez de atacá-los imprudente e presunçosamente de uma só vez, obrigando-os, assim, a uma aliança defensiva. É certo que ele invocou, como acontece em tais casos, a necessidade da ofensiva como remédio aos fins imperialistas dos vizinhos, alegação que a história imparcial não provou ser exata.

6. PRIMEIROS TRABALHOS HISTÓRICOS

A verdade é que, atacado e invadido sem declaração de guerra, por um vizinho pequeno, mas de longa data pronto para a luta, não teve o Brasil outro remédio senão resistir. Se não o fizesse, decairia do conceito das nações dignas desse nome.

Teve, para tanto, que improvisar, num território imenso, pouco populoso, sem organização militar, um exército numeroso, que seus instintos pacíficos não comportavam, recrutando homens, instituindo um corpo de oficiais, criando fábricas de armas e de munições, improvisando depósitos de víveres, arsenais, estaleiros de construção naval. Os efetivos de suas forças armadas, antes da guerra, não iam além de 10 mil homens, o que excluía, de sua parte, quaisquer intenções belicosas; e essas forças eram mais de milícia do que tropa de linha.

Diante da agressão, achou o Governo Imperial na competência e no zelo do pessoal que dirigia as forças militares de terra e mar, nos serviços diplomáticos e administrativos, na população, o vigor patriótico necessário. Os homens incorporaram-se às unidades combatentes com entusiasmo. A guarda nacional, já apreciável como força, forneceu continuamente ao exército soldados e oficiais, entre estes alguns generais muito capazes na vida de campanha.

A necessidade dessa improvisação de forças, a extensão das linhas marítimas e fluviais de comunicação para o único ponto de acesso ao território paraguaio (a confluência do Paraná e Paraguai), as imensas distâncias a transpor sobre terrenos muitas vezes inundados, as doenças que dizimavam as forças, fizeram desse esforço alguma coisa de sobre-humano que só pôde ser levado a termo devido ao patriotismo do Imperador e de seus auxiliares, à perseverança dos

chefes e das tropas que nos campos de batalha passaram pela prova do fogo, única capaz de revelar e aperfeiçoar as aptidões de cada um.

No estrangeiro, essa guerra não se encarou com justiça, porque mal conhecida. Em geral prevaleceu o erro por muito tempo em certos meios, julgando-se que três Governos ambiciosos e ávidos se tinham unido deliberadamente para agredir ao vizinho, infeliz e fraco, esmagá-lo e dividi-lo como uma nova Polônia sul-americana.

No entanto, não houve no mundo ocidental nação menos belicosa que o Brasil; e a tal ponto, que chegou a pôr em perigo a própria segurança. Única monarquia no meio de governos dilacerados por lutas intestinas poderia, entretanto, sê-lo mais facilmente que nenhum outro. Aos olhos de meu pai, isso era um dos títulos de honra do Brasil, que não havia tentado nunca uma guerra de conquista e as que tivera foram puramente defensivas; com a exceção das expedições bandeirantes paulistas, que lutavam contra povos selvagens, não constituídos ainda em nações e sem fronteiras definidas.

Queria também meu pai que se não esquecesse que o esforço do Brasil, nessa guerra, foi preponderante. Aos aliados, certamente, não faltou patriotismo; mas, devido às suas dissensões políticas intestinas, estiveram impedidos frequentemente de dar maior assistência, motivo pelo qual a força em campanha compôs-se de 30 a 40 mil brasileiros, de 4 a 5 mil argentinos e de algumas centenas de uruguaios.

A cooperação de seu aliado tinha, para o Brasil, a vantagem essencial de lhe assegurar a remessa de tropas aos campos de batalha, sendo que, ainda para ele, a guerra foi a maior provação econômica, pois para os outros, provedores das mesmas tropas, essa provação se compensava com proveitos não pequenos.

A presença, desde o início, de um contingente uruaio reduzia a nada as alegações de López segundo as quais procurava amparar pequenas repúblicas contra o Brasil e a Argentina. Meu

pai considerava que a expressão moral, representada pelo agredido nas guerras internacionais, acaba sempre por prevalecer, punido o agressor, quando mais não seja no tempo, por sua agressão. Assim no Paraguai, assim na invasão holandesa do século XVII, quando um punhado de homens, reagindo militarmente pelo país, repeliu o invasor d'além-mar.

Tinha meu pai gratidão infinita àqueles cuja abnegação, capacidade e energia forjaram a vitória, entre os quais o Imperador, o Visconde do Rio Branco, os chefes militares, à frente dos quais, Caxias, Osório e o Conde d'Eu.

Antes de seus comentários a Schneider, e ainda estudante, havia ele chamado a atenção dos curiosos de nossa história militar em alguns ensaios soltos que iria depois desenvolver consideravelmente: 1864 – *Episódio da guerra do Prata*; biografia do comandante da *Imperatriz*, capitão de fragata Barroso Pereira, morto gloriosamente em 28 de abril de 1826 nas águas de Montevidéu quando da abordagem de seu navio. 1866 – *Esboço biográfico do Barão de Cerro Largo*. Este último estudo já marcava o historiador, mas foi somente quando apareceram os referidos comentários a Schneider, mais tarde, que essa feição do seu espírito teve repercussão.

Vocação cedo manifestada, ela se haveria de desenvolver amplamente, se os acontecimentos, na idade madura, não o tivessem chamado a outro campo de atividade, no qual concorreu para de algum modo fazer a história do Brasil em vez de somente escrevê-la. De minha mocidade ficou lembrança profunda quando ele, inclinado sobre os mapas do teatro das operações, especialmente o militar de Jordão, recordava tudo, explicando-nos no ritmo de sua respiração, no timbre da voz, na expressão do olhar, no vigor da expressão, acontecimentos gloriosos de que foi contemporâneo quando rapaz e que tinham, na família e no país, como figura central o pai. A mocidade brasileira atual, que viveu e cresceu numa época de

paz contínua, mal imagina o que foi a preponderância do prestígio militar naquela que desabrochou ao estalar de uma guerra longa, difícil, iniciada por uma invasão desleal, pelo saque de províncias sem defesa e pelo morticínio de populações civis, com todas suas terríveis vicissitudes.

Acresce que as notícias eram demoradas, pela dificuldade de comunicações, pois durante algum tempo nem telégrafo havia; do que resultavam longos períodos de incerteza e ansiedade, sobretudo para os que tinham longe os seus parentes.

Rio Grande do Sul e Santa Catarina forneciam, sobretudo, a cavalaria; São Paulo, Minas Gerais e Bahia os batalhões de infantaria; o corpo de voluntários chegava de todo o território nacional para uma luta que, como a do Transvaal, parecia pronta e fácil e foi penosa e longa. Foi nessa época que meu pai começou a colecionar plantas e mapas das regiões, fotografias dos campos de batalha e toda sorte de informações a respeito da guerra, quer diretamente, quer por meio de relações que foi estabelecendo com personalidades notáveis como o Duque de Caxias, o General Andrade Neves, o General Osório, o Brigadeiro Antonio da Silva Paranhos, seu tio, Floriano Peixoto e Pires Ferreira, então jovens oficiais de terra, os almirantes Silveira da Mota, Saldanha da Gama, Custódio de Melo, Wandenkolk, Mauriti, então jovens oficiais de mar, alguns dos quais mortos no campo de honra. Dentre os paraguaios, ele me falava do General Cabalero, feito prisioneiro e com quem travou amizade quando detido no Rio de Janeiro.

– General – inquiriu meu pai –, como pôde um soldado valoroso servir por tanto tempo a um déspota sanguinário que enviou para a morte todo o seu povo e que, até o fim da guerra, permaneceu numa casamata longe das linhas de fogo?

– Ah, Sr. Paranhos, é difícil descrever o que significava uma ordem d’El Supremo!

Durante as hostilidades obteve meu pai da *Illustration* de Paris a representação da revista, à qual enviava resenhas resumidas das batalhas bem como desenhos dos grandes acontecimentos, como se vê nos números de 1865 a 1870, entre os quais a batalha de Riachuelo, o assalto a Uruguaiana, a rendição de Estigarríbia, o assalto de cavalaria a São Borja, etc. Assim ele iniciava desde rapaz – quando a reportagem fotográfica mal começava e os recursos financeiros dos jornais eram parcos – a vulgarização das coisas e homens do Brasil no estrangeiro, que tanto o absorveu depois.

7. VIAGEM À EUROPA

Ela se realizou durante a segunda exposição universal de Paris. Tendo desembarcado em Lisboa, visitou meu pai longamente o norte de Portugal, berço, como disse, da família Paranhos.

Fora seu companheiro de viagem e, mesmo de camarote, o futuro Professor Hilário de Gouveia, que então iniciava uma carreira médica das mais ilustres. Trabalhador infatigável como ele, logo se inscreveu na Universidade de Heidelberg, onde, depois de um exame sumário por um mestre da ciência médica alemã, foi escolhido assistente. Hilário de Gouveia, que sobreviveu a meu pai, ia ser, durante toda a sua existência, um dos seus dois ou três amigos prediletos. Meu pai admirava sua sólida inteligência, a retidão de seu caráter, a pureza de seus princípios e o vigor excepcional de sua vontade. Ambos se uniam, além disso, na mesma admiração fiel e respeitosa a Pedro II.

Depois da visita a Portugal, meu pai se juntou de novo a Hilário de Gouveia em Heidelberg para uma viagem ao sul da Alemanha. Quando mais tarde, por ocasião da guerra civil de 1893, teve este que exilar-se do Brasil por causa de suas opiniões monarquistas, e formar nova clientela (para o que teve de fazer, aos 50 anos, um exame perante a Faculdade de Paris) meu pai, recordando o companheiro de viagem ao sul da Alemanha, acompanhou-o algumas semanas em Portugal, sobretudo no Minho. Essa viagem teve grande influência na formação moral do Barão do Rio Branco.

Por algumas semanas permaneceu meu pai em Portugal visitando Lisboa e seus arredores, principalmente Cintra e Coimbra, que o interessava vivamente por sua vida universitária. Esteve depois no norte do país, demorando-se em Braga e Guimarães, animado sempre da maior simpatia e admiração por essa parte montanhosa, onde se

tinha formado a velha raça lusitana que devia reconquistar o solo aos mouros, e durante muito tempo, levar seu espírito de iniciativa e de heroísmo a terras e mares longínquos.

Foi em Lisboa que visitou um velho conhecido do Rio de Janeiro, já entrado em anos, senhor de grande fortuna adquirida no Brasil. Tendo sido recebido em sua faustosa casa, com a afabilidade e a cortesia de maneiras peculiares desses tempos, perguntou-lhe meu pai como chegara àquela situação. Ao que o velho senhor respondeu apagando a única vela que tinha sobre a mesa de trabalho e que aluminaava toda a sala.

– Inútil ir mais longe – respondeu meu pai –, o seu segredo foi a economia.

– Bem o disse – retrucou o velho. – Sua rápida compreensão dispensa-me de maiores explicações.

Lisboa, o Porto, eram velhas cidades que se retratavam mais ou menos no Brasil; de modo que a impressão de grande capital foi ter meu pai em Madri, que lhe pareceu imponente; e de tal modo que Paris não poderia ser superior. Paris não estava ainda reformada completamente por Haussmann. Só na volta ele se convenceu de que suas proporções e perspectivas eram diferentes e que a capital da França não tem rival no mundo.

Não havia, então, os trens internacionais diretos e rápidos, de modo que as viagens se faziam por etapas. Foi o que aconteceu a meu pai, que assim pôde visitar certas cidades e aldeias do caminho, às quais nunca mais voltou, como os vales do Ródano, do Loire e do Garona. Com isso não se contrariou, pois se punha mais em contato com o país para lhe conhecer os aspectos originais e pitorescos. Afinal, todas as capitais se refletem umas sobre as outras; só no interior a vida nacional se desenvolve em sua pureza. Viena, a este respeito, lhe pareceu, mais que Paris, como a capital do prazer por excelência, imprevidente, cheia de euforia musical e alegre. O encanto romanesco

da velha Heidelberg deixou-lhe impressão profunda, que reviveu mais tarde, quando a reviu por ocasião de uma estação de águas em Baden-Baden, lembrança a que Bonn se associava.

A Paris oficial e militar do Segundo Império inspirou-lhe grande admiração, o que fez de meu pai, a certos respeitos durante toda a vida, um pouco bonapartista no que se refere à França. Ele tinha a impressão, contrariamente às ideias geralmente aceitas, que o apogeu do prestígio francês no exterior não se devia limitar somente entre o reinado de Luiz XIV e o de Napoleão I, mas também ao reinado de Napoleão III, depois das campanhas da Crimeia e da Itália, e antes da desastrosa aventura mexicana, que preludiou a guerra de 1870. “Mesmo que a França, dizia ele então, conseguisse um dia tirar desforra de Sedã e de Metz, não conseguiria reaver na Europa, por muito tempo, a estima e a admiração que a aureolavam em torno de 1865 porque, voluntariamente, eliminou elementos civis e militares que sós podem guiar o despertar do espírito nacional”.

Depois de Portugal, da França, da Espanha e da Alemanha, visitou também a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda. Desejoso de conhecer a vida europeia em todos os seus aspectos, pois era moço, frequentou também os centros de prazer então em moda, os quais não tinham o papel preponderante que apresentam nas épocas de decadência social, como aquela que devia começar no início do século XX e ampliar-se irresistivelmente com prejuízos morais maiores que os materiais, consecutivos à guerra de 1914-18.

Em Paris, frequentou, por exemplo, os grandes cafés e restaurantes da moda, na sua maioria desaparecidos hoje, por força mesmo da transformação das condições sociais, como o dos Campos Elíseos, então em toda sua voga, e um restaurante alegre, que ficou sendo depois um dos centros da vida noturna, o Moulin Rouge. Esteve em Viena, em Munique, nas margens do Reno, nas cervejarias com música sobre as calçadas ou de jardins interiores;

mas sua aversão à cerveja não o atraía a esses lugares de diversão germânica.

Seu maior interesse estava, porém, na visita aos parques e monumentos públicos, às bibliotecas e museus, às casas reais e aos parlamentos. Uma recepção nas Tulherias, uma sessão em Westminster ou ainda no parlamento francês, foram para ele os grandes acontecimentos dessa viagem. Mais que tudo o impressionou uma sessão das Cortes espanholas, pela correção, a gravidade, a cortesia de todos os debates e ainda pela eloquência dos oradores, um dos quais, Canovas Del Castillo, lhe deu a medida do que deviam ser as reuniões do Senado de Roma no seu mais belo período, isto é, no meio da era republicana. Durante essas viagens pôde ser recebido por vários estadistas europeus, que desempenhavam ou deviam desempenhar mais tarde papel preponderante nos destinos do velho continente.

Ainda muito jovem, meu pai tinha tendência acentuada para o trato com homens muito mais idosos que ele, julgando-se, como madureza de julgamento, acima dos seus contemporâneos, o que estes na sua maioria também admitiam. Esse trato, além do vivo prazer de documentar-se diretamente sobre os acontecimentos e as personalidades contemporâneas ou passadas, lhe permitia suprir a própria inexperiência com o ensinamento de homens que, tendo vivido longa, digna e utilmente, eram depositários de princípios e regras que só a vida pode inspirar e não se acham nos livros.

Nesse espírito, e utilizando-se de ocasiões favoráveis, por vezes inesperadas, havia procurado com discrição fazer relações, cheias de deferência respeitosa de sua parte e de simpatia condescendente da outra, com estadistas de primeira linha, mais velhos do que ele, nos dois partidos políticos então existentes no Brasil, bem como com antigos diplomatas e velhos militares. Muito tempo depois falava ele com o mais profundo respeito e a maior admiração de alguns deles,

entre os quais me lembram o Duque de Caxias, o General Osório, o Barão de Cotegipe, Lordes Salisbury e Beaconsfield, Gladstone, Canovas Del Castillo, o Visconde de Barbacena, o Barão de Penedo e o Conde de Arinos. Desejou muito conhecer o Duque de Morny, que considerava a primeira cabeça do Segundo Império francês, mas que tinha morrido dois anos antes, em 1865.

Uma das sensações teatrais durante sua residência em Paris foi a opereta de Offenbach, *La vie parisienne*, que seria um dos grandes triunfos da fecunda carreira desse compositor e que, representada de novo muitos anos depois, em 1920, surpreendeu geralmente pelo encanto da música e costumes, que haviam deliciado os parisienses e estrangeiros em 1869.

Um dos papéis principais era o do “brasileiro”, papel ao mesmo tempo cômico e quase simpático, com sua fantasia divertida. Esse papel foi criado pelo ator Baron pai, que se vestia, como “brasileiro”, à moda mexicana, com muitos pompons no bolero e um largo chapéu. Infelizmente, dizia meu pai, essa caricatura de brasileiro folgazão e pródigo fez escola na imaginação geral, repetindo-se com linhas mais carregadas numa opereta alemã da época *Der Seekadet*. O Brasil era, nessa criação, um dos países mais ricos da terra, povoado por nababos de prodigalidade fenomenal, sem preocupação mesmo de seus interesses legítimos; e a opereta contribuiu para a popularidade fantasista de nossa nacionalidade e de alguns compatriotas que viajavam e cuja única preocupação era se deixarem explorar com certa ingenuidade e até um consentimento jovial.

Durante essa viagem, fez meu pai amizade com um jovem engenheiro francês, filho do General Abel Douay, que devia cair gloriosamente nos primeiros combates de 1870, em Wissembourg, depois de defesa heroica contra duas divisões prussianas. Esse rapaz, um dos iniciadores da iluminação elétrica na França, estava casado com uma senhora francesa de origem belga, cuja irmã Mille

Marie Stevens, lhe foi então apresentada e devia ser mais tarde sua mulher. Marie Stevens era de família modesta, de notável fidelidade ao dever, e que se compunha sobretudo de industriais e militares.

8. PRIMEIROS PASSOS DA VIDA

Essa viagem à Europa teve na formação intelectual de meu pai grande repercussão. Foi também o ponto de partida para suas investigações em bibliotecas, livrarias e arquivos, investigações que deviam ser-lhe úteis no estudo de importantes questões históricas e diplomáticas, a que ia dedicar-se mais tarde.

Meu pai não tinha, nem podia ter, entretanto, nessa época, intuição do papel que seria chamado depois a representar quanto às mesmas questões. Seu interesse se explicava então, e tinha apenas 22 anos de idade, pela orientação que ia dando à sua curiosidade espontânea com respeito a todos os fatos, às datas e aos nomes relativos à história e à geografia do Brasil. Era uma curiosidade incipiente, um pouco ao acaso, quer se achasse em Lisboa (Torre do Tombo), Sevilha ou Simancas, quer em Amsterdã, no British Museum de Londres, ou na Biblioteca Nacional de Paris.

De volta ao Rio de Janeiro estava em idade de decidir sobre o caminho a tomar na vida. Cinco eram as perspectivas: professorado, magistratura, jornalismo e política, esta com estágio na carreira diplomática. Ensaçou meu pai o primeiro, ensinando durante um trimestre (abril a junho de 1868) história e geografia no colégio Pedro II.

Não lhe pareceu, porém, que essa fosse sua vocação, apesar do interesse que tinha sempre pelas matérias da classe; de modo que obteve, ainda em 1868, o lugar de promotor público de Nova Friburgo, cargo ao qual se consagrou com o sentimento do dever que sempre o inspirava. Meu pai conservou de Nova Friburgo grata recordação e nos contava suas lembranças da cidade risonha, de sua

vida, dos folguedos do Carnaval, às vezes brutal com o entrudo. Mas não achou tampouco ali sua predileção profissional.

Em 1869 e 1870, acompanhou ele ao Visconde como secretário particular na missão ao Rio da Prata, revivendo os dias de Buenos Aires e de Montevideu. O estágio maior foi em Assunção, onde o Visconde tinha sido incumbido, depois de terminada a guerra, de organizar um Governo Provisório e de criar uma força armada para sustentá-lo.

A tarefa era árdua. As classes dirigentes tinham desaparecido quase totalmente; a população, mesmo nas classes modestas, fora dizimada: no seu total, havia caído de 1.340.000 habitantes a 221.000. Essa terrível destruição se devia em parte às ordens do ditador, o qual, à medida que o território ia sendo ocupado pelos aliados, obrigava a população não combatente a fugir para as florestas inóspitas da Cordilheira, queimando casas e depósitos de víveres para que o inimigo só encontrasse desolação e ruína. Essa tática desesperada havia retardado a marcha dos aliados; e a população que fugia, não tendo comumente mais que o palmito dos coqueiros para comer, sucumbia em massa. Na verdade, o ditador havia “lançado na balança seu povo inteiro”, como dissera no princípio da guerra.

A fim de constituir a força de polícia necessária, a custo pôde o Visconde recrutar 300 homens de menos de 13 anos, – os guaranis são de um desenvolvimento precoce – e de mais de 65 anos de idade. De sua permanência no país ocupado pelas forças aliadas, ainda quentes da luta, havia meu pai guardado uma dessas lembranças de mocidade que não se dissipam com os anos. Frequentou assiduamente oficiais e soldados das diferentes unidades, seduzido, como estava sempre, pelo espetáculo da vida militar em todas as suas formas. Muitos anos depois, recordava o sinal de alvorada nas casernas do Rio de Janeiro, quando, tudo em silêncio no seu gabinete de trabalho do Palácio Itamaraty, ele ligou o som dos clarins do quartel general,

pela madrugada, a essas reminiscências longínquas da capital do Paraguai.

Exaltava sempre meu pai o papel do Visconde nessa missão, na qual este mostrou seus excepcionais dons de organizador. Era preciso reconstruir a nação e o governo, utilizando-se dos raros sobreviventes de uma nacionalidade que sofrera derrota total, apesar da resistência heroica de quase cinco anos, num território cujos recursos estavam há muito tempo esgotados. Conviria também amparar o que restava dessa nacionalidade, digna de melhor sorte, agora que estava à mercê do destino. Mas o Visconde a tudo fez face com êxito. Então, como nunca na sua brilhante carreira de homem público, ele pôde pôr em execução todos os recursos de uma inteligência objetiva, prudente e engenhosa, tarefa imensa porque se tratava nada menos de levantar do túmulo um povo e soprar-lhe a energia vital necessária à ressurreição. Neste particular, meu pai dizia sempre ser grande a dívida da nação paraguaia para com o Visconde e para com a generosidade brasileira.

Meu pai pôde então ajudar o Visconde, com toda a dedicação de que era capaz, estudando *in loco* o espírito de vencidos e vencedores, todos valorosos. Havia grande número de viúvas e de órfãos, pois a guerra ceifara a quase totalidade dos adultos; e aos ardores de jovens oficiais e soldados brasileiros, contidos na abstinência da vida de campanha, as paraguaias, crentes todas de Deus, souberam opor a resistência de seus princípios religiosos, só cedendo em geral diante do casamento.

Meu pai colheu nessa missão um mundo de ensinamentos, o primeiro dos quais foi o contato instrutivo com a vida diplomática, não na rotina das Legações, mas aquela, mais rica em iniciativas e experiências, oriunda do tempo de guerra, em torno de um tratado de paz, sob a direção de um homem como o Visconde. Pareceu-lhe

então achar nessa atividade política a vocação que nos ensaios anteriores lhe havia faltado.

9. DEPUTADO-GERAL

Participar como legislador no Governo do Brasil pareceu-lhe tarefa nobre, interessante e patriótica.

A influência do Visconde agia nesse sentido, pois havia deixado o serviço militar e o ensino, para desenvolver ação maior na vida parlamentar do país. Aceitou meu pai, em consequência, a sugestão do Visconde para apresentar-se às eleições legislativas em Mato Grosso, baluarte do partido conservador. Eleito deputado, teve assento na Câmara de 1869 a 1872; sendo reeleito durante os anos de 1872 a 1875.

Enviado, pelo partido conservador, à referida província de Mato Grosso para a campanha eleitoral, empreendeu ele essa campanha no mesmo tempo que o candidato liberal. Era este um de seus condiscípulos no Pedro II e na Faculdade de São Paulo; e ainda que os dois representassem partidos adversos, achavam-se ligados por viva estima e estreita amizade, o que surpreendia os eleitores da província, acostumados à intransigência partidária. Hospedavam-se ambos, às vezes, nos mesmos hotéis, tomavam em comum as refeições, separados no resto do dia para os deveres eleitorais de um contra o outro. Uma tarde, um dos chefes conservadores da cidade, onde estavam, chamou à parte meu pai soprando-lhe ao ouvido:

– Cuidado, Paranhos! Liberal é sinônimo de traidor!

Na Câmara, pondo de lado toda a exibição pessoal, preocupou-se em ser apenas um devotado auxiliar do Visconde. Estava este, como chefe do partido conservador e Presidente do Conselho, empenhado na campanha que devia ser a grande preocupação de sua vida pública, a emancipação gradual dos escravos. Nessa empresa, que julgava necessária não só sob o ponto de vista humanitário, mas também

patriótico, empregou o Visconde todos os recursos de sua inteligência, de sua energia e de sua enorme capacidade de trabalho. Para tanto, tinha que fazer em face de poderosos interesses coligados, como também a preconceitos enraizados na opinião e que vinham dos tempos coloniais. Mesmo entre os mais ilustres, alguns chegavam a julgar perniciosa uma reforma que ia perturbar profundamente a vida social e econômica brasileira e que outros consideravam uma incógnita cheia de surpresas.

Não desconhecia o Visconde o perigo de tal perturbação, mas julgava que a questão devia resolver-se a tempo, antes que, como nos Estados Unidos da América, pudesse chegar a desfechar uma guerra civil sanguinolenta e de terríveis consequências materiais. Para ele, a hora da execução tinha soado. Não cabe aqui expor, sequer sucintamente, a campanha que se desenrolou no Parlamento e na imprensa, e que terminou pelo triunfo completo do Visconde, com resultado incomparável para seu nome. Cabe, sim, recordar a parte de colaboração do filho nessa campanha memorável.

Segundo me contava meu pai, uma das preocupações do Visconde tinha sido também elevar moralmente parte da população que havia participado nos sacrifícios feitos durante a guerra do Paraguai. Não tendo preconceitos de raças, pensava que as duas inferiores, os índios e os africanos, haviam geralmente conquistado o direito à liberdade, nos campos dos Guararapes, onde brasileiros, índios e negros combateram valorosamente sob Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e Henrique Dias e, mais tarde, nos campos do Paraguai, onde sob os respectivos chefes, todos derramaram sangue pela Pátria invadida.

De outro lado, cumpria ter em consideração interesses poderosos e respeitáveis, pois não era justo exigir sacrifício oneroso, sem indenização. Não possuía o Governo tais recursos, de modo que o mais razoável era ir por etapas, numa transição que o tempo resolveria

definitivamente depois com a emancipação total, sem prejuízo do equilíbrio econômico e social da nação.

A emancipação dos nascituros era o primeiro passo necessário nesse caminho. Julgava meu pai a lei de 28 de setembro de 1872, mais sábia e mais prudente que a de 13 de maio de 1888, sentimental e cheia de desilusões individuais, pois os senhores sofreram, descrendo do regime, e os servos, habituados à escravidão, julgaram que a liberdade seria ociosidade.

A escravidão no Brasil era uma instituição herdada da metrópole portuguesa. O trabalho não era só o doméstico, mas também, o que era mais importante, o agrícola, fundado nela. Importados da África, os negros se assimilavam pelos brancos, recebendo destes os princípios cristãos e morais, que sua vida anterior desconhecia. A eles se devia o preparo fundamental da terra, nessa tarefa dura e constante a que o Brasil devia perene gratidão. Organizador da vitória, julgava o Visconde oportuna a criação de uma classe média de trabalhadores livres e, desde Assunção, no contraste com as demais repúblicas sul-americanas, tomou o compromisso de consagrar-se, com a generosidade de seu espírito, a essa tarefa. Ele mesmo, como o próprio D. Pedro, tinha o hábito de libertar seus escravos assim que, depois de algumas semanas de serviço, se mostravam dignos de alforria.

Tinha meu pai a peito lembrar sempre que, no Brasil, a escravidão não fora essa cruel exploração do homem, que se viu em colônias de países, orgulhosos, entretanto, de suas civilizações. Salvo casos excepcionais, não se poderia ter escrito nele *Uncle Tom's Cabin*. O emprego de braços pretos inspirava-se na caridade cristã e na doçura patriarcal, bem da índole da raça. Entre senhores e servos estabeleceu-se logo um vínculo cheio de bondade e de submissão, esta indo, às vezes, para a mais absoluta dedicação. Mas, acima de tudo, era preciso para o Visconde – grande trabalhador ele próprio,

pois sua divisa era “Deus et Labor” – reabilitar a mão de obra num país onde a utilização do elemento servil havia criado, desde longo tempo, uma prática confortável, que se avizinhou da ociosidade nas classes superiores.

Para sustentar esse movimento, ajudando de todo o coração e espírito ao Visconde, havia fundado meu pai um diário político, a que deu o nome de *A Nação*, que adquiriu logo grande influência e à qual associou a colaboração de vários brasileiros, entre os quais seu amigo L. de Gusmão Lobo. Ele era a mola principal da empresa, mas teve neste um auxiliar devotado, pois o considerava entre os moços, de sua geração, como o mais bem-dotado para o jornalismo político. Lembrava meu pai que certa noite conversavam na redação alguns ministros da Coroa sobre os muitos incidentes importantes da reforma do elemento servil para uma explicação do dia imediato que esclarecesse a opinião quando de uma mesa vizinha alguém se levantou dizendo:

– Eis o artigo que convém.

Era Gusmão Lobo. Os circunstantes, meios surpresos, leram com certo cepticismo as tiras de papel, e, fazendo-se apresentar por meu pai, ouviram do Visconde:

– Não sei quem pudesse no Rio de Janeiro descrever o caso melhor e expô-lo tão clara e concisamente, em linguagem ao mesmo tempo tão elegante e tão elevada.

Meu pai sempre lamentou que Gusmão Lobo, por considerações de ordem particular, não tivesse continuado a atividade política, na qual lhe estava reservado lugar de relevo.

10. REDATOR DE *A NAÇÃO*

A ação de meu pai na Câmara completava-se com a que desenvolvia em *A Nação*. O artigo de fundo era de regra seu, além de certas informações políticas importantes, sem esquecer a parte material, que não podia abandonar, e de alguns atrativos essenciais como o folhetim, o *Rocambole* de Ponson du Terrail, que ele traduzia em parcelas do original francês, então em grande voga. Tendo sido necessário um dia suspender por 24 horas o folhetim, devido à extensão dos debates no Senado, vários leitores entre os quais empregados de comércio e estudantes, foram à redação reclamar. Explicou meu pai as razões da preferência, de grande relevância nacional. Ao que eles responderam:

– Pouco nos interessam os debates senatoriais. É *Rocambole* que nos faz comprar seu jornal.

Foi então que ele mostrou uma das faces de seu talento, o de polemista, mas não a limitou à política interior, porque a exterior lhe fornecia meio de revelá-la. Nessa época produziu-se entre ele e Zeballos, mais tarde seu antagonista na questão das Missões, a primeira escaramuça. Não descuidou meu pai, como deputado e jornalista, o trato das boas maneiras, em que o Visconde era modelo, e que, entre os estudantes e certos elementos do tempo, não se observavam com muito rigor. A existência de uma Corte no Brasil constituía escola de boas práticas sociais, na qual educou os filhos e em que punha o maior empenho. A dinastia brasileira lhe parecia, pela simplicidade da etiqueta e a correção nos costumes, aquilo que, na França, se chamou o “ton Louis-Philipart”. Não vai crítica nisso, ao contrário. Nossa Corte não podia rivalizar em refinamento e polidez com certas cortes europeias do antigo regime, como, por

exemplo, a legitimista francesa ou, ainda, a de Viena; mas tinha sempre, espiritual e moralmente, uma dignidade que inspirava, mesmo a estrangeiros, o maior respeito e apreço.

No Brasil, onde os princípios democráticos, com suas vantagens e inconvenientes, tiveram sempre tendência a predominar, essa influência, cheia de ascendente moral, exercia uma ação extremamente salutar na linguagem, na postura, no prestígio da vida social. Hoje, que a ordem política e social se transformou, não é fácil imaginar o papel educativo de Pedro II e da maior parte dos que o cercavam. Os salões da época, um dos quais o da Viscondessa do Rio Branco, eram o retrato desse refinamento de maneiras em que a bondade se unia a uma dignidade natural, despretensiosa e humana.

Foi nesse salão, um dos maiores de então, que meu pai se encontrava com os homens notáveis da época. Já era gentil homem da casa da Imperatriz Ana Teresa, passava, sem excesso, por um dos elegantes da capital, e frequentava assiduamente o corpo diplomático, os oficiais brasileiros e os de esquadras estrangeiras de passagem pelo Brasil. Alguns desses oficiais, então jovens, Duperré, Fournier, Garnier, de Brazza, entre outros, iriam ser almirantes ilustres da frota francesa. Com eles conservou relações afetuosas, que lhe seriam úteis mais tarde, por ocasião das buscas nos arquivos, quando, abrindo exceção às regras regulamentares, podiam com prazer servir ao amigo dos tempos do Rio de Janeiro.

Certo dia, tendo almoçado a bordo de um dos navios ancorados na Guanabara, assistiu meu pai a uma visita de Pedro II. Como era da etiqueta, foi Sua Majestade recebida com todas as honras. E quando a marinhagem, previamente instruída, entre salvas e o hino nacional, gritava “Viva Sua Majestade o Imperador do Brasil!”, um dos oficiais, seu amigo, de inspiração republicana ainda que tivesse servido com dedicação na marinha do segundo Império, segredou-lhe ao ouvido:

– Abaixo o Imperador, que o diabo leve todas as dinastias!

Curioso sempre de estudos históricos, frequentava meu pai assiduamente a Biblioteca Nacional, junto de cujo edifício uma sociedade coral portuguesa, numa rua estreita, lhe perturbava continuamente os estudos e aos demais consultantes. Muitos anos depois, de regresso ao Rio de Janeiro, voltou à mesma Biblioteca e ouviu os mesmos exercícios musicais, mas de lábios de outra geração, o que lhe pareceu diferente. Era obra do tempo.

Dessa época ele recordava também os dias em que tinha que acompanhar o pai à entrada e à saída do Senado, ameaçado por capangas e cabos eleitorais dos escravistas, cujas armas não entraram jamais em cena ante a atitude impassível do Visconde. Por estas e outras razões, vencida a grande campanha, não pensou meu pai que a vida política fosse de seu agrado. Nela entrara para fazer prazer ao Visconde, seduzido pela personalidade deste e levado pelos impulsos de uma mocidade generosa e pela admiração que lhe merecia o sistema constitucional e parlamentar tal qual o havia visto na Inglaterra ao tempo em que as teorias socialistas não tinham ainda aparecido, modificando-o.

I I. ABANDONO DA POLÍTICA

Além disso, não podia comparar-se ao Visconde, homem de Estado, orador de nascença, a quem os apartes não perturbavam a calma olímpica, e que ao contrário se inspirava nessa interrupção para respostas fulminantes e decisivas. Lembrava-se meu pai de que o Visconde teve de falar certa vez durante oito horas a fio, em meio de um ambiente hostil, ao defender sua ação no Rio da Prata, quanto aos acontecimentos que, no Uruguai, haviam precedido a guerra do Paraguai (Convênio de 20 de fevereiro de 1865). Tal foi essa oração que levantou, mesmo nos bancos adversos, aplausos prolongados, tendo ficado célebre nos anais parlamentares do Brasil. A imparcialidade da exposição, a boa-fé dos argumentos, a essência mesma da causa e a cortesia de expressão foram exemplares.

Era essa disposição para a tribuna que faltava a meu pai. Toda a sua vida ele se sentiu melhor com a pena do que com a palavra. Faltava-lhe aquele sangue frio e domínio de si mesmo, que adquiriria mais tarde ante certos ataques venenosos. Por último, tendo entrado na vida política com as ilusões da mocidade e um patriotismo exaltado, havia desde logo sofrido as competições pessoais e as pretensões mesquinhas do jogo partidário, fértil em transações interesseiras, dissimuladas sob fórmulas belas e nobres. Vista, sob este ângulo, a vida parlamentar perdia muito de seu encanto. Mais tarde, inquirei meu pai a si mesmo se não havia cedido prematuramente a tais impressões e se o exemplo do Visconde, vencendo as repugnâncias próprias para servir ao país, não devia, ao contrário, tê-lo animado a perseverar. Mas as manobras de corredor, as intrigas de interesses, eram muito fortes, inspirando-lhe aversão. Tinha ele ouvido certa vez um velho parlamentar proferir a máxima seguinte: – “Em política não

se deve nunca fazer inimigo alguém que não possa ficar depois amigo; e vice-versa”. Essa sentença revoltou profundamente a sinceridade e a lealdade, que eram a base de seu caráter. “E o que há de mais triste, disse-me ele mais tarde, é que, na vida política, ela parece exata”.

Decidido, porém, a dedicar-se sempre ao serviço do Brasil, resolveu empregar na representação exterior suas faculdades de inteligência e sua infatigável atividade. Há, em todos os países, dizia-me ele, certas realidades tristes que é melhor contemplar de longe. Aconselhado pelo Barão de Cotegipe, pleiteou uma nomeação no corpo consular, então menos numeroso, porque seu provimento se inspirava exclusivamente no serviço do país e não no favoritismo político. O posto de Liverpool estava vago. Não foi pronto em atendê-lo o Imperador, pelos motivos expostos antes; mas Cotegipe, e também Caxias, acabaram por obter-lhe a nomeação. Isto ocorreu em 1876. Quatro anos antes, em 1872, havia contraído matrimônio.

Foi nesse mesmo ano de 1876 que meu pai publicou em dois volumes os comentários à história da guerra da Tríplice Aliança, obra cujo texto original fora escrito em alemão por Schneider, leitor do Rei da Prússia, depois Imperador da Alemanha, Guilherme I. Esse trabalho, que os competentes passaram a apreciar pela seriedade, o equilíbrio, a precisão das informações e dos dados, mas que não teve então a repercussão que merecia, revelou os dons do historiador consciencioso, imparcial e fiel que desejava ser, e que, com pesar seu, não pôde continuar depois, pelos cuidados absorventes dos encargos públicos, de que foi investido na segunda parte de sua vida.

SEGUNDA PARTE

12. CÔNSUL EM LIVERPOOL

O posto de Cônsul-Geral em Liverpool, porto pelo qual se fazia então quase todo o tráfico europeu com o Brasil, era mais remunerador que uma Legação.

Com efeito, para estimular a atividade do corpo consular brasileiro a favor do movimento comercial de importação e exportação, com o fim também de proporcionar remuneração adequada ao esforço desenvolvido, os regulamentos da época reconheciam integralmente aos cônsules os emolumentos consulares por eles arrecadados. Aliás, as despesas de representação consular são muito mais modestas que as de um chefe de missão diplomática e meu pai não tinha nenhuma atração para o que não fosse daquelas suas funções.

Quando ele tomou posse do posto, teve a princípio, e por muito tempo, a nostalgia da luz brasileira, mais que do seu calor. Encontrou, pois, algum embaraço em adaptar-se ao clima úmido e ao céu coberto quase todo o ano por um nevoeiro menos célebre, mas igualmente persistente, que o de Londres. E pensou: “Se devo residir longo tempo nesta bruma, acabarei com uma neurastenia profunda”.

Achando, porém, derivativo nos seus estudos preferidos, acabou por adaptar-se, a ponto de ter grande apego ao posto e desejar nele ficar indefinidamente. Considerou-se, então, contente com a sorte e com um início de carreira que era de seu agrado, a qual lhe deixava, fora das horas do serviço diário, tempo bastante para suas pesquisas históricas e geográficas. Pensando nas palavras de Virgílio – *Deus nobis haec otia fecit* –, dizia ele que as poderia tomar para si próprio, porque para ele o ócio era labor ameno, desde que empreendido por livre escolha e levado a cabo com entusiasmo.

Em 1877, fez meu pai um ensaio prolongado para estabelecer em Liverpool a família, que se compunha então dos três filhos mais velhos. Ao cabo de um ano e meio, porém, depois de uma epidemia de coqueluche, aconselharam os médicos um clima menos úmido e de mais sol. Tomou então a deliberação de instalar a família na França, reservando-se o recurso de visitá-la frequentemente, durante os feriados bancários e, na boa estação, aproveitando o hábito inglês, que se inaugurava, do *weekend*. Foi assim que ele fez, centenas de vezes, a viagem de Liverpool a Paris e vice-versa.

Teve para auxiliá-lo, como Vice-Cônsul, um inglês, Mr. Oliver Punshon, trabalhador esforçado, caráter de grande modéstia, sempre presente na hora do trabalho, invariavelmente ausente no momento do elogio. Era o tipo do burocrata escravo do horário e do dever profissional; foi durante muitos anos um colaborador inteiramente devotado, e tornou-se afinal um verdadeiro amigo. Mr. Punshon, conservador inglês um pouco *jingo*, tinha-se tomado por meu pai de uma admiração ilimitada, colocando-o quase no mesmo nível do grande Wellington, que era para ele o conjunto de todas as virtudes humanas e sobre-humanas.

Tendo tomado posse do Consulado com a pouca experiência e as ilusões de um neófito no serviço, interpretou meu pai, de maneira um tanto ampla, desde o começo, os deveres que lhe cabiam quanto à proteção consular aos brasileiros residentes no seu distrito. Mas a experiência levou-o logo a restringir essa ação aos seus verdadeiros termos.

Foi o caso que um marinheiro tinha sido desembarcado por insubordinação. Julgando que esse compatriota analfabeto era mais infeliz do que culpado, deu-lhe meu pai sua proteção financeira particular, pois não havia verba oficial para isso, até que o marinheiro encontrasse outro contrato a bordo dos inúmeros navios que navegavam entre o grande porto do Mersey e o litoral brasileiro.

Passados alguns dias, apresentou-se ao Cônsul o marinheiro meio embriagado, e, usando de linguagem descortês, exigiu que obrigasse algum comandante a tomá-lo e aumentasse o auxílio pecuniário que recebia e que julgava insuficiente. Seu hálito estava indicando aonde ia o dinheiro. Tendo elevado a voz, quis chegar a vias de fato, pelo que meu pai, enganado nos seus sentimentos humanitários, o fez expulsar do Consulado.

De outra vez, fora preso por causa de dinheiro um patricio algo aventureiro, mas de família honrada. Meu pai, por bondade e para zelar o bom nome do Brasil, obteve que fosse solto. Ao sair da cadeia, em vez de mostrar-se agradecido, declarou o rapaz a meu pai:

– Que pena que o Senhor me fez sair daqui! Eu tinha cama e mesa à custa de um credor e agora estou obrigado a procurar trabalho.

Poucos meses depois da Proclamação da República, recebeu meu pai em Liverpool a visita do senhor Pitanga, que estreava a missão, então criada – e que não era a sinecura que foi depois – de inspetor de Consulados. A inspeção minuciosa, à qual meu pai se prestou com toda a solicitude, não terminou sem as melhores referências; e o senhor Pitanga tornou-se seu amigo. Mas essa amizade durou pouco, pois o inspetor, já idoso, morreu alguns anos depois.

Assim que chegou com a família, meu pai teve que ocupar-se da educação dos filhos. Vacilou entre a Inglaterra, a Alemanha e a França. Cada um desses países oferecia vantagens e desvantagens; depois de hesitação bastante prolongada e influenciado também pela mulher, acabou por escolher a França, como nação cujo temperamento afinava mais com o sentimento brasileiro. Apesar de sua admiração pela política e pela sociedade inglesa, malgrado as recordações admirativas que lhe havia inspirado sua visita a Eton, Cambridge e sobretudo Oxford, achava ele que a prática dos desportos, cuja necessidade era o primeiro a reconhecer, numa época em que só na Inglaterra era compreendida, ocupava lugar demasiado preponderante no preparo

da mocidade britânica. Quanto às universidades alemãs, apesar da seriedade de seu labor e da poesia de Heidelberg, tão gravada na sua lembrança, julgava ele que a cerveja tinha igualmente parte excessiva na vida da juventude e que as cicatrizes de espada, nas faces dos estudantes, lhe pareciam pouco estéticas. Não deixara meu pai de ter alguma inclinação pelos colégios suíços, os da região romana sobretudo; mas colocar neles dois filhos, seria dispersar a família a qual desejava conservar reunida sob a direção dos pais.

Julgava que à mãe devia caber a educação exclusiva até 6 anos de idade nos varões e 15 anos nas meninas. Depois de visitas pessoais em Paris e de madura reflexão sobre o gênero de educação que ele próprio gostaria de receber; depois de vacilar entre os colégios religiosos e as instituições oficiais, acabou fixando sua escolha no Liceu Henri IV, seduzido sobretudo, depois de uma visita longa e minuciosa, pelo seu aspecto de antigo regime, um pouco monacal. Era, antes da Revolução, o edifício do convento dos frades de Santa Genoveva, donde proveio o patrimônio da biblioteca desse nome.

Não gostava muito meu pai do aspecto rígido e frio da construção nos liceus mais modernos. Vacilou algum tempo entre os dois grandes liceus da douta colina de Santa Genoveva, o Louis Le Grand e o Henri IV. Mas acabou decidindo-se pelo último, porque, em parte, era então o que se chamava “un établissement bien pensant”, isto é, sem tendência clerical pronunciada, estabelecimento de educação onde, ao lado do estudo clássico, profundo, se ensinava a moral católica de maneira razoável, numa bela capela gótica do antigo convento e por um corpo notável de capelães, o primeiro dos quais, seu amigo durante algum tempo, o Abade Valette, era, sob a cabeleira branca, um sacerdote de tipo físico de abade de corte, isto é, bastante mundano, porém com mais austeridade que em geral os frades dessa designação deixavam supor.

Outro capelão que ele indicou a meu pai, como conselheiro, o Abade Sibassier, era pela piedade, bondade angélica, humildade cristã, inteligência cultural e elevação de caráter, um verdadeiro santo. Parece-me dever insistir nestes pormenores, apesar de seu caráter quiçá demasiado pessoal, porque senti que essa escolha não se fez senão depois de longos debates íntimos, várias visitas a alguns liceus e colégios, em mais de um departamento, ou país, e várias consultas a amigos de confiança e, sobretudo, porque esses pormenores podem dar ideia da maneira pela qual meu pai olhava para a questão, a seus olhos tão grave, do que deve constituir a educação dos filhos.

13. A FAMÍLIA EM PARIS

Em Paris, moramos primeiro perto da estação do Norte, lugar mais à mão para as contínuas idas e vindas de meu pai. Depois, como residência permanente, ele escolheu o bairro latino, cujo ambiente de estudos era tanto de seu agrado.

Tínhamos a princípio habitado a Avenida Malakoff, onde nasceu meu irmão Paulo. Além dessa atmosfera de *rive gauche*, como ainda hoje se diz, estávamos mais perto do colégio dos dois rapazes e dos estudos preparatórios das meninas, mais tarde alunas das Damas Dominicanas em Auteuil.

Nosso apartamento foi, então, à Rue dès Feuillantines, célebre porque nela havia morado Victor Hugo algum tempo; depois Rue Gay Lussac; em seguida Rue des Rennes 75, onde ficamos três anos; por fim, e coincidindo com o termo dos estudos secundários dos rapazes, durante seis anos, à mesma Rue dès Rennes 106 bis. Quando começaram os estudos de medicina de meu irmão e os meus de direito, a família passou a viver numa casa da Vila Molitor, em Auteuil, por causa da vizinhança das já referidas Damas Dominicanas.

Julgava meu pai indispensável à saúde e ao desenvolvimento dos filhos, que estes tivessem uma hora de marcha a pé pela manhã, quando a caminho do colégio, onde eram meio pensionistas; e outra à tarde, ao regressarem. Tarde que deitasse, – às vezes às 5h da manhã – estava vigilante, frequentemente por intermédio de minha mãe, que era também muito matinal, – para que todos nos levantássemos às seis, o mais tardar, a fim de estarmos às 8h no colégio, qualquer que fosse o tempo que fizesse.

Em Paris, tinha meu pai grande inclinação pela margem esquerda, que era o cérebro literário, artístico e científico da grande metrópole latina. O aspecto antigo e douto dessa parte da cidade encantava-o,

pois era também menos cosmopolita do que a margem direita. Ali tinha ele à mão várias bibliotecas e museus, de grande sedução para seu espírito. Um dos seus prazeres íntimos era percorrer a galeria do Odeon, onde se demorava longamente, folheando livros, muitos dos quais acabava por adquirir. Se transpunha a ponte, quando ali morava, era sobretudo para ir ao Museu do Louvre ou à Biblioteca Nacional.

Frequentava meu pai assiduamente também os vendedores de livros, quase todos na margem esquerda do rio, e, ainda no mesmo bairro, demorava-se na livraria Chadonat, especializada em coisas americanas. Já muito velho, Chadonat me entreteve com emoção sobre as horas de palestra, animadas e interessantes, de Eduardo Prado, Domício da Gama e meu pai na livraria, em meio da fumaça dos cigarros inumeráveis deste.

É difícil, antes impossível, formar hoje ideia do que era Paris nesses tempos. Certamente o bairro latino não se parecia mais com o da época romântica e boêmia de Murger; mas conservava, bem que um tanto alterado pelas longas avenidas de Haussmann, uma fisionomia original e pitoresca, pois a transformação profunda que sofreu totalmente desde a exposição de 1900 não se tinha ainda operado. Era uma cidade francesa, habitada principalmente por franceses, que viviam à moda francesa, de vida já intensa, é certo, mas com vestígios de uma existência patriarcal, não ainda modificada pela feição cosmopolita que a caracterizou no século XX.

Quando vinha passar o fim de semana conosco, conduzia-me meu pai aos lugares históricos e aos monumentos. Essas visitas eram, sobretudo, aos museus da cidade e dos arredores, como Fontainebleau, Versalhes. Anos depois, compreendi que, assim procedendo, procurava meu pai, sobretudo, reviver as impressões de admiração entusiasmo de sua visita de 1867. Mas lembra-me bem que dizia não ser o mesmo. Faltava já à cidade de 1880 alguma coisa dessa vida aristocrática, cheia de elegância e de distinção de que o Faubourg Sr. Germain foi o centro. Os lugares públicos de

mais gosto, como o Café Tortoni, a Maison d'Or, o Café Anglais, já não tinham o mesmo gosto e a mesma clientela.

Disse-me ele, mais tarde, que era desconcertante procurar recompor, a certos anos de distância, algumas impressões de mocidade porque a lembrança as aformoseia e as gentes, os costumes, o próprio progresso estão em perene transformação. Esses confrontos deixam no coração e no espírito certo desengano como a luz maravilhosa que a criança cuida ter surpreendido no pó deixado em seus dedos pela borboleta multicolor. “É preferível, concluía ele, não procurar ressuscitar o que passou, conservando na nossa memória as imagens que a lembrança reteve”. Tive a oportunidade de ouvir a mesma observação a Joaquim Nabuco, mais tarde, quando foi buscar em Nápoles as impressões de sua primeira visita. De uma cidade incômoda e suja, mas radiosa de cores, de luz e de um pitoresco inigualável, se fazia outra moderna, de quarteirões antigos substituídos por outros de construção impecável, com a regularidade arquitetônica e a banalidade monótona das metrópoles modernas.

Uma tarde do ano de 1885, véspera dos funerais de Victor Hugo, meu pai me tomou em sua companhia, depois do jantar, para ver o catafalco elevado ao grande poeta no Arco do Triunfo. A multidão a pé e de carro enchia os Champs Elysées até a Étoile. Pudemos, contudo, aproximar-nos bastante para ver, à luz crepuscular, o monumento coberto de negro, destacando-se sobre um fundo de púrpura no sol que morria. Nos quatro cantos ardiam tochas de bronze, com reflexos pálidos, que realçavam o soberbo espetáculo. Impassíveis e direitos, soldados da guarda republicana a cavalo montavam guarda. Um verdadeiro rio humano, recolhido e mudo, escoava sem parar.

Não creio que a nenhum outro homem se tenha feito vigília mortuária tão imponente e grandiosa. Voltando à casa, perguntou meu pai, – eu tinha então 12 anos e os poetas que conhecia eram La Fontaine e Virgílio – se avaliava bem o que era um grande poeta. Não sei se o que respondi o satisfez, mas o caso é que ele deu-me algumas explicações, e, para me fazer compreender o que eram belos versos,

recitou-me e escreveu a parte do salgueiro da poesia *L'Etoile du Soir* de Musset e também *O Sabiá* de Gonçalves Dias. Eram recordações de mocidade, os únicos versos que lhe ouvi dizer, e os disse, aliás, muito bem.

Muito sensível aos melindres do país, sem, contudo, cair no excesso de um nacionalismo exaltado, tinha meu pai às vezes grande indignação quando um ou outro compatriota, mesmo de pouca significação, esquecia o que era o espírito da nacionalidade. Certa manhã fora ele visitar um velho amigo, o Visconde de Nioaque, amizade que vinha do tempo do Visconde do Rio Branco. No salão encontrou-se com um jovem de cerca de vinte anos, também convidado para o almoço. Vendo que se tratava de um brasileiro a ele se dirigiu em português.

– Não compreendo, respondeu o rapaz em francês.

– O senhor não é brasileiro? Inquiriu meu pai. Se o é, como me parece, não pode deixar de saber sua língua.

– Já a esqueci, foi a resposta, ainda em francês.

Resignado a dirigir-lhe a palavra em francês, meu pai interrogou-o sobre sua estada em Paris. Expôs então o jovem, em mal francês, que seu pai o havia enviado à França por dezoito meses para aprender agronomia e que desse prazo treze já haviam decorrido. Meu pai aconselhou-o a voltar depressa para o Brasil, pois se tinha esquecido, em tão curto tempo, a língua que falava desde a infância e a mocidade, que seria de agronomia estudada apenas um ano e meio? Só então, constrangido diante da lição, se decidiu o rapaz a falar o português e o fez desembaraçadamente.

14. UMA VISITA A PEDRO II

Em 1879-80, o Visconde do Rio Branco, que tinha então 60 anos, fez uma viagem à Europa com o fim principal de consultar alguns especialistas ingleses, franceses, italianos e austríacos sobre a enfermidade que, com grande surpresa sua, pois era a primeira vez que caía doente, vinha de manifestar-se, e que devia matá-lo meses depois.

Sua inteligência mantinha o mesmo vigor, a mesma agilidade excepcional; e o Visconde aproveitou a ocasião para instruir-se sobre o velho mundo europeu, pois era a primeira vez que atravessava o Atlântico. A meu pai, que lhe servia de guia, disse:

– É pena que eu tenha feito esta viagem já tão tarde. Havendo estudado pacientemente tudo que se referia à velha civilização ocidental, pensei que um homem curioso pudesse ter dela imagem aproximada. Ora, tantas coisas que vejo e ouço agora tomam para mim o aspecto de revelações desconcertantes e verifico a inanidade dos estudos feitos a grande distância. Compreendo também a ignorância e a incompreensão que têm a maioria dos europeus sobre homens e coisas de nosso continente, pois é força reconhecer que em alguns meses de viagem aprendi mais que em quarenta anos de assídua leitura. Os homens políticos brasileiros devem vir à Europa no começo e não no fim de sua carreira.

A parte dessa viagem que então mais impressionou meu pai foi a Itália, que não conhecia antes. Quando de sua primeira vinda à Europa, em 1867, ele não pôde realizá-la porque a Itália estava em cheio na luta pela unificação, e, depois, num período transitório não se sabendo em que daria aquilo tudo ou mesmo se daria nalguma coisa. Meu pai, nessa época, estava convencido

da aberração política e militar das velhas monarquias. Em 1880, o que mais lhe chamou a atenção, porque era a primeira vez que seu espírito se concentrou nisso, foi a Itália artística desde a Renascença e, também, as grandiosas reminiscências históricas, sobretudo de Roma. Ele fez sozinho, então, excursões fora do itinerário fixado, ao campo de batalha de Trasimeno e de Cannes. A beleza incomparável da paisagem impressionou-o profundamente. Ele tinha também o espírito voltado para as curiosidades turísticas, como se diz hoje.

A excursão ao Vesúvio e à grota azul em Capri, menos comercializada então, inspiraram-lhe descrições entusiastas. Pompeia foi a maravilha da excursão. Seu interesse pela antiguidade clássica reanimou-se durante longo tempo e lembro-me ainda de uma longa conversa entre ele e o comandante Dumontier, conversação que deixou encantado o latinista em formação, que eu então era, sobre os poetas e escritores do século de Augusto e da famosa discussão entre Virgílio e Batilo, a propósito do *sic vos non vobis*. Julguei nesse dia como um diplomata e um antigo militar podiam fazer do latim alguma coisa mais viva que meus professores no liceu, os quais então figuravam entre os melhores de uma época em que, entretanto, se sabia ainda o latim.

Pode dizer-se que data de então a inclinação de meu pai pela arte antiga, grega e romana, e pelas artes plásticas. Essa inclinação, ele a levou mesmo um pouco à arte egípcia. Da primeira conservou, durante alguns anos, o gosto de investigador e de colecionador de mosaicos, de cerâmicas, de vidros irisados, de objetos de escultura (bronze e mármore) e de algumas moedas antigas. Ainda que fascinado pelos célebres evanietes de Siracusa, recuou diante dos preços exorbitantes que pediam os antiquários.

Por ocasião da enfermidade e, depois, do falecimento do Visconde, esteve meu pai algum tempo no Rio de Janeiro. Daí trouxe para Paris meu primo Luiz Paranhos Cavalcanti, de que era tutor, e

minha avó, instalando a Viscondessa num apartamento que tomou para ela, no Boulevard Saint-Michel nº 56, canto da Rua Monsieur Le Prince, onde viveu até falecer. Vieram também dois velhos servidores, a ama de cor que meu avô tinha alforriado, e o *maître d'hôtel*, um alemão naturalizado brasileiro, Jacob Gross, de Mayence.

Um dia, houve grande movimento de polícias em torno dessa residência. Era Pedro II que, de passagem por Paris, visitava de improviso a viúva de seu antigo Presidente do Conselho. Alguns dias mais tarde, disse-me meu pai que eu devia apresentar os respeitos a Sua Majestade, que exprimira o desejo de ver-me. E instruiu-me sobre a maneira como comportar-me diante do Monarca.

As recomendações não foram supérfluas e eu passei um quarto de hora dos mais embaraçados. O Imperador morava no Hôtel du Réservoir, em Versalhes, e interrompeu uma lição que dava às filhas do Conde de Mota Maia para me fazer um exame, em regra, de todas as matérias do meu programa do 4º ano do liceu. Como eu tivesse dificuldades diante de um teorema de geometria, D. Pedro, que conhecia perfeitamente o ensino francês, veio em meu auxílio, dizendo:

– A culpa é minha, pois o problema é do programa da 5ª série. No ano próximo, V. o estudará.

15. VERLAINE

Tinha meu pai pouca propensão para assumir com os filhos um tom doutoral ou de censor, e, sem esquecer certas recomendações indispensáveis, julgava que o exemplo, mais que tudo, inculca bons princípios.

Quando meu irmão Paulo chegou aos 17 anos e eu aos 20, consagrou-nos meu pai três longas conversações. Eis, mais ou menos, em resumo, o que disse:

– Vivemos numa cidade que é a capital mundial do prazer e onde as tentações são numerosas. Não desejo pregar uma reserva, que vai com a nossa raça nem é para a idade em que vocês estão. Mas quero apenas dar alguns conselhos que evitarão a ambos assumir depois responsabilidades pesadas e irrevogáveis. Sem sermos santos, não é fácil ficarmos simplesmente homens de bem, o que já é o mínimo. Não é sem graves responsabilidades que um rapaz se dispõe a seguir os instintos de ordem animal que subsistem em todo homem civilizado, mesmo da mais refinada educação. Convém não esquecer que o que deve prevalecer no indivíduo, que não seja um bruto inconsciente, são as razões do cérebro e do coração e não os apetites inferiores.

E concluiu:

– Como, de outro lado, a natureza tem suas exigências, toda cautela será pouca, afim de que não haja depois consequências físicas a deplorar ou crises de consciência a sofrer. Não devem vocês acreditar nas gabolices de camaradas, quando falam de suas proezas amorosas. Não há capítulo como esse onde a vanglória masculina se estenda tão complacentemente quando a verdade é que os *recordmen* desse gênero de atividade não perdem o tempo em narrar as próprias façanhas. Em lugar de discorrer, eles agem. Os que falam muito são

como certos caçadores, que obtêm pela imaginação o que lhes falta na realidade.

Pôs-nos também meu pai em guarda contra certo sentimentalismo exagerado e doentio, em voga nos escritores do fim do século XVIII e de todo o século XIX, entre os quais o Abade Prévost, Jean-Jacques Rousseau e A. Dumas Filho.

Em geral ele não seguia muito de perto os estudos de meu irmão Paulo e os meus, pois confiava na excelência dos métodos do ensino francês, nos colégios, que havia escolhido para ambos, como vimos, depois de maduro exame.

Ele nos havia dito:

– Cada idade tem suas preocupações e seus deveres. O de vocês é de passar com boas notas, brilhantemente se possível, nos exames de fim de ano. Depois, será mais variado e mais complexo.

Suspendia meu pai, por uns momentos, seus estudos históricos e geográficos, a fim de lançar um olhar rápido e discreto de inspeção. E não raro aproveitava para entrar de passagem na Sorbona, no Colégio de França, ou ainda na Faculdade, e ouvir por instantes o curso de algum professor ilustre, sobre matérias de suas predileções bastante ecléticas. Ao mesmo tempo, aproveitava a ocasião para fazer alguma visita a um ou outro recanto dessa margem esquerda de Paris, que tinha sempre aos seus olhos tanto prestígio e tanto encanto.

Havendo-me encontrado numa dessas ocasiões à porta da Faculdade de Direito, que era então na Praça do Panteon, meu pai me fez acompanhá-lo a uma das igrejas históricas do bairro, a de São Medardo, desejando não somente ver esse santuário antigo e bastante arruinado, como também a praça onde tinham ocorrido, no século 18, as cenas de inspiração do Diácono Paris e seus sectários, cenas cuja interdição pela polícia do tempo havia dado lugar ao famoso verso:

*De par le Roy, défense à Dieu
De faire miracle en ce lieu.*

Caminhando através desse bairro (1896), atravessamos a rua populosa e mal-afamada de Mouffetard. Um indivíduo quase em frangalhos, com ares de mendigo, dirigiu-se para nós. Tinha uma capa que parecia mais uma blusa de operário do que qualquer outra coisa, com um chapéu de cor indefinível, tanto estava usado, sobre uma cabeleira ao mesmo tempo hirsuta e rara. Em torno do pescoço, sobre a camisa encardida, havia uma espécie de trapo à guisa de lenço. Andava trôpego apesar de apoiar-se numa bengala velhíssima. O olhar era ora vivo ora baço, numa fisionomia inteligente, terminada por uma barba descuidada e pontiaguda.

Meteu meu pai a mão no bolso do colete, mas retive-lhe a tempo o braço. Quase dava uma esmola a Verlaine. Quando, passado o momento, lhe expliquei a razão de meu gesto, ele comentou:

– Será possível que um poeta tão fino haja chegado a essa situação miserável?

16. PRADO E LEVASSEUR

Nossa casa era procurada frequentemente por alguns brasileiros, de passagem, ou amigos de meu pai.

A família via chegar com surpresa, todos os anos, por poucos dias, personalidades curiosas, alguns de cujos nomes referirei adiante. Em princípio meu pai mantinha sempre contato com a colônia brasileira de Paris, numerosa e opulenta nos últimos anos do século XIX. Mas, não sendo mundano, não procurava relações estreitas com os ricos ociosos, cujo trato seria para ele, sobretudo, perda de tempo; limitando-se, em consequência, a algumas relações antigas, como Rodolfo Dantas, por exemplo, que não faziam senão raros e breves estágios na capital francesa.

Como tivesse recebido, depois do título, assaz platônico, de membro do Conselho do Imperador, o de Barão, por seus serviços na representação consular e na propaganda do Brasil, isso deu causa a um curioso incidente doméstico. Nas suas curtas passagens por Paris, entretinha-se meu pai quase todo o tempo no seu gabinete de trabalho, compulsando livros e documentos. Não saía senão raramente. Um dia, soube que uma empregada da casa dissera ter ele certamente cometido no seu país alguma falta grave ou crime importante, pois, de outro modo, não se explicava essa vida reclusa, em vez de sair e tomar ares, como toda a gente...

Quando meu pai ouviu isto, pareceu afligir-se, mas pensou logo que não valia a pena levar a coisa a sério. Disse-me ele então: “A gente simples e ignorante procura sempre explicações complicadas para o que não compreende. É por esse motivo que se atribui frequentemente ao crime a morte repentina de indivíduos importantes”. Meu pai não pensou sequer em despedir a criada como minha mãe, mais

susceptível, havia sugerido; explicando-lhe, ao contrário, que, no momento em que tinha a seu respeito opinião tão pouco favorável, ele recebia do Imperador o título de Barão.

A primeira pessoa que nessa época atraiu a atenção da família foi Eduardo Prado, que levava vida de estudante rico, um tanto pródigo e boêmio, mas em grande parte devotada aos estudos e às curiosidades do espírito. Sua maneira de viver lembrava um pouco a do personagem de Eça de Queiroz, Fradique Mendes. Prado acompanhava os trabalhos de meu pai tomando vivo interesse em sua amizade. Segundo o hábito brasileiro, tinha sempre seu talher em nossa mesa, jantando conosco e ficando a conversar até 4 e 5 horas da manhã. Às vezes, chegava de improviso, de uma viagem ao outro lado do mundo, e a meninada encantava-se de ouvir falar alguém que vinha diretamente de países que sabia existirem no mapa, mas que consideravam como quase inacessíveis. Ele tinha uma prosa cheia de espírito, um tanto irreverente às vezes; quando queria, sua conversação era particularmente atraente porque muito erudita.

Eduardo Prado, como lhe acontecia sempre, tinha-se tomado de admiração entusiasta por meu pai, admiração que se misturava de uma familiaridade *bon enfant*, que lhe estava nos hábitos. Depois de algumas semanas de assídua presença noite e dia, desaparecia como viera, de repente, sem que se pudesse dizer se regressaria. Às vezes meu pai retomava a pena, para algum trabalho suspenso, enquanto ele folheava livros ou mapas ou, ainda, descansava meio estendido num sofá de couro, pouco confortável e cheio de volumes grossos ou de revistas e de correspondência. Pelas 3 ou 4 da madrugada meu pai o prevenia bruscamente que era tempo de retirar-se; e ele descia a escada para procurar o fiacre que retivera à meia-noite e que, cansado de esperar, se tinha ido, acreditando nalguma farsa da criadagem. No dia seguinte voltava para cobrar o tempo de espera em vão.

Foi nessa época (1880) que meu pai, atendendo a um apelo de Emilio Levasseur, do Instituto de França, dirigiu a organização da parte da *Grande Encyclopédie* referente ao Brasil. Ele já era conhecido em Paris como o melhor sabedor das coisas do Brasil. Para isso dividiu espontaneamente a colaboração com Eduardo Prado e o Barão d'Ourem. Foi a primeira publicação na Europa a que ele se dedicou apaixonadamente durante meses. Tratava-se de tornar conhecido ao mundo erudito o Brasil. Seu trabalho enxertava-se sempre de novos capítulos; e Levasseur, algum tanto receoso diante da extensão que tomava o estudo, que no princípio devia ser sumário, acabava por exclamar: “Está bem, deixemos mais uma vez passar isto!” No fim, a parte do Brasil era mais importante que a da Grã-Bretanha, o que deu não pequeno prazer a meu pai.

Tinha ele grande admiração por Emilio Levasseur, o qual, com a fisionomia inteiramente raspada, coisa então excepcional na França, representava a seus olhos o tipo austero do sábio francês no início do século XIX. Essa admiração abrangia a ciência e o labor de Levasseur, o qual, para evitar que os ociosos lhe tomassem o tempo, respondia aos pedidos de entrevista dizendo que “recebia usualmente até 7 da manhã”. Seu esforço contínuo de investigações inspirava também a meu pai o maior apreço. Isso aconteceu quando ele recebeu a nomeação de administrador do Colégio de França, e mais ou menos quando, pouco tendo de seu, como sucede sempre aos servidores desinteressados da ciência, teve de Lady Richard Wallace uma herança que, naquela época, representava uma fortuna. Modesto em tudo, Levasseur nada alterou em sua maneira de viver alugando, apenas, um meio apartamento a mais onde morava para melhor acomodar a biblioteca e os arquivos, segundo projeto que há muito tempo tinha como irrealizável.

Houve, às vezes, incidentes cômicos nesta colaboração de alguns meses. Um dia, Emilio Levasseur convidou meu pai a jantar em sua casa, onde a mesa era das melhores, mas onde uma velha governante,

de cabelos brancos, que o havia criado, dirigia tudo a sua maneira, falando a um membro do Instituto, já de cabeça embranquecida, como se fosse o rapaz de outrora. Outra vez, revendo o artigo sobre o Brasil meu pai chamou a atenção do sábio, que, como todos os sábios, tinha suas distrações. Num trecho do manuscrito, que se referia a certos índios, Levasseur acrescentara em francês: “*ces anthropophages aux mœurs assez douces...*”.

– Como – perguntava Levasseur – pude eu escrever tal coisa?

A frase estava inteira, mas Levasseur teve ainda tempo de corrigir as provas. Desse artigo tirou meu pai uma edição à parte, a que juntou uma coleção cuidadosamente escolhida de reproduções fotográficas e que ficou como uma espécie de retrato fiel do Brasil colonial e imperial quando o Brasil republicano ia surgir (1889).

Foi nessa mesma época que meu pai se ocupou ativamente com a participação do Brasil na exposição de Paris de 1889, a qual deve considerar-se como a de mais êxito entre todas (1856, 1867, 1878, 1889 e 1900) e como a única que não foi negativa financeiramente. Em grande parte devido à sua iniciativa, fundou-se uma comissão de organização, compreendendo, além de notabilidades da colônia brasileira em Paris, como o Visconde de Cavalcanti (Diogo Velho), o Conde de Araguaia e os Barões de Albuquerque e de Estrela, os proprietários de casas importantes de comissões e de negócios com o Brasil, como as casas Prince et d’Etivaud, que tomaram a si, a título gracioso, todos os trabalhos materiais de organização com o apoio pouco importante de uma subscrição entre os membros da mesma colônia. Estes eram então numerosos, pois o “mil-réis” estava a 28 dinheiros ingleses e não se conheciam ainda as facilidades sedutoras e os dissabores definitivos das emissões de papel-moeda.

A exposição, que não custou um real de subvenção ao Tesouro, teve grande êxito. Nosso pavilhão destacou-se como um dos mais interessantes. A distribuição gratuita de café em xícaras foi a primeira

revelação dessa deliciosa bebida brasileira. No *hall* do pavilhão havia uma exposição de quadros de pintores nacionais, na maioria, vastas alegorias de gosto duvidoso. Meu pai, encarregado pela comissão executiva dessa exposição, convidou para visitá-la ao pintor Meissonnier, um dos mestres da escola francesa de então. Meissonnier passou um olhar desdenhoso por essas telas imensas e pretensiosas. Mas de repente estacou diante de um pequeno quadro, examinando-o de perto. “Agora sim, vejo alguma coisa de verdadeiramente artística, exclamou. Eu me honraria pondo meu nome por baixo”. Era de Pedro Américo.

17. ELISÉE RECLUS

Foi meu pai, nessa época, solicitado pelo Barão de Santana Neri para preparar uma síntese da história do Brasil destinada ao volume em que reunia diversos ensaios sobre o nosso país sob o título *Le Brésil et l'Exposition de 1889*. Escreveu-a meu pai em 17 dias e deu-lhe o título de *Esquisse de l'histoire du Brésil*, esforço imenso em que passou a condensar, no menor número possível de páginas, seus profundos conhecimentos no assunto. Não se tratava, como diz o título, senão de um resumo do trabalho, muito mais vasto, que tinha a esperança de poder escrever um dia e que nunca pôde fazer. Tal qual é, esse esboço, no juízo dos entendidos e em todos os tempos, representa a exposição mais concisa e precisa que existe sobre a história nacional.

Pouco antes nossa casa tinha sido frequentada com alguma assiduidade por dois homens de individualidade diversa. Um era um rabino de Avignon, que havia planejado escrever a biografia de Pedro II e tinha apelado para meu pai como aquele que podia melhor ajudá-lo. Era excelente homem com o fraco de querer mostrar, frequentemente, as personalidades que lhe pareciam notáveis, que, segundo seu tipo, eram indiscutivelmente de origem israelita. Meu pai não escapou a essa demonstração e levou a coisa em riso; mas o comandante Dumontier, que tinha bem o temperamento francês de origem céltica, se agastou um pouco.

Interessou-se meu pai pelo plano do livro, pois via nisso uma ocasião de ampliar a admiração, podia-se dizer o respeito, com que cercavam no estrangeiro o Imperador do Brasil. Tendo-se disposto a colaborar, completou e refez a obra a tal ponto que ficou outra. O que fora a princípio uma simples *plquette*, de algumas páginas,

passou a ser um volume cheio, muito bem impresso, mas com a só assinatura do rabino Mossé, autor da ideia. Quis meu pai exprimir sua admiração pela alta personalidade moral e intelectual de quem então simbolizava, em toda a Europa, o Brasil. Mas, não desejando parecer cortesão, silenciou sua colaboração nesse trabalho; tanto mais quanto por tratar-se de um estrangeiro, e estrangeiro não subvencionado, o elogio, por grande que fosse, parecia mais desinteressado e eloquente.

Outra visita do tempo foi Elisée Reclus, a quem meu pai tinha sido indicado como o brasileiro, residente na Europa, a quem podia consultar a propósito da viagem que pretendia fazer ao Brasil e que precederia a organização do volume sobre a América do Sul de sua *Géographie Universelle*, no qual nosso país devia constituir a parte principal.

Ainda que as teorias anarquistas de Reclus, aliás platônicas, inspirassem verdadeiro horror a meu pai, ele recebeu Elisée Reclus em nossa casa com as atenções e a admiração que os conhecimentos e o espírito de homem tão eminente inspiravam. Ele descreveu-me alguns traços elevados, o nobre e raro desinteresse na vida desse ilustre sábio, cuja fisionomia fria e austera, emoldurada por uma cabeleira e uma barba também a embranquecer, lembrava estranhamente o tipo dos profetas bíblicos perpetuados pelos grandes pintores da Renascença.

– Se todos os anarquistas fossem desse feitio – disse ele –, não haveria receio que essa perigosa doutrina se disseminasse pelo mundo, pois esse homem é a nobreza de caráter e a bondade personificada.

Sabendo que eu estava a preparar meus exames para o bacharelado de filosofia, contou-me Reclus que tinha conhecido um moço que, havendo terminado o curso secundário, inquiriu de seus professores se o julgavam habilitado a receber o diploma de bacharel e, tendo obtido resposta afirmativa, absteve-se de prestar o

exame, considerando-se como aceito. Manifestamente essa anedota se referia a ele próprio. Tendo-o meu pai também interpretado assim, disse-me, depois que Reclus se foi:

– Tudo isso é muito bonito, em teoria, mas na prática é melhor prestar exame, malgrado a parte que o arbítrio e a boa estrela nele sempre têm. Nem todos são iguais a Reclus; e se essa prática se generalizasse, os ignorantes e incapazes estariam premiados sem esforço.

Elisée Reclus voltou durante dias seguidos para trabalhar no seu livro, segundo os dados que lhe fornecia meu pai, pois simpatizou profundamente com o espírito e o temperamento deste, apesar de divergências profundas de doutrinas, tanto é certo que os homens de bem, de uma certa superioridade espiritual, se apreciem mutuamente. Foi Reclus quem, em reconhecimento pelas informações preciosas que obtivera de meu pai, a cujos conhecimentos geográficos rendia homenagem, sugeriu à Royal Geographical Society, de Londres, sua eleição como membro correspondente no Brasil. De todos os títulos e distinções honoríficas recebidas por meu pai, em sua vida, foi essa que lhe causou maior prazer e que mais o lisonjeou, pois foi concedida com inteira independência pela Sociedade mais sábia do mundo e sob a iniciativa de um homem como Reclus.

Essa época precedeu com breve intervalo a dos atentados anarquistas de Paris, que impressionaram profundamente a burguesia francesa. Um dia demorou-se meu pai nas arcadas do Odeon, examinando os últimos livros aparecidos; e tendo perdido a hora de almoço em casa, dirigiu-se a um restaurante vizinho, onde tomava às vezes suas refeições, numa pequena sala que dava para a Rua Vaugirard. Desculpou-se o *maître d'hôtel* de lhe dar outra mesa, por ter sido a sua habitual reduzida a pó na véspera, por uma bomba que um anarquista havia colocado no parapeito da janela junto à mesma. Por um acaso milagroso, o cliente que se sentara no

momento ali era Laurent Taillade, conhecido não só como poeta de certo valor, mas também como uma dessas inteligências estranhas que se comprazem em doutrinas extravagantes. Sobre o atentado de Emile Henri, Taillade tinha formado um juízo que alarmou a opinião pública da época: “Pouco importam as vítimas desde que o gesto seja belo!” Uma ironia do acaso vingou-se desse esteta que fazia tábua rasa do sangue humano, pois, se Taillade não morreu do acidente, ficou estropiado, quase cego, para o resto de sua vida. Essa triste história fez meditar bastante meu pai, para quem tais atentados eram sinais precursores da vaga que ia tudo submergir mais cedo ou mais tarde, pondo à prova a organização social contemporânea.

18. JULES DUMONTIER

Isto posto, é tempo de dizer de um grande amigo que teve com ele relações mais íntimas que as mundanas e que exerceu, durante muitos anos, grande influência na sua vida.

Ele o havia conhecido por intermédio do amigo de mocidade, René Douay, a quem já me referi. Chamava-se Jules Dumontier, de Beauvais, tendo sido oficial brilhante no Segundo Império, quando, egresso da Escola Politécnica, serviu longamente na Regência na França. Fez a campanha de 1859 na Itália, sendo ferido em Magenta, bem como a de 1870 até a rendição de Metz. Inteligência excepcionalmente brilhante e espírito sedutor, às vezes paradoxal. Além da matemática transcendental e das ciências militares, sabia bem duas línguas clássicas, sobretudo o latim; as quatro principais línguas romanas, uma das quais o português; o inglês, o alemão, além do russo e do árabe. Tinha, além disso, um conjunto de conhecimentos diferentes, como, por exemplo, a cozinha na economia doméstica; a teoria e a história da música; e, coisa insólita num antigo soldado, o *tricot* e a *broderie*. Conhecia o francês clássico e a arte de bem dizer. Uma série de conhecimentos, a prática do mundo, maneiras vivas e finas o tornavam extremamente atraente.

Entravado no fim de sua carreira por opiniões algo um tanto mais bonapartistas que o permitia a 3ª República, retirou-se do exército, vivendo em Paris. Os dois se haviam ligado por grande identidade de ideais e sentimentos e por uma estima recíproca. Como na ausência do pai os liceus franceses exigissem a vigilância de um correspondente, de escolha aceita por eles, o Comandante Dumontier aquiesceu aceitando essa missão quanto a nós. Sob a aparência de um burguês pacato, de aspecto militar, era uma personalidade original,

digna de afeição e mesmo de admiração a vários respeitos, sobretudo quanto aos seus conhecimentos, que eram enciclopédicos, e à sua filosofia de vida, que era das melhores.

Observava meu pai, com atenção, a maneira de viver e de pensar do comandante, que ele considerava como exemplo típico da classe média francesa ao tempo em que essa classe fazia a força e a grandeza do país; e sua ascensão depois ao papel de classe dirigente nacional, com sua pureza de tradições e de costumes, sua compreensão dos deveres privados e públicos, e antes que se deixasse contaminar pelas perspectivas de enriquecimento rápido, à americana, que prevaleceram depois.

Era o comandante um *gourmet* refinado. Educava mesmo suas cozinheiras, moças do campo que, no fim de dois anos, se tornavam verdadeiras *cordons bleus*. Uma vez por ano oferecia um grande almoço, para o qual tomava medidas muito tempo antes, fazendo vir dos melhores fornecedores, dos respectivos lugares de origem, as galinhas de Bresse, os capões de Mans, os patos de Duclair, o presunto de Bayonne, o salmão do Loire, os aspargos de Argenteuil, as ervilhas de Clamart, os pêssegos de Montreuil, as uvas de Fontainebleau, os pastéis de amêndoa de Aix, os bolinhos de Amiens, as madalenas de Commercy. Chegavam, na véspera, os queijos Camembert e de Brie de fornecedores locais cujos endereços se transmitiam na família de geração a geração. O comandante não confiava a ninguém a escolha de um Camembert ou de um melão. Os vinhos tinham envelhecido na sua adega. Quando a reputação excepcional de uma boa colheita se confirmava, depois de um ano de experiência, ele mandava vir o vinho em barricas de Bordéus ou Borgonha, engarrafava-o sob sua fiscalização direta, examinando e cheirando as rolhas. Provava de seis em seis meses esses vinhos, declarando com infalível certeza: “Este vinho estará perfeito em dois ou três anos”. Ou ainda: “Este vinho passou o limite, de hoje em diante vai decair; é preciso bebê-lo”.

O comandante era, aliás, muito sóbrio, como todo verdadeiro *gourmet*, tomando raras vezes mais de meio copo de vinho em cada refeição. Uma noite, em que meu pai subiu ao seu apartamento, para conversar sobre vários assuntos referentes aos nossos estudos, ficou ali para jantar sem cerimônia. Ao descer, meu pai disse que tinha feito a refeição mais fina de toda sua vida. Apenas um *consommé* e um prato de espinafre com creme; e, todavia, não tinha lembrança de ter jamais comido coisa tão gostosa.

O comandante, que tinha conservado algumas recordações altamente pitorescas e às vezes dramáticas de suas campanhas de Argélia, de Itália e da Lorena, interessava muito a meu pai. Comandara uma brigada de engenharia do exército de Bazaine, em 1870, e, na certeza da vitória, havia batizado “caminho de Berlim” ao cavalo que o servia e que, em vez desse glorioso destino, acabou, como tantos outros, servindo de repasto às forças sitiadas. Dumontier tinha a convicção de que Bazaine não havia traído, mostrara-se apenas inferior à sua missão, coisa que acontece frequentemente a chefes militares e políticos não menos numerosos, sem excluir o povo de Paris que, em sua grande maioria, tinha desejo pela guerra.

No referido almoço, no qual figurava toda nossa família, havia amigos e parentes do comandante. Num deles estava sentada ao lado de meu pai uma jovem *miss* de cútis rosada, olhos azuis claros e extremamente esbelta. Depois que se serviu o pato com nabos, bebeu-se uma velha aguardente de Calvados, o que correspondia outrora no Brasil ao cálice de parati depois da feijoada. A jovem inglesa engoliu de uma só vez o que era para beber-se devagar e aos tragos, o que foi motivo de jovial comentário de meu pai.

– Só tomo aguardente em duas ocasiões – respondeu ela – depois de apreciar o pato com nabos, ou mesmo sem isso.

Estendo-me sobre a pessoa do Comandante Dumontier porque durante vinte anos (1879-1899) foi ele o amigo mais constante e

desinteressado de meu pai, com o qual, aliás, não tinha de comum nem a nacionalidade e profissão, mas ao qual o ligavam profundas afinidades morais. O que concorreu muito para estreitar essa amizade foi que, durante três anos, habitaram ambos o mesmo prédio, na Rue de Rennes 75, ocupando meu pai o primeiro e o comandante o quarto andar. Era ele padrinho da mais jovem de minhas irmãs, Hortênsia, e ensinava-me matemáticas. A este respeito lembra-me que certo dia o comandante, vestido apenas de um roupão, com umas calças da época de Luiz Filipe e um boné de polícia sobre a orelha direita, conforme a moda militar do Segundo Império, apareceu cedo com os jornais da manhã, e anunciou gravemente:

– Gambeta morreu esta noite.

19. VIAGEM À RÚSSIA

Outro amigo francês dessa época era um médico de Royat, o Dr. Alexandre Petit, que teve uma longa vida de trabalho profissional consciencioso, iluminada por preocupações artísticas, no meio de uma bela família na qual era chefe exemplar. Tendo sido receitada a meu pai uma estação de águas na referida cidade, veio ele assim a conhecer o Dr. Petit, apreciador, além de excelente médico, de tapetes e móveis antigos, de alguns dos quais era possuidor, e de antiguidades galo-romanas da Auvergne. Meu pai se interessava, de passagem, por estas, o que deu lugar a gracejos entre ambos, tanto que, depois, telegrafou ao doutor com o pseudônimo de “gaulotus cassatus”. Conhecia o Dr. Petit em Clermont-Ferrand velhas casas de antiguidades, com escadas difíceis de subir, mas que podiam vender, a preços baratos, muitas coisas antigas e belas. É dessa época que data a aquisição, por meu pai, de dois ou três belos tapetes de parede, que tiveram grande parte em nossas preocupações, a cada mudança de domicílio, pelos pormenores de instalações que exigiam. O Dr. Petit era, além disso, homem esportivo e profundamente psicólogo. Intrigado pelo que tinha observado de original e de forte no caráter e no espírito de meu pai, obteve de um grafólogo, então célebre, o Sr. Van Berg, o retrato abaixo. Como acontecera com o comandante Dumontier, essa nova amizade se estreitou por outros vínculos. Aceitou, com efeito, meu pai, ser padrinho de uma das filhas do Dr. Petit, não mantendo, aliás, com essa família, que residia habitualmente numa cidade do interior, senão relações longínquas, as quais se estreitaram de novo quando meu pai foi a Royat, para uma última cura, em 1890.

O exame grafológico data de 1880, quando meu pai tinha 35 anos. Ele é interessante, sobretudo na primeira fase de sua existência, quando as inclinações naturais não se haviam modificado, conforme escrevi, pelo esforço de vontade e de disciplina interior que caracterizou a segunda fase, tanto em relação à inteligência como ao caráter.

Eis resumido o documento: “A letra indica um temperamento original, que não procede senão segundo suas próprias ideias. Caráter inteiriço, às vezes brusco, não suportando facilmente a contradição. Vivacidade e rapidez nas decisões, mas a vontade calma-se depois dos primeiros impulsos. Coração mais sensível do que mostra, parecendo que receia ser como tal considerado, de modo que assume, por vezes, um ar fechado senão ingrato. Luta sempre para fazer prevalecer somente a razão. Entusiasmo em tudo que empreende. Orgulho e pretensão, com excelente opinião sobre sua inteligência e em geral sobre sua personalidade. Aquela é, de fato, excelente, é mesmo excepcional. O discernimento, que é sempre seguro, perde às vezes a reserva e não tem então medida na sua franqueza. Contraditório e absoluto às vezes, é extremamente devotado aos a quem confia sua amizade e a estes somente”.

Foi nesse tempo que recebeu meu pai, do Governo Imperial, a incumbência de organizar e dirigir, durante dois ou três meses, uma exposição de propaganda do café nos mercados russos, onde nossa bebida não se conhecia senão num círculo restrito de aristocratas cosmopolitas e alguns homens de letras viajados. Essa exposição se realizou em Moscou e, por mais tempo, em São Petersburgo. Como meu pai ignorava o russo, conseguiu do comandante Dumontier que o acompanhasse a título de intérprete. No começo da viagem, entre Berlim e São Petersburgo, os dois viajantes receberam uma advertência que os impressionou desagradavelmente. Um companheiro de viagem, de maneiras fidalgas (logo depois se soube que se tratava de um cidadão russo, de nobreza balta, mas de origem germânica),

vendo dois estrangeiros de aspecto distinto e oficiais da Legião de Honra, entabulou conversa dando-lhes várias informações sobre as coisas do país e de São Petersburgo, onde habitava metade do ano. Entre essas recomendações, estava a de não descansarem a cabeça nos encostos dos bancos de viagem, que eram de primeira classe, porque, quando estavam vazios, os empregados neles repousavam, deixando-os cheios de piolhos. E continuou:

– Este grande Império é também o país dos piolhos. Os senhores encontrarão frequentemente traços disso nos romances russos e nos hábitos gerais. Lado a lado estão a civilização e a mais primitiva barbaria.

A missão teve bom êxito, tendo nosso produto suscitado vivo interesse na Corte e nas classes inferiores. Houve recepções oficiais, mais do que as habituais, recepções a que o Tzar Alexandre III deu grande relevo. Meu pai mostrou grande interesse pela civilização russa e de volta levou uma biblioteca completa sobre o país, além de retratos com dedicatória do tzar e da família imperial, inclusive dos grão-duques irmãos do Imperador, homens todos de aparência soberba com belos uniformes de corte meio oriental. Teve ele a honra de conversar bastante tempo com Alexandre III, imponente colosso que lhe deixou uma grande impressão de força física, de vontade e de coração. Teve também longa palestra com tzarevich, mais tarde Nicolau II, então rapaz. Ambos mostraram-se curiosos das coisas do Brasil, sobretudo quanto à escravidão negra que comparavam à servidão russa.

Tendo observado o país, com a observação concentrada e a precisão que lhe era peculiar, meu pai, ao resumir suas impressões, de volta a Paris, fez algumas previsões que estavam em seus hábitos. Uma dessas deixou o comandante surpreso. Para bem compreender o imprevisto, cumpre lembrar que, em 1884, o regime tzarista parecia em todo seu prestígio, não só interno como externo, e que se apoiava

em força militar temida e numa política bastante importante para constituir um Ministério de Estado, preponderante sobre os demais e servido por elementos de repressão tão dedicados quão combativos como os cossacos. Todos os presentes, além do comandante e meu professor de desenho, participaram da surpresa, ao ouvirem meu pai declarar que, segundo o que observara, tinha a impressão de que o tzarevich, futuro Nicolau II, que não contava então mais de 15 anos de idade, seria o Luís XVI da dinastia.

20. A REPÚBLICA NO BRASIL

Em 1888, foi meu pai ao Brasil por algumas semanas. Esse breve contato com o nosso país, no momento em que acabava de surgir a questão militar, de tanto maior ameaça para o regime quanto coincidia com o enfraquecimento da saúde do monarca, permitiu-lhe ajuizar rapidamente a situação, num sentido diametralmente oposto à maioria das opiniões que ouvira.

Nessa época, a Proclamação da República parecia (a não ser para um grupo reduzido de propagandistas, chamados depois “republicanos históricos”) um acontecimento pouco provável. Discorrer dela parecia ao público, que se julgava bem-informado, uma excursão ao reino da fantasia. De volta ao seu Consulado em Liverpool, Punshon fez ver a meu pai que era necessário renovar o *stock* de papel oficial, ao que respondeu:

– Você fará gravar nesse papel “Consulado-Geral do Brasil” em vez de “Consulado-Geral do Império do Brasil”.

Perguntou Punshon espantado se o Império ia desaparecer. Ao que meu pai respondeu:

– Não sei, e se isso suceder muito sentirei porque será, provavelmente, um salto no desconhecido, a desordem ou a ruína. Mas como chefe de uma repartição oficial, devo prever o que vai acontecer e, segundo o que pude observar, trata-se de um acontecimento que pode ocorrer de um momento para outro. Gravado, aliás, como indiquei, o papel poderá servir tanto a um como a outro regime. Um funcionário zeloso deve evitar, dentro do possível, despesas inúteis ao erário.

Isto ocorria cerca de um ano antes da Proclamação da República, acontecimento julgado improvável pelos pontífices da política do Brasil, nisso compreendidos os que se consideravam estadistas experimentados no manejo da coisa pública.

A queda do regime imperial foi logo depois o golpe mais rude que meu pai sofreu em toda a sua existência, acarretando-lhe uma crise de sentimento e de vontade.

Dois elementos eram para ele essenciais nessa crise. Primeiro, a injustiça e a ingratidão que sofreu o Imperador, pelo qual tinha, como a maioria incontestável dos brasileiros, um verdadeiro culto, inspirado, em proporções iguais, de gratidão mais cívica que pessoal e de respeitosa admiração. Depois, as apreensões patrióticas quanto ao futuro de um país ainda jovem diante de ambições individuais ou coletivas inevitáveis, uma vez afastado o alto árbitro que as havia sempre conciliado, com imparcialidade e abnegação, em benefício do interesse superior da nação. Esse árbitro tudo resolvia sabiamente, tendo em conta não só o passado recente, mas também o futuro remoto; e não sacrificava, nunca, como acontece em geral aos governos eletivos, os interesses gerais aos da política interesseira e de grupos.

Essa crise de índole pública, que não podia deixar insensível um patriota de seu estofo, complicava-se nele com outra de ordem pessoal, muito grave. Tendo tudo disposto, desde sua mocidade, para poder consagrar sua inteira atividade ao serviço do país, pareceu-lhe num momento que isso não seria mais possível, porque repelia com horror uma dessas apostasias que ocorreram então por parte de cortesãos do antigo regime, transformados subitamente em velhos adeptos do novo e depois de terem proclamado, por longo tempo, às vezes em forma bastante servil, sua dedicação ao soberano depois deposto.

Assumir logo uma atitude de adesão ostensiva à República parecia-lhe um ato vil, ainda que praticado por outros brasileiros

altamente colocados. Exibir, por outro lado, uma atitude de censor das novas autoridades, não era de seu temperamento, e equivalia a expor-se ao ostracismo, o que lhe parecia incompatível com a continuação de seus serviços ao país. Meditava meu pai as palavras do filósofo político francês: “Dans des temps troublés il est souvent plus difficile de connaître son devoir que de le faire”. Mas sua opinião profunda era a que me repetiu depois tantas vezes: “Um diplomata não serve a um Governo determinado. Ele serve, através dos Governos que se sucedem e às vezes se contradizem, ao país, que é, para o patriota, uma entidade permanente e sagrada”.

Pensou meu pai por um momento em abandonar definitivamente o serviço público e escolher, de um modo que seria também para o resto de seus dias, a vida rural provavelmente no Estado de São Paulo, segundo as conversas ouvidas então em casa. Essa deliberação lhe teria permitido retomar raízes mais profundas na terra natal, de que tinha sempre grande saudade; e de entregar-se mais exclusivamente aos estudos históricos aos quais se julgava destinado. Teve mesmo algumas semanas de vacilação cheia de angústia, porque a indecisão era para seu espírito verdadeiramente intolerável. Citou-me então o exemplo de dignidade e de abnegação de um juiz que, para ficar fiel ao ideal de toda sua vida, tinha renunciado o cargo e, numa idade em que não se refaz a existência, refugiou-se na atividade, de muito menor remuneração e futuro, de professor.

Na dúvida que o atormentava, meu pai consultou ao Imperador sobre a conveniência de demitir-se. Essa consulta se fez por intermédio de um velho amigo seu e do pai, o Visconde de Nioaque, que cercava o soberano deposto de uma dedicação cheia de sacrifícios e exercia as funções pouco remuneradoras e invejadas, mas tão nobres, de cortesão da desgraça. Sei que a mesma consulta foi feita em iguais termos, pelo mesmo intermediário e no mesmo momento, a respeito de sua própria situação, por Souza Correia, amigo de mocidade de meu pai. Respondeu Pedro II a Nioaque:

– Diga ao Rio Branco que ele é um bom servidor do país, ao qual terá talvez ocasião de prestar serviço. Deve ficar no seu posto, no que depender dele, pois poderia cair em mãos menos dignas, que se aproveitassem do momento. Que continue a trabalhar pelo Brasil. Eu passo, o Brasil fica.

Essa decisão não diminuiu as penosas hesitações de meu pai, que, afinal, resolveu manter para com o novo regime o mesmo zelo com que servia ao antigo nas suas funções, guardando para seu íntimo uma independência de espírito tão digna quão discreta. Foi essa solução feliz que lhe permitiu prestar ao país, mais tarde, os maiores serviços, pois foi depois dela que começou a parte brilhante de sua carreira.

2 I. INSPETOR DE IMIGRAÇÃO

Logo após a República recebeu meu pai uma prova da confiança que nele depositava o Governo do Brasil. Tendo resignado o Conselheiro Antonio Prado o cargo, para ele criado, de superintendente do Serviço de Imigração, foi meu pai convidado para substituí-lo. Hesitou muito, porque preferia continuar no seu Consulado-Geral em Liverpool. Insistiu o Governo, declarando que não havia incompatibilidade entre as duas funções, embora a Superintendência de Imigração funcionasse em Paris. Resignou-se meu pai a aceitar. Mas como uma lei proibia a acumulação de remunerações, não recebeu um vintém pelo serviço, todo o tempo em que o dirigiu, e creio que foram dois anos. É, talvez, o único exemplo de acatamento à prescrição republicana. Outros patrícios, aliás ilustres, acabaram fazendo-se especialistas na acumulação de cargos e sinecuras de vários Ministérios, quando os honorários e mesmo as sedes de serviço eram inconciliáveis. Uma prova de que as regras, que ele observava nos serviços do país eram mais rigorosas do que a outros respeitos, é que, mais tarde, o Ministro das Relações Exteriores teve que opor-se, em virtude das mesmas prescrições legais, ao pagamento de um ordenado a mais por funções exercidas por um funcionário que já pertencia ao corpo consular.

Seu desejo era ter como colaboradores homens de sua confiança pessoal, o que nem sempre conseguia, e de cuja dedicação não teria jamais que duvidar. Como precisasse de alguém nessas condições na Superintendência de Imigração, meu pai pediu a Domício da Gama para ocupar o posto de Primeiro Secretário. Ele tinha conhecido Domício por uma apresentação de Eduardo Prado, quando da Exposição Universal de Paris de 1889, onde esse seu futuro e predileto

companheiro de trabalho havia chegado como representante da *Gazeta de Notícias*. Meu pai reconheceu logo nele notáveis dons de inteligência e de escritor brilhante, algumas das qualidades de caráter que tanto prezava, grande lealdade e desinteresse, ativa e nobre concepção da vida, tudo combinado, o que não é fácil nem muito comum, com grande cortesia e um refinamento peculiar aos espíritos de distinção. Sabia meu pai que Domício havia começado sua vida à força de trabalho e de talento, contra o desejo do pai que julgava obscura a carreira das letras quando havia tantos outros meios de vida na agricultura e no comércio.

Ligou-se a ele por uma sólida amizade e estima, assim que suas observações se confirmaram pela experiência e lhe descobriu disposições de trabalhador infatigável, apesar de uma saúde que já não era brilhante. Domício foi de todos os seus colaboradores de escolha própria o que o seguiu sempre e assiduamente em todas as missões desde Paris, Washington, Berna, até o Ministério das Relações Exteriores. Já neste último, Domício pertencia ao corpo diplomático, onde meu pai conseguiu colocá-lo e onde prestou grandes serviços, em postos às vezes difíceis.

O outro Secretário da Superintendência, que meu pai nela já achou trabalhando, era o Barão de Santana Neri, o qual gozava então em Paris de conceito como publicista. No correr dessa missão sucederam alguns fatos bastante pitorescos. As populações ítalo-suíças do Tessino, por exemplo, estavam tentadas pela perspectiva de se estabelecerem além do Atlântico. Mostrou-me meu pai a carta de um sacerdote que desejava emigrar com toda a população de sua aldeia, acrescentando: “se è vero que si puo viaggiare senza pagare”. Tudo se resumia para ele e suas ovelhas nessa perspectiva sedutora de uma bela e longa viagem, sem gastar um vintém.

Certa campanha de imprensa, menos responsável, levantou-se em Paris contra a emigração. Santana Neri disse a meu pai, que

se mostrava preocupado com essa campanha, que seria possível fazê-la cessar, por meio de subvenções a certos jornalistas. “Deus me livre, respondeu ele. Se se soubesse que um representante do Brasil era bastante ingênuo para pôr termo aos ataques por meio de dinheiro, por mais hábil que fosse o processo, os aproveitadores se multiplicariam em proporções enormes. O mal não faria senão crescer. Ao contrário, quando se sabe que a *chantage* nada produz, ela cessa naturalmente”. Foi o que aconteceu.

Um dia, apresentou-se à Superintendência um genovês, de modos comuns e conversação vulgar, apesar de vestido com certa elegância. Era um intermediário particular de imigração, com agentes no sul da França, Áustria e em toda a Itália. Sem muita cerimônia ele propôs a meu pai o negócio seguinte, que resumo, pois o homem era prolixo:

– Procurarei emigrantes, sobretudo italianos, mas também de outras raças, como a austríaca. Como o Governo do Brasil os deseja, estou bem aparelhado para isso. Tenho a prática de tal negócio com as companhias de navegação. É coisa bastante lucrativa quando bem feita. Proponho, pois, que por cabeça de emigrante me seja dada a soma de... (não me lembro as cifras, aliás, razoáveis), sobre a qual lhe caberá uma comissão. É lucro modesto, mas, como pode versar sobre dezenas de milhares de cabeças, será apreciável para cada um de nós.

Declinou meu pai com um sorriso a proposta desse mercador de carne humana, que se desinteressava totalmente, e o dizia sem rodeios, do êxito ou fracasso que a colônia tivesse além-mar. Ele ficou surpreso com a recusa, dizendo ao empregado da Superintendência que, tratando do negócio como funcionário, mostrava meu pai não ter a prática dele. Quando saiu, Domício admirou-se de ter meu pai despedido em tanta calma um sujeito que lhe fazia proposta tão desonrosa. Ao que respondeu meu pai:

– Seria luxo fazer ver a tal homem uma indignação que escapa à sua compreensão. Como ele julga os outros por si, não teria exclamado: “Que funcionário exemplar, que homem honesto”; teria pensado de preferência: “Brasileiro imbecil que rejeita um lucro certo por essa quimera, a probidade!” Seria grave se a estima de tal tipo pudesse ter, a meus olhos, algum valor. Há certo desprezo que é salutar e mesmo indispensável saber enfrentar.

22. DANTAS E SILVEIRA MARTINS

Foi nessa época que se improvisaram algumas reuniões no Restaurant Durand, na Rue Royale, então o mais em moda, nas quais tomavam parte meu pai, Eduardo Prado, Domício da Gama, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, etc. De natureza luso-brasileira, essas reuniões, em que se encontravam exclusivamente homens de letras, da diplomacia e do alto jornalismo, eram verdadeiros festins espirituais. Numa sala vizinha reunia-se frequentemente o grupo que dirigia o partido bulangista, sob a direção do “bravo general”.

Por volta de 1890, Rodolfo Dantas criou no Rio de Janeiro o *Jornal do Brasil*, que, na sua inspiração, devia ser o porta-voz de algumas personalidades eminentes dos dois antigos partidos da Monarquia. Como velho amigo de meu pai, Dantas pediu-lhe para obter na Europa a colaboração de alguns escritores de primeira ordem, homens de letras, sobretudo. Foi assim que meu pai fez relações com várias personalidades eminentes, entre as quais me lembram Edmundo de Amicis, Max Leclerc, que saía então da Escola Normal Superior, e Paul Leroy-Beaulieu, o ilustre economista de quem o *Jornal do Brasil* publicaria as crônicas financeiras. Meu pai colaborou também no jornal, com suas *Efemérides brasileiras*, impressas *au jour le jour*, por assim dizer sem notas, com uma tal precisão e minuciosidade de memória que surpreendia os que, como eu, tinham que passá-las a limpo em boa caligrafia, diariamente. Sua extraordinária memória fornecia-lhe, quando necessário, todos os acontecimentos históricos, às vezes insignificantes à primeira vista, ao simples apelo de uma data qualquer do calendário.

Recebeu meu pai à sua mesa – vivíamos então no apartamento da Rue de Rennes, 106 *bis* – vários colaboradores que havia escolhido.

Tendo-lhe pedido Leroy-Beaulieu para pô-lo em contato com alguns brasileiros eminentes, que, de tempos em tempos, passavam por Paris, meu pai recebeu-o para almoçar com o Senador Dantas e o grande chefe liberal Gaspar da Silveira Martins. Por ocasião do café, já na sala de visita, ocorreu uma cena cômica, quase alarmante. Leroy-Beaulieu, Silveira Martins e Dantas estavam sentados um ao lado do outro nas suas poltronas, diante da mesa com o café; e o primeiro inquiria dos dois vizinhos sobre o Brasil depois de 15 de novembro de 1889. Respondeu o Senador Dantas na sua maneira insinuante, tão própria dele: “O Brasil é um país jovem, cheio de riquezas apenas entrevistas, muitas vezes desconhecidas dele mesmo”. Opinou, por sua vez, Silveira Martins com sua voz trovejante: “O Brasil é um país que acaba mal, depois de ter começado bem. Tudo que era elevado, nobre e desinteressado, foi banido ou reduzido ao silêncio. À sinceridade e à honestidade da política exemplar da monarquia sucedem processos onde homens sem princípios dominam. É um país acabado. O futuro, que parecia risonho e cheio de promessas, é pobre e sem horizontes. Como Diderot da civilização russa, direi que o Brasil é um fruto que apodreceu antes de chegar ao amadurecimento”.

Entre essas duas opiniões, Leroy-Beaulieu estava perplexo, procurando o meio termo possível. Mas cada qual voltava à carga alternativamente; e no ardor da discussão, entre o otimismo confiante de um e o pessimismo negro de outro, chegavam os dois a puxar-se as mangas do paletó e a tal ponto que o observador alarmado podia imaginar que fossem a vias, de fato. Diante dessa inquietante perspectiva, meu pai, como anfitrião, estava evidentemente embaraçado. Acabou intervindo com uma opinião conciliadora, segundo a qual “havia quase sempre para o patriota diversos meios de julgar o próprio país; o futuro, que se abre tão promissoramente a uma nação jovem, disse ele, oferece margem a opiniões antagônicas; no que lhe dizia respeito, tinha fé no porvir, senão imediato, ao menos não muito distante; e o homem, cuja vida é tão curta, não

pode julgar certos acontecimentos históricos pela sua efêmera existência”. Quando Leroy-Beaulieu se levantou de sua poltrona, dava a impressão de um indivíduo que havia escapado a um grave e momentâneo perigo.

Na verdade, era meu pai de opinião que cada país, quando verdadeiramente independente no ponto de vista político e cultural, deve formar, por si mesmo, suas instituições políticas e administrativas.

O temperamento de cada povo, mesmo dos que são vizinhos, varia infinitamente; e as instituições que convêm a uns não se adaptam a outros, por aproximada que seja essa adaptação. O século XIX caracterizou-se pelo predomínio que, pouco a pouco, tiveram as chamadas instituições parlamentares inglesas. Isto ocorreu especialmente no Brasil.

Essas instituições, excelentes para aquele povo, que as havia criado e desenvolvido aos poucos, não podiam evidentemente dar os mesmos resultados num país de temperamento e de instituições tão diferentes das inglesas como o Brasil. Mesmo sustentadas pela missão serena e imparcial de Pedro II, essas instituições não demoraram a se corromper. Quando os liberais estavam no poder, acusavam o Imperador de abuso de influência pessoal; e quando iam para ele os conservadores, estes faziam a mesma acusação. Meu pai, que praticou a política no tempo de mocidade, considerava que a acusação era injusta e se inspirava no espírito de oposição.

Esforçava-se o Imperador, segundo ele dizia, por auscultar imparcialmente a opinião pública, o que não era fácil, porque geralmente essa opinião não existia, a despeito dos chefes de partido a invocarem invariavelmente. Mas Pedro II, ainda assim, apelava para a oposição, quando lhe parecia que a opinião assim indicava.

Esta ouviu falar tanto no poder pessoal, pelos dois partidos, que acabou por acreditar nele, donde uma das causas principais do

descrédito da Monarquia. Citava meu pai como modelo de homem de estado ao Visconde do Rio Branco, que governou avisadamente o país em condições políticas, financeiras e militares, às vezes bem árduas, mas nunca deixou a descoberto a pessoa do Monarca. Em sua opinião, se a constituição imperial não tinha tido completo êxito, deu, entretanto, ao Brasil longos anos de paz interna e de prosperidade.

TERCEIRA PARTE

23. A QUESTÃO DAS MISSÕES

Quando Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório do Brasil, Quintino Bocaiuva assinou com o Governo da Argentina uma convenção sobre a questão das Missões, na qual os direitos do nosso país eram muito prejudicados.

Tratava-se de um ponto muito sensível ao nacionalismo brasileiro. Pelo abandono, mesmo parcial (cerca de 50%), da área em litígio, estaria privado o Estado do Paraná de mais de um terço de sua superfície; e o Rio Grande do Sul se veria desligado do resto do Brasil por uma espécie de nesga territorial estrangeira, que penetraria na direção do mar, através da parte mais estreita do território nacional.

Quando se soube no Brasil desse acordo, o sentimento público ficou profundamente inquieto. Ainda que não desejasse infligir reprovação a Bocaiuva, o Congresso foi obrigado a não ratificar a convenção. Propôs então nosso país que, como solução honrosa para as duas partes, fosse a questão sujeita a arbitramento internacional. O árbitro escolhido foi o Presidente dos Estados Unidos da América.

O primeiro plenipotenciário nomeado para defender nossos direitos foi um diplomata de carreira, perfeitamente capaz de desempenhar essas funções, Aguiar de Andrade. Mas era um homem idoso e enfermo, morrendo logo depois. Floriano Peixoto, então Vice-Presidente em exercício, vacilou na escolha de seu substituto, porque se tratava de uma questão que apaixonava a opinião pública, ainda perturbada com as peripécias da guerra civil de 1893-94 e pela polêmica de jacobinos e moderados, entre os quais se achavam os homens dos antigos partidos da Monarquia.

Era preciso escolher alguém que o aliviasse, pela sua expressão, dessas preocupações, tanto mais quanto a missão exigia, pelos interesses em jogo, responsabilidades mais amplas do que as de um simples membro da carreira diplomática. Foi quando se pensou no nome de meu pai. Havia-o indicado Sousa Correia, nosso Ministro em Londres, confidencialmente sondado ele próprio para o cargo. Escreveu Sousa Correia a Floriano: “Temos homem e ele não é senão o Barão do Rio Branco”. José Avelino Gurgel do Amaral, deputado então de prestígio, velho amigo de meu pai dos tempos da Câmara e do jornalismo, apoiou a indicação.

Havia muito tempo que o Marechal não se avistara com meu pai, que ele tinha conhecido ligeiramente, quando esse então jovem oficial estava a serviço no Paraguai. Mas aprovou imediatamente a sugestão de Sousa Correia, fazendo saber a meu pai que lhe deixava carta branca para a defesa, e os créditos necessários.

Para meu pai, a missão equivalia a uma brusca mudança de vida, senão uma verdadeira revolução nos seus hábitos de trabalho. Pronto sempre a fazer face aos seus deveres, quaisquer que fossem, com os meios que o Governo lhe desse, mas julgando que seus vencimentos não lhe permitiam enfrentar as despesas de sua família em Washington, de maneira conveniente para o chefe de uma missão dessa natureza, preocupado também em não interromper os estudos dos dois filhos, no momento em que estes chegavam aos exames finais para o bacharelado, resolveu partir sozinho, enquanto a família continuava em Auteuil, como antes, sob a direção de minha mãe e a assistência do Comandante Dumontier.

A partida exigiu-lhe um enérgico apelo ao sentimento do dever, pois se tratava de uma separação de dois anos, mais ou menos, numa hora decisiva para os estudos dos filhos. Decidido, como estava, a dedicar-se de corpo e alma à sua missão, não hesitou, porém, tanto mais quanto o seduzia a perspectiva de trabalhar numa questão,

e havia outras, à qual tinha consagrado por longo tempo estudos especiais e profundos. Ele já havia formado opinião a respeito de nossos direitos, tendo mesmo redigido uma defesa bastante completa, sem prever que lhe caberia fazê-la diante do árbitro, defesa que utilizou com alterações, mais de forma que de fundo.

Julgava também meu pai que nessa ocasião, e contrariamente ao que ocorrera em épocas afastadas, não devia haver no Brasil muitos homens com os requisitos necessários. A circunspecção, que era nele natural, bem como as preocupações de ordem familiar, que lhe eram caras, fizeram-no hesitar durante alguns dias; mas cumpria não demorar a resposta. E, a instâncias de Sousa Correia, deu ao Governo o assentimento. Pareceu-lhe curioso ver a República apelar, em tais circunstâncias, para um homem como ele, de convicção íntima, monárquica e criado ao serviço do Império, embora trabalhando lealmente pela República.

Como que tivesse que contar muito com a colaboração de auxiliares capazes, pediu e obteve a nomeação de Domício da Gama para 1º Secretário, além dos demais que escolhesse em Washington. Estes foram o General de Divisão Dionísio Cerqueira, o Almirante Cândido Guillobel, consultores técnicos; e os segundos-secretários Olinto de Magalhães e Domingos Olímpio Braga Cavalcanti. Com exceção das questões técnicas de ordem geodésica e matemática, todo o peso do trabalho recaía sobre meu pai, que queria estar à altura da missão e dentro dos prazos estipulados.

Sendo Washington pouco propício, por causa das exigências de uma sociedade como a da capital americana, composta em grande parte de diplomatas estrangeiros, alguns de renome, resolveu meu pai, depois de breve permanência ali, estabelecer-se em Nova York, onde poderia isolar-se no seu trabalho. Passou a residir então numa pensão de família, indicada por Domício da Gama, para evitar as preocupações e as despesas de uma instalação temporária; e ia

frequentemente a Washington, a fim de manter o contato com árbitro e informar-se junto de seus principais colaboradores.

Esse árbitro era o Presidente democrata Grover Cleveland, que tomou muito a sério suas funções. Os principais auxiliares, no estudo das memórias das duas partes, foram Eduardo Yuhle, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado, e o grande jurisconsulto norte-americano John Bassett Moore. Estabeleceu meu pai, com este, relações de sólida amizade, que durariam toda a vida. Com Yuhle as relações foram, desde logo, também amistosas.

Tinha meu pai confiado a uma grande tipografia de Nova York, cidade a esse respeito de recursos maiores que Washington, a impressão da memória em português e inglês, bem como a reprodução dos mapas antigos, que deviam acompanhar essa memória. Ele havia obtido, como auxiliar especialista em língua inglesa, o Sr. Girardot, escocês de distante origem francesa, o qual, vendo o esforço imenso e diário de um brasileiro, tomou a si o propósito de fazer-lhe companhia durante o dia e às vezes à noite. Era um homem de alta estatura, de sólida constituição, com essa tez fresca e jovem que sabem ter os ingleses, graças a uma higiene desportiva regular, mesmo depois de alcançada a idade madura.

Girardot esforçou-se por mostrar que, em matéria de resistência no trabalho, um vigoroso súdito britânico não podia ser vencido por um sul-americano. Ainda que sua tarefa não se comparasse à de meu pai, ele conseguiu mais ou menos seu propósito. Convém, porém, dizer que comprometeu a saúde e, no fim da missão, era um valetudinário, como se demonstrou depois, quando, em reconhecimento ao seu devotamento, meu pai o colocou como auxiliar na missão em Berna.

Exigiu meu pai, certa ocasião, dos tipógrafos um esforço diurno e noturno, acima das tarefas a que estavam habituados. Mas dentro de pouco tempo eles se apaixonaram pelo trabalho, estimulados pela energia de um estrangeiro que não conhecia repouso. Tinha meu pai

apelado para seu amor próprio, curioso de saber, como lhes disse, se os tipógrafos americanos justificavam a fama de serem os melhores do mundo; e eles tomaram a peito provar a afirmativa. Esses tipógrafos se dividiam em duas turmas, que se revezavam continuamente, porfiando entre si por ver quem melhor atendia ao apelo. “O Barão, dizia um deles a Domício da Gama, é um gigante de trabalho. Não temos nos Estados Unidos quem possa com ele competir”.

Algumas semanas antes da sentença arbitral, os secretários da missão convenceram meu pai que ele devia ter algum descanso, fazendo uma rápida visita à Exposição Universal de Chicago, que acabava de ser inaugurada. Entrando no salão da Exposição, todos os membros da missão pesaram-se numa balança. No bilhete, contendo o peso de cada qual, havia duas breves linhas, em verso ou em prosa, sobre o futuro. O de meu pai continha o seguinte: “Esforço enorme, seguido de bela vitória”. Isso foi tomado como bom augúrio e recebido com alegria por todos.

Na noite anterior à tiragem da última página da memória, meu pai, instalado três dias e três noites no escritório da tipografia, começava a sentir certa fadiga. Depois das últimas providências, saiu para tomar algum repouso, a fim de poder apresentar-se em Washington nesse dia mesmo, com certa aparência repousada. Era quase dia. Ao sair da porta rodante de vidro da tipografia, foi impelido por ela, caindo-lhe o chapéu e ficando um tanto desorientado com o choque recebido. “Não é nada”, disse ele aos tipógrafos que se precipitaram. Verificando que o *boss*, como lhe chamavam, estava indene, exclamou o chefe: “Não foi nada. Esse homem é digno de ser um verdadeiro americano”.

Depois da entrega da memória e de seus anexos, entre os quais o atlas com o fac-símile dos mapas antigos, que fez sensação entre os conhecedores dessas coisas, abriu-se para meu pai a fase ansiosa de uma espera de vários meses.

24. SENTENÇA DO PRESIDENTE CLEVELAND

Instalou-se meu pai no primeiro hotel da capital, o Hotel Arlington, frequentado principalmente pelos membros do Senado e da Câmara dos Representantes. Ele fez então conhecimento mais íntimo com seu adversário, o defensor dos direitos da Argentina no território das Missões, Estanislao Zeballos. Os dois se encontravam frequentemente na sociedade e se fizeram reciprocamente visitas de cortesia.

Para meu pai, Zeballos era homem de inteligência brilhante, mais brilhante do que sólida, muito versado em direito internacional (professava essa cadeira na Universidade de La Plata), com bastante conhecimento da questão em litígio, bem que não parecesse comprazer-se tanto quanto ele no seu estudo. Pequeno incidente, entretanto, levou meu pai a pensar que essas qualidades se comprometiam às vezes por certa vaidade. Foi o caso que, tendo sido entregues as memórias pelas partes, meu pai, ansioso por conhecer os argumentos contrários, propôs a Zeballos a troca das mesmas memórias, que, aliás, já não podiam ser alteradas, fazendo-lhe ver a vantagem, para cada qual, de descobrir alguma coisa imprevista na argumentação do outro. Mas Zeballos declinou a proposição, pois “nada mais de novo tinha que aprender no assunto”.

Meu pai, que poderia ter razões para assim exprimir-se, mas cuja modéstia e cuja prudência impediam linguagem semelhante, julgou que não devia insistir. Consolou-se sabendo, mais tarde, que seu adversário reconheceu ter sido a defesa do Brasil uma revelação para ele. Essa confissão foi ouvida pelo Ministro do Chile e provava uma certa boa-fé da parte de Zeballos, que aliás a não renovou diretamente, talvez pela atitude anterior.

Tendo acabado meu bacharelado, fez-me meu pai ir a Washington para que estivesse presente à leitura da sentença, sobre cujo teor estava, havia pouco antes, tranquilo. Não pretendia saber, é certo, nada de positivo antes da hora decisiva, nem pelo árbitro nem por nenhum de seus auxiliares de confiança. Mas tinha sabido captar a simpatia de uma jovem americana, noiva de um dos auxiliares diretos do Presidente. Por ela e sem conhecer a sentença, a qual só à última hora foi escrita, soube que podia esperar sem muitas apreensões.

Na manhã do dia 5 de fevereiro de 1895, meu pai, convidado pelo árbitro, dirigiu-se à Casa Branca. Domício da Gama, Olinto de Magalhães e eu próprio o acompanhamos até ali, esperando no *hall*. Sua ausência foi de cerca de quinze minutos.

Segundo o que nos disse, logo depois, houve uma troca de cumprimentos no Gabinete de trabalho do Presidente. Este achava-se de pé, junto de sua mesa, trajando fraque azul escuro, tendo à sua direita Zeballos e à esquerda meu pai, ambos de sobrecasaca. Entre meu pai e Cleveland estava o Secretário de Estado Gresham, a quem aquele passou algumas folhas de papel, de grande formato, pedindo que procedesse à leitura, o que o Secretário fez em voz lenta e clara, com a entonação nasal que lhe era particular.

Proclamava a sentença o bom direito do Brasil, traçando a linha de fronteira reivindicada por ele. Não pestanejou meu pai, ainda que intimamente exultasse, à medida que os períodos lhe davam essa certeza. Zeballos estava pálido, mas sem deixar transparecer seu estado de espírito. Terminada a leitura, avançou cavalheirescamente para meu pai e estendeu-lhe a mão, dizendo:

– Queira aceitar, Senhor Ministro, minhas felicitações pelo brilhante êxito que acaba de ter.

Agradeceu meu pai, dizendo-nos, depois, que era impossível para o colega argentino ter tido atitude mais nobre, tanto mais quanto a sentença seria o fracasso de muitas esperanças e ilusões suas, no

próprio país. Em circunstâncias que iriam ocorrer, outro adversário do Brasil, ao perder a questão, não teria atitude igual, embora não fosse tão pessoalmente interessado no resultado como Zeballos.

No dia seguinte, por ocasião de uma recepção na Casa Branca, conversava meu pai amistosamente com Zeballos, quando o Conselheiro da Embaixada da França, que não conhecia este, aproximou-se para felicitar meu pai e o fez calorosamente, o que o pôs em embaraçosa situação. Em vão procurou meu pai fazê-lo ver, mas sem o menor resultado; e o colega afastou-se com a mesma naturalidade com que havia chegado. Zeballos, aliás, fez como se nada tivesse ouvido.

A repercussão da sentença foi enorme. Amigos de meu pai insistiam com ele para voltar ao Brasil, a fim de receber ali as manifestações a que tinha direito. Segundo lhe anunciavam, seu regresso seria triunfal. Pouco amigo, porém, de manifestações tumultuosas e contentando-se com a satisfação íntima de ter servido ao país, não se deixou influenciar por esses conselhos cheios de simpatia e de admiração. Depois de dois anos de exaustivo labor, longe dos seus, ele estava ansioso para unir-se a eles e habitar a nova residência, que minha mãe tinha instalado em Auteuil. A viagem de volta se fez a bordo de um navio inglês, via Liverpool e Calais, aonde Eduardo Prado veio esperá-lo com seu sobrinho Paulo. Uma vez em Auteuil, ia meu pai dedicar-se, sem repouso também, ao estudo das questões de limites com a Guiana Francesa e a Guiana Inglesa, que lhe confiaria o Governo do Brasil.

25. GUIANA FRANCESA E INGLESA

Depois de dois séculos de discussões diplomáticas, que complicavam cada vez mais um assunto originariamente simples, e mesmo depois de uma ocupação temporária de Caiena pela esquadra e um corpo expedicionário português, em 1814, a questão dos limites do Brasil com a França, no chamado território Contestado, acabava de envenenar-se subitamente por um desses incidentes fortuitos, às vezes mesmo ridículos em sua origem, que espreitam o diplomata no momento menos esperado e podem desencadear graves complicações internacionais.

Retomadas as discussões sucessivamente entre a França e o Brasil, foi assinado afinal um *modus vivendi*, em virtude do qual o território compreendido entre a margem direita do Oiapoque e a margem esquerda do Araguari, afluente do Amazonas, ficava neutralizado, e, como tal, interdito à jurisdição das autoridades oficiais tanto brasileiras como francesas.

Depois, novas fontes auríferas se tinham descoberto em vários rios costeiros, que atravessavam o mesmo território, principalmente o Calsoene. Isso havia atraído, como acontece sempre, muitos aventureiros. Convém mencionar também que a essas paragens, que escapavam à polícia oficial, iam ter não raramente forçados evadidos da Guiana. Os habitantes, em sua maioria brasileiros do Pará e do Ceará, ou ainda franceses da Guiana, bem como alguns raros lavradores de outras nacionalidades, tinham resolvido constituir entre si uma espécie de milícia armada, intermediária entre a polícia e a guarda nacional, não possuindo jurisdição em todo o território, mas sobre regiões locais, e cujos chefes se escolhiam entre os homens de personalidade mais enérgica.

Conforme a localidade, o comandante era francês ou brasileiro. Numa delas, Cunani, se não me engano, o chefe era um certo Trajano, de origem brasileira mas a serviço francês. Ele tinha certa rivalidade contra o colega brasileiro Cabral, filho do Pará, a propósito de uma mestiça bonita, a “Helena” do Contestado. Isto redundou num conflito local, que desafiou a diplomacia dos dois países.

Governava a Guiana Francesa um mulato natural da Martinica, de nome Charvin, partidário da ação enérgica e de tendências expansionistas no ponto de vista colonial. Os indivíduos de segunda ordem, como esse, são tanto mais acessíveis a tais tendências, quando, de um lado, desejam mostrar zelo e não têm o sentimento da responsabilidade em caso de consequências graves; e de outro, receiam ser objeto de censura por falta de iniciativa.

Um pequeno navio de guerra francês estava, a esse tempo, estacionado em Caiena. Era de tonelagem reduzida, podendo penetrar nos pequenos rios da costa. Charvin embarcou nele uma companhia de infantaria da guarnição de Guiana comandada por um bravo oficial, o capitão Lunier. Segundo suas ordens, o transporte devia seguir águas acima e efetuar a prisão de Cabral em sua aldeia. Deixando à entrada desta a companhia, adiantou-se o comandante com quatro homens, levando a bandeira branca de parlamentar, até a praça principal, onde procurou entender-se com a população e pedir a entrega de Cabral.

Avisado em seu casebre, onde fazia a sesta, dirigiu-se este sem armas para onde estava Lunier. Ainda que ignorando direito internacional, sabia Cabral que nenhuma autoridade civil ou militar francesa podia intervir em sua jurisdição. Perguntando ao comandante ao que vinha, este, que levava na mão um revólver, declarou para prendê-lo; e ordenou aos seus homens que executassem a prisão. Cabral, que não tinha nota desfavorável em sua folha, era jovem, vigoroso, ágil, e ao mesmo tempo de caráter intrépido, qualidades

que lhe tinham valido o posto de chefe da milícia local. Sabia que, se se entregasse, acabaria fuzilado pelo destacamento ou enforcado nalguma das árvores vizinhas, pois naquelas paragens não havia nem código nem justiça organizada.

Com a rapidez de decisão igual às suas faculdades de execução, Cabral resolveu resistir e, conhecendo o jogo da capoeira, abateu o comandante com uma cabeçada no peito. Ao mesmo tempo, apoderou-se do seu revólver e o descarregou à queima-roupa, com um tiro mortal. Subtraindo-se num salto para trás à apreensão pela escolta, que estava atônita diante da rapidez dos acontecimentos, correu para a aldeia chamando às armas a milícia. Respondeu esta, composta de quatorze homens, dos quais treze brasileiros e um norte-americano.

À vista da superioridade numérica da companhia, armada de fuzil Lebel, e com o fim de evitar que fosse cercado, retirou-se Cabral com sua gente até a orla da floresta, onde se distribuíram todos em atiradores dispersos. A companhia teve que recuar diante dessa guerrilha, e, não sabendo quantos homens se escondiam na floresta, embarcou apressadamente no navio e desceu rio abaixo, com seus feridos e mortos. Ela havia assaltado a aldeia, depredando tudo e fazendo correr o sangue da população inermes, inclusive um velho de 72 anos. Felizmente a imprensa não explorou esse infeliz incidente, que os dois Governos procuraram resolver logo do melhor modo.

Do lado brasileiro, as negociações foram conduzidas pelo nosso Ministro em Paris, Gabriel de Toledo Pisa e Almeida, que mais tarde se constituiu injustamente inimigo de meu pai, mas que a esse tempo não lhe faltava com toda sua estima e consideração. Gabriel de Pisa era homem de princípios austeros, que tocavam, por vezes, às raias da intransigência. As discussões entre ele e o Quai d'Orsay foram às vezes calorosas, tendo um dia o Sr. Nisard, chefe de secção ali, perguntado se, tal sendo nossa posição, não iria a esquadra

brasileira bombardear os portos de Brest e Cherburgo. Gabriel de Pisa consultava frequentemente meu pai sobre as negociações em curso. Não menos ferido que ele, no seu amor de brasileiro pelo incidente sangrento do Amapá, pendia sempre para a moderação, a fim de se chegar a uma convenção de arbitramento. Sugeriu mesmo, a esse respeito, Gabriel de Pisa ao Quai d'Orsay que fosse meu pai admitido às negociações, o que não se aceitou, pois é provável que receassem os conhecimentos do advogado vitorioso do Brasil em Washington. Transferida a negociação para o Rio de Janeiro, foi logo objeto de um acordo, para subordinar a questão ao arbitramento do Presidente do Conselho Federal Suíço.

Meu pai tinha sido sempre adepto fervoroso do arbitramento, mesmo antes que esse meio de solução dos conflitos internacionais houvesse alcançado algum prestígio popular. Não foi senão depois da guerra de 1914-18 que o arbitramento teve, com efeito, numerosas adesões por parte do público e dos Governos. Até a primeira metade do século XX, o amor próprio nacional mostrava-se desconfiado a esse respeito; e a maior parte das potências europeias lhe era francamente hostil. Precedendo a opinião universal a tal respeito, o Brasil manifestou atitude de franca adesão a esse nobre e pacífico recurso, que meu pai, desde a guerra do Paraguai, havia aprovado.

Trabalhou meu pai com sua influência depois do arbitramento de Washington para que, na questão de nossos limites com a Guiana Francesa, o árbitro fosse o referido Conselho Federal. Concorria para tanto a excelente opinião que tinha das qualidades de independência de julgamento, da serenidade de trabalho e do caráter honesto e consciencioso dessa simpática e modesta nação da Europa Central.

Ao mesmo tempo, porém, que recebeu a incumbência de organizar a defesa do Brasil nessa questão, teve também de estudar a de nossos direitos na questão dos limites com a Guiana Inglesa. Menos antigo, esse litígio tinha origem diferente. A Grã-Bretanha

havia estendido seu domínio, mas seus desígnios ficaram por muito tempo imprecisos. Eles foram depois consideravelmente ampliados devido à iniciativa de um agente que, coisa curiosa, não era inglês e sim alemão.

Foi com efeito um súdito alemão, Schomburg, que, estando ao serviço de S. M. Britânica, sugeriu a oportunidade de ir tão longe quanto possível nas reivindicações territoriais dessas paragens. Assim, a única questão de fronteiras, em que o Brasil não obteve o reconhecimento integral de seus direitos, foi de iniciativa de um estrangeiro a serviço da Grã-Bretanha.

26. JOAQUIM NABUCO

De Paris, fez meu pai a princípio o centro dos trabalhos preparatórios nas duas questões. Além da vantagem de ter ali uma instalação confortável, com seus livros e seus papéis, estava à mão para consulta direta aos arquivos e às bibliotecas. A este respeito, encontrou, porém, resistências que o surpreenderam.

Já me referi à reserva encontrada no exame de mapas no Ministério da Marinha, reserva que só desapareceu pela ação do Almirante Fournier, seu velho conhecido no Rio de Janeiro. Não pôde obter, além disso, meu pai um cartão de frequência para as suas consultas na Biblioteca Nacional. A fim de verificar se havia ou não propósito deliberado, encarregou-me de examinar uma obra bastante rara, onde se encontravam alguns trechos relativos à questão do Amapá. Durante oito anos inteiros, em cerca de dois meses e meio, esperei debalde no salão de leitura da Biblioteca Nacional pelo livro, pois me diziam sempre que o volume estava com outrem, mesmo que meu pedido houvesse sido feito imediatamente depois de aberto ao público o mesmo salão. Julguei que isso causasse a meu pai alguma decepção, ao que ele respondeu:

– Não estou surpreso e o recurso é de boa guerra. O livro é raro, mas dele tenho um exemplar, que aqui vê. Meu intuito foi verificar se havia, a meu respeito, qualquer medida, o que se confirma. É uma indicação útil.

Prosseguia meu pai, simultaneamente, o estudo das duas questões, já tendo escrito uma memória provisória a respeito da inglesa, quando me enviou a Bruxelas para a impressão. Exigia a lei francesa o depósito de dois exemplares (um dos quais para a Biblioteca Nacional) de todo o livro impresso no país. E meu pai não desejava

fornecer à parte contrária, num dos litígios, a indicação das fontes e dos argumentos relativos ao outro.

Como, em consequência dos serviços prestados em Washington, houvesse alcançado junto do Governo do Brasil algum prestígio, e como os estudos preparatórios de que estava encarregado exigiam pessoal capaz, ele se dispôs a escolher os auxiliares atuais e futuros em ambas as questões. Para começar, obteve a continuação de Domício da Gama como Primeiro-Secretário; e pediu, depois, como segundo, Hipólito Alves de Araújo, então adido em Londres, indicado por Sousa Correia e por mim.

Trabalhou assim meu pai algum tempo em Paris. Tinha-lhe sido possível, a custo de enorme esforço, enfrentar a tarefa das duas defesas; mas, como cumpria, consagrou-se depois exclusivamente àquela cujos prazos já começavam a correr. E julgou que devia passar a outras mãos capazes a causa com a Inglaterra, mesmo para não dar a impressão de querer monopolizar as questões arbitrais sobre nossos limites. E contribuiu não só como amigo pessoal, mas também como especialista em tais assuntos, para a escolha de Joaquim Nabuco.

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, monarquista como ele, achava-se em posição mais delicada em face do Governo da República e da dinastia deposta, porque, depois de 1889, julgou que devia manter atitude definida contra o novo regime e de fidelidade ao velho. Essa atitude era também de gratidão à Princesa Isabel pela ação em 1888, na abolição da escravidão, reforma cuja propaganda tinha constituído o aspecto principal de sua atividade nos dez anos anteriores. Joaquim Nabuco fora tão longe na sua intransigência que, podia dizer-se, havia cortado as pontes atrás de si.

Via meu pai com tristeza essa inteligência excepcional e esse elevado caráter afastados talvez para sempre dos negócios públicos, quando qualquer país, rico em homens desse valor, dificilmente lhes dispensaria o concurso. Por outro lado, o Presidente Campos Sales

e seu Ministro do Exterior, Olinto de Magalhães, pensavam chamar Nabuco à vida ativa, fazendo apelo às suas altas qualidades na defesa de nossos direitos. Nabuco viu-se, sem dúvida, numa crise aguda de consciência. Meu pai, que havia dado o exemplo de sacrifício de princípios antigos em favor do serviço imediato ao país, trabalhou também para que ele aceitasse, dentro dos escrúpulos morais que tinha, a incumbência que lhe era oferecida em questão de tão grande relevância para a integridade do território nacional.

Nabuco foi então nomeado Ministro Plenipotenciário em Londres e advogado do Brasil na questão sujeita ao arbitramento do Rei Victor Emanuel III, da Itália. No começo dessa missão, ele, que já havia sido hóspede de meu pai, veio depois passar alguns dias conosco em Paris, a fim de conversar sobre as pesquisas feitas e as conclusões a que havia chegado ao assunto.

Era a fase, por assim dizer, de exploração. Teve então meu pai com ele, no seu gabinete de trabalho em Auteuil, longas conversas. Nabuco estava sempre acompanhado dos dois secretários de sua escolha, Graça Aranha e Caldas Viana, ambos jovens homens de letras, sendo que o segundo deixou pouco depois o cargo por não se adaptar à vida no estrangeiro.

Nabuco era amigo sincero de meu pai e tinha quase a mesma idade, três ou quatro anos mais. Ambos se estimavam muito, unidos, como estavam, por esse vínculo de aristocracia intelectual, no bom sentido da expressão, que é hoje um pouco difícil de avaliar quando dela não se teve conhecimento direto. Foi com a simpatia de alma e de coração que meu pai acompanhara Nabuco em sua campanha brilhante e longa pela abolição da escravidão. Sabendo a causa dos direitos do Brasil com a Inglaterra em boas mãos, consagrou-se ele exclusivamente à defesa de nossos direitos na questão que tínhamos com a França.

27. A VIDA SOCIAL EM BERNA

Tendo adiantado bastante em Paris os elementos de sua primeira memória, julgou meu pai que era tempo de passar com a família para Berna e ali tomar contato com os árbitros.

Já informado, de algum modo, sobre a vida na capital suíça, pelo dedicado Encarregado de Negócios do Brasil, Cardoso de Oliveira, ali chegamos em junho de 1899, tendo-se munido antes meu pai de boas cartas de recomendação de seu amigo Lardy, Ministro da Suíça em Paris havia quarenta e cinco anos.

Enquanto residia provisoriamente no velho Hotel de Bellevue, que tinha a melhor clientela da cidade, apresentou meu pai suas cartas credenciais ao Presidente da Confederação, que era nesse ano o coronel de milícia E. Müller, o qual, como advogado reputado, ia ser escolhido logo depois para relator na questão arbitral.

Procurou então para nossa moradia uma casa, onde pudesse instalar, em melhores condições que num hotel, sua biblioteca e seu gabinete de trabalho. Depois de laboriosa busca, alugou uma casa bastante agradável e cercada de jardim, o que era necessário para o silêncio de seus trabalhos. Ela pertencia a um professor de fisiologia da Faculdade de Medicina de Berna, prussiano, de origem israelita, o senhor Kroneker.

Preocupou-se depois meu pai em fazer nos círculos da capital as relações pessoais necessárias à boa execução de sua missão. Eram esses círculos em número de quatro, bastante diferentes e às vezes reservados uns com relação aos outros. Eram o círculo federal, o diplomático, o do patriciado e o universitário.

Vivia o universitário um pouco à margem dos demais, sobretudo do patriciado, porque este, muito acessível aos preconceitos mundanos e aristocráticos, ainda não se havia resignado à perda da hegemonia política e social que tinha tido o partido radical desde 1848, então preponderante, mas de ideias muito menos adiantadas do que no segundo decênio do século XX.

Em geral o grupo dos professores estava alheio aos demais grupos, porque se fundava numa escola de valores sociais inspirada sobre bases diversas das aristocráticas do patriciado ou das eleitorais do mundo federal. Mas sabia meu pai que precisamente nesse círculo seriam escolhidas as autoridades técnicas, às quais o Conselho Federal não deixaria de fazer apelo, especialmente nas questões de direito internacional, história, geografia e cartografia. Aliás, suas inclinações normais, ecléticas sempre em matéria de relações sociais, lhe facilitavam o contato com todos os meios, inclusive os médicos e os religiosos, o que certamente era novidade para o corpo diplomático local.

Berna não se havia ainda tornado o importante centro de informações políticas, militares, diplomáticas e econômicas, que a guerra de 1914-18 revelou. Era um posto de relevância secundária, de vida tranquila e um tanto *arriérée*, sítio de uma representação estrangeira que realizava plenamente aquilo que se chamou “la famille diplomatique”. As Legações eram pouco numerosas, doze ao todo, das quais uma sul-americana, a do Brasil. Só havia, como ainda hoje, uma Embaixada, a da França. A vida era um tanto patriarcal e as obrigações mundanas não muito absorventes.

A maior parte dos Ministros acreditados em Berna pertencia à nobreza de seus respectivos países. Para a Áustria-Hungria, era o Conde Kufstein, descendente de uma família de grandes senhores na verdadeira expressão da palavra. Para a Bélgica, o Conde de Lalaing, descendente do “bon chevalier Jacques Lalaing”, árbitro

incontestável dos torneios do século XV. Para a Baviera, o Conde de Montgelas, de uma família de *seigneurs savoyards*, depois feitos bávaros e descendentes de grandes diplomatas da Europa de Napoleão I, ele um caçador exímio, pai de numerosa família e apreciador do feijão, quando convidado para nossa mesa. O Ministro da Alemanha era Alfred de Bülow, irmão do futuro chanceler e príncipe do mesmo nome. A Grã-Bretanha estava representada por Sir Saint John e a Holanda pelo Conde de Bylandt, gentil-homem de uma cultura artística refinada.

Pertenciam todos ao tipo mais ou menos desaparecido hoje da chamada “diplomatie de carrière”, que saía principalmente da aristocracia, começou a decair nos primeiros anos do século XX e teve seu fim, por assim dizer, com a guerra de 1914-18. Até certo ponto era comparável à que vivia em Petrópolis, até a extinção da febre amarela no Rio de Janeiro. Eram em geral homens de fina arte diplomática, antes suave que forte, preocupados com o protocolo e as precedências, de educação aprimorada, e maneiras irrepreensíveis. Diplomacia talvez um pouco tímida, o que era, aliás, excelente para a tranquilidade dos povos. Já em 1876 uma personagem de *Jean d’Agrève*, de Melchior de Vogue, aludia a um diplomata como sendo “o último dessa tradição”.

O decano era o Conde de Montholon, cuja mulher, nascida no Brasil, era filha de um antigo diplomata italiano, o Conde Fé d’Ostiani, e herdeira de uma opulenta família de fazendeiros. Órfã de mãe, quando menina, sua infância dera lugar outrora a complicadas questões entre o Governo Imperial e a Legação da Itália no Brasil, a propósito do seu rapto pelo avô materno. Segundo se dizia então, esse avô, no desejo de ter consigo a neta, fazia-a passar secretamente de uma fazenda para outra, desafiando sempre as pesquisas da polícia solicitadas pela mesma Legação da Itália. Teria meu pai grande prazer no convívio dessa sobrevivente da velha sociedade brasileira, tanto mais quanto a missão diplomática francesa representava a causa

adversa à que ele defendia. Não estava em seu caráter abusar de tal circunstância, e, tratando-se, por outro lado, de uma grande dama, a suposição era impossível, o que não impedia que essa amizade constituísse um excelente ponto de observação. Infelizmente as boas relações tinham começado quando o Conde de Montholon morreu quase subitamente. O sucessor do Conde de Montholon foi o Senhor Bihourd, com quem meu pai logo estabeleceu relações corteses, menos estreitas, contudo, que as com seu antecessor.

28. SOUSA CORREIA

Pouco expansivo em amizades, meu pai as prezava, todavia, em todo seu significado. E quando prestava algum serviço, evitava qualquer manifestação, pois não visou jamais a gratidão, agindo apenas como sua consciência e seu coração lhe ditavam.

Eu poderia, a este respeito, citar mais de um caso. Um só basta, porém. Um seu amigo de mocidade, francês, a quem tinha conhecido por ocasião da primeira viagem à Europa, e que não possuía razões para contar com seu apoio, caiu gravemente doente em Paris. Não tinha recursos bastantes e o médico do quarteirão o havia considerado perdido. Assim que soube disso, meu pai foi procurar um médico em que depositava grande confiança, o Professor Landuzy, considerado então um dos cumes da ciência francesa, explicando-lhe o caso, fazendo apelo à sua intervenção e dando-lhe carta branca em matéria de despesas. Surpreendeu-se Landuzy com essa solicitude de um estrangeiro por um francês, solicitude que um compatriota não chegaria a ter em tais circunstâncias. E não só tratou do doente e o salvou, como também pediu a meu pai que o incluísse entre seus amigos.

Outro exemplo é o relativo a um de seus melhores amigos, o qual exercia posto diplomático importante em capital europeia, onde se havia criado situação excepcional. Tendo sabido, pelo telégrafo, que esse amigo havia caído em grande e grave prostração nervosa, tomou meu pai o primeiro trem. Só seu ascendente sobre ele conseguiu que se retirasse para o campo, restabelecendo-se. Para fugir aos agradecimentos não só do doente e também dos seus dois mais altos amigos naquela Corte, príncipe herdeiro um, banqueiro europeu

outro, voltou meu pai imediatamente para Liverpool, não tendo falado a ninguém desse fato, de que fui, além dos dois, o único confidente.

Era Sousa Correia, que ele considerava como o mais perfeito diplomata brasileiro, igual aos melhores de qualquer país. Quando faleceu, meu pai sentiu profundamente a sua morte.

Filho de brasileiro e da francesa, havia-se educado quase inteiramente na França. Jovem, tinha entrado para a Escola Naval de Brest, com faculdade de opção, se me não engano, entre as duas nacionalidades, conservando toda a vida, porém, um acento francês pronunciado. Escrevia e falava com perfeição os dois idiomas e mais o inglês. Deixando a Escola Naval, fez seu aprendizado do mar a bordo da corveta *Iphigénie*, tendo tomado parte, já promovido, na campanha da Crimeia, o que lhe valeu a medalha inglesa dessa campanha.

Além de homem de sociedade, era, a juízo de meu pai, um modelo de equilíbrio e de caráter, com uma visão clara e nobre da vida. Assim conquistava depressa a amizade íntima das duas ou três personalidades mais salientes de qualquer meio onde se achasse. Adido em Paris, desejou intensamente fazer ali carreira; mas, deslocado por um colega, depois também ilustre, não guardou disso o menor ressentimento, passando a conquistar em Londres as mesmas simpatias que tinha despertado na capital francesa. O resultado foi tal que em três anos era íntimo amigo do Príncipe de Gales, depois Eduardo VII, de Lord Rotschild e de Lord Salisbury. Sua situação comparava-se à de Penedo, antes, e, simples ministro, valia mais que embaixadores de grandes potências.

Quando começou a envelhecer mais cedo do que o Príncipe de Gales, cuja saúde era sempre jovem, Sousa Correia recomendou-lhe um colega português, brilhante e infatigável, o Marquês de Soveral, que se tornou também íntimo de Sua Alteza. De seu estômago dizia Joaquim Nabuco que, no seu gênero, era tão extraordinário como o cérebro de Napoleão.

As amizades que Sousa Correia criou em Londres foram de grande utilidade para o Brasil na questão da Trindade. Havendo os ingleses ocupado a ilha, aliás, inabitável por não ter água potável, a população do Rio de Janeiro fez manifestações tumultuosas, destruindo, pelo seu nome, o café de Londres, que nada tinha com o caso. Os esforços de Sousa Correia convenceram Lord Salisbury que não devia perseverar na ocupação e a Inglaterra ordenou a evacuação da ilha.

Sousa Correia, como vimos, havia ficado no seu posto depois da República, a conselho de Pedro II; e essa questão provou que podia prestar grandes serviços ainda ao país. Dele veio também a indicação a Floriano Peixoto do nome de meu pai para a missão arbitral na questão das Missões. De Paris ou de Berna, meu pai frequentemente o encarregava de realizar certas buscas importantes de documentos. Um dia, almoçávamos na capital suíça, quando meu pai, ao sentar-se à mesa, recebeu longa carta de Sousa Correia, dando conta do resultado de algumas dessas buscas. Quando terminou a leitura, o criado lhe entregou um telegrama que acabava de chegar. Era de Oliveira Lima, Encarregado de Negócios em Londres, anunciando que Sousa Correia fora encontrado morto no seu quarto. Essa notícia, seguindo-se à leitura da carta, deu por momentos a ilusão da presença e da voz do amigo, causando a meu pai imensa pena. “Mais um bom amigo, um excelente diplomata e um devotado brasileiro que se vai, e com que surpresa!”, disse ele. Ordenou, em seguida, que se escrevesse a Oliveira Lima para prosseguir nas buscas assim interrompidas.

29. DEMOCRACIA SEM DEMAGOGIA

No grupo de suas relações em Berna, contavam-se dois conselheiros nacionais (deputados), o primeiro dos quais era Virgílio Rossel, que aceitou as funções de consultor da missão especial. Rossel era um dos juristas mais reputados da Suíça, além de bom poeta, prosador e jornalista. Terminaria sua carreira como membro do Tribunal Federal, a mais alta instância judiciária do país.

O velho representante de Portugal na Suíça, o muito afável senhor Nogueira Soares, que defendeu os direitos de seu Governo contra a Grã-Bretanha no caso chamado da Lagoa Bay, tinha dito a meu pai que os funcionários de carreira, como eles ambos, não estavam inteiramente qualificados para defensores em questões arbitrais, sendo preciso confiar a um bom advogado local a documentação necessária ao preparo do processo, o que lhes aliviaria em parte a responsabilidade. Virgílio Rossel já se tinha familiarizado com a língua portuguesa na referida questão da Lagoa Bay e muito ajudava no andamento da causa. Mas quanto à redação da memória justificativa dos direitos do Brasil, meu pai estava decidido a escrevê-la sozinho, como tinha acontecido em Washington, e a fazer reproduzir, sem a assistência de ninguém, a documentação necessária, principalmente a cartográfica, tão essencial em questões dessa natureza.

A outra personalidade, com quem meu pai fez excelentes relações, foi um deputado do cantão de Schaffhouse, o Dr. Voss. Meu pai o visitou em sua pitoresca vila perto de Baviera. Era um velho doutor em medicina, que durante cerca de quatro anos, na sua mocidade, conheceu grande parte do Brasil meridional e central. Viajando de fazenda a fazenda, levando à vida caseira de cada um impressões frescas de fora, homem de conversação agradável e, se

preciso, médico praticante, era recebido com essa maneira generosa e simples, característica de nossa raça. Considerando-se em toda a parte como da família, acontecia frequentemente que à partida lhe doavam um cavalo novo e fresco em troca do velho e cansado que tinha. Para ele, nosso país era um canto do paraíso terrestre, não se cansando de elogiar o caráter desinteressado dos brasileiros e, por isso, fazia questão de conhecer pessoalmente os novos representantes do Brasil em Berna, para lhes manifestar sua admiração e seu agradecimento. Era com prazer que ele achava à nossa mesa alguns produtos que, outrora, tanto havia apreciado. Interessava-se vivamente pela marcha do progresso arbitral. Muito velho, só veio à nossa casa duas vezes, morrendo pouco depois.

Dispusera-se meu pai a tirar proveito dessas e de outras circunstâncias, para penetrar nos meios sociais da capital, em benefício do assunto que tanto tinha a peito. Sabia ele que a sentença dependia exclusivamente do Conselho Federal, árbitro consciencioso e imparcial; mas julgava também que uma certa corrente de simpatia pela causa do Brasil era um desses imponderáveis cujo efeito não se desconhece. A tal respeito, havia dito aos secretários desde o começo:

– Meu dever é preparar, de maneira convincente e segura, a defesa dos interesses do Brasil. Espero bastar-me nessa tarefa. A cada um dos membros da missão, ou de minha família, toca ajudar-me a conquistar a simpatia pela causa. É preciso atrair aos poucos, senão simultaneamente, a opinião das classes sociais de Berna, mundo federal, professorado, meio diplomático, povo, afim de que a vitória do Brasil seja desejada por todos.

Estava meu pai, como em Washington, absorvido inteiramente pelo trabalho. Os prazos arbitrais parecem consideráveis aos profanos, mesmo aos Governos em causa, mas a verdade é que são sempre calculados de maneira insuficiente, pelo que uma simples hora de trabalho é preciosa. Adaptava-se meu pai a essa situação com prazer.

O que lhe facilitava a disposição, além de sua saúde sempre boa, eram os estudos que, havia tantos anos, vinha fazendo em torno de tais assuntos, sem que pudesse pensar jamais que seriam confiados um dia à sua competência e ao seu devotamento. Outros deixaram nesses labores parte da saúde. Joaquim Nabuco, por exemplo, trabalhando com mais método e horário mais razoável, entrecortado às vezes de alguns dias de excursão repousante, não evitou uma *surmenage*, a que se seguiu a surdez de seus últimos anos.

Assim atarefado, é claro que meu pai não podia dedicar à atividade mundana o tempo que esta pedia. Ele descansou, a tal respeito, em minha irmã Amélia, que já havia feito sua entrada na sociedade, em Domício da Gama, em Hipólito de Araújo e em mim próprio. Por disposição sua, Amélia, ainda que solteira, recebia às quartas-feiras, e meu pai aparecia por alguns instantes. Essas recepções foram, dentro de pouco tempo, as mais frequentadas da sociedade e do corpo diplomático. Tendo também os colegas dia certo de receber, não deixava meu pai de comparecer, pelo menos uma vez por mês, para não parecer um homem à margem da vida geral. E como todos o sabiam absorvido por uma tarefa acima do comum, não lhe levavam a mal essa pouca atividade social, pelo contrário as referências eram sempre muito lisonjeiras a seu respeito.

Não deixava tampouco de estar presente, sempre que possível, às reuniões da sociedade de Berna, de seu mundo político e universitário. As aparições eram sempre curtas. Os membros do Conselho Federal tinham o costume germânico de frequentar, em certas horas, a cervejaria *Du Musée*, desaparecida depois, onde cada qual tinha mesa permanente (*Stammtisch*) e, também, nas quartas-feiras, o restaurante da estação – na Suíça, ponto de reunião elegante –, a que ele também comparecia, ainda que não regularmente, malgrado sua aversão pela cerveja. Rendia por assim dizer tributo aos costumes locais e achava um sabor interessante nessa democracia tão simples de hábitos, que não caía jamais na vulgaridade demagógica, de outros

países. Tinha sido meu pai admitido ao Clube mais aristocrático da cidade, o mais antigo então dos clubes europeus, pois datava, sem mudança de estatutos e de sede, do fim do século XVII.

As únicas festas oficiais de gala de Berna eram, então, o que foram depois: a recepção, em uniforme, do Presidente da Confederação, no 1º de janeiro, e os dois grandes banquetes, o federal e o diplomático que se realizavam alternadamente, com o intervalo de três semanas, nos dois grandes hotéis, o Bernerhof e o Bellevue. Esses jantares, satisfazendo uma tradição de origem alemã da Idade Média, assumiam proporções pantagruélicas, ameaçando o estômago e a saúde dos que neles tomavam parte, pois tinham mais ou menos 26 pratos. Duravam cerca de três horas e meia, prolongando-se a reunião até às duas e três da madrugada, com champagne, cerveja e charutos, aliás, excelentes.

Estavam presentes não só os membros do Conselho Federal e do Corpo Diplomático, como também altos funcionários federais; certas missões diplomáticas não compareciam ao completo em razão das despesas, que se distribuíam por cabeça entre os chefes. Fazia meu pai por que todo o pessoal da nossa não faltasse. E dizia:

– Não comparecemos para nos divertirmos somente, pois cada um pode, no seu canto de mesa, surpreender (havia geralmente cerca de cem talhares), em homens políticos, funcionários ou professores, uma ou outra informação interessante sobre nossa causa. Os estômagos desempenham seus papéis, pois a um anfitrião não é agradável que não se lhe aprecie a mesa. Mas as orelhas estarão também atentas. É isso parte de nosso trabalho.

30. A SENTENÇA DO CONSELHO FEDERAL SUÍÇO

Conhecia meu pai, por havê-los visitado em sua maioria, os arquivos e as bibliotecas da Europa ocidental.

As que não tinha frequentado em pessoa conhecia-as aproximadamente pelos catálogos, de leitura em regra árida para os que não fossem interessados como ele, e, também, por informações de várias procedências, entre as quais exposições escritas ou orais de homens em que tinha confiança.

Utilizava meu pai, às vezes, sobretudo no que dizia respeito à cartografia e aos manuscritos, o serviço de especialistas. Assim na cartografia auxiliou-o muito o desenhista e geógrafo francês Louis Tropé, que trabalhava habitualmente para os Ministérios franceses da Guerra e das Relações Exteriores e que lhe tinha sido recomendado pelo editor Delagrave. Outro auxiliar precioso foi o cubano Suárez, verdadeiro rato de biblioteca, que se punha à procura de um documento, mesmo nos recintos mais difíceis e empoeirados, com um instinto de caçador tenaz e um faro notável.

Suárez costumava dizer que, com as indicações de meu pai, não trabalhava às cegas, estando certo, desde o princípio, de chegar ao documento ou ao trecho buscado. Foi Suárez quem, por indicação dele, descobriu a memória manuscrita e não facilmente decifrada, com exceção de um especialista, o Padre Pfeil, sobre o verdadeiro curso do Oiapoque. Meu pai havia dado a Suárez uma descrição sumária do documento, em que nunca tinha posto os olhos, e lhe havia indicado aproximadamente em que parte dos arquivos de Simancas deveria estar.

No momento em que foi descoberto esse documento, a memória de meu pai na questão do Amapá estava quase terminada.

Mas continuava ele, apesar disso, a busca febril do papel, que supunha representar argumento decisivo, sem réplica possível, para a tese brasileira. Foi numa tarde que chegou o telegrama anunciando a descoberta. Meu pai pediu logo, pelo telégrafo, a fotografia, folha por folha, no rosto e no verso, e ficou a esperá-la impaciente.

Quando essa fotografia chegou pelo correio, esqueceu meu pai inteiramente as horas de repouso e de refeição, durante dois dias e duas noites, examinando-a com a lente e com a lâmpada, copiando minuciosamente cada palavra, letra por letra, pois viu que era, como esperava, prova irrefutável de tudo quanto havia afirmado. Desse documento fez meu pai um *fac-símile* para o atlas suplementar de sua memória.

Os três instantes – em que recebeu o telegrama de Suárez, em que chegou a cópia fotográfica, em que pôde ler com seus olhos a descrição do Padre Pfeil sobre a embocadura do Japoque ou Oiapoque –, o conjunto desses três instantes constituiu, estou certo, os momentos de maior alegria para meu pai. Outras fases palpitantes dos arbitramentos de Washington e de Berna se eclipsavam ante a satisfação indizível de tais minutos.

Seu esforço total na impressão, como no mais, não era menor do que o despendido em Washington e em Nova York. Às duas horas da manhã do dia em que a memória estava pronta, enviou meu pai a autorização para impressão da última página. Apesar de imensa fadiga, conservou-se em sua mesa de trabalho para receber os primeiros exemplares e levá-los ao Conselho Federal.

– Está terminado o assunto, no que depende de mim – disse-me ele então. – Agora peço a Deus que o árbitro desempenhe sua missão com a mesma consciência com que Cleveland realizou a dele. Julgo ter empregado sem repouso todas as forças de que disponho na defesa do Brasil. Se perdermos a questão, o que não depende agora de mim,

mas do árbitro, eu não valerei mais nada, mesmo para aqueles que tanto me aplaudiram por ocasião de minha primeira vitória arbitral.

O dia 1º de dezembro de 1900 tinha sido designado pelo Conselho Federal para conhecimento da sentença.

Havíamos sido distribuídos por meu pai na véspera, a fim de que estivéssemos todos a postos. O traje era de sobrecasaca, com botinas de verniz e gravata preta ou escura. Ele aguardaria o representante do Conselho Federal no salão de visitas, meu primo Luiz Cavalcanti o receberia à descida da carruagem, na porta do Jardim, enquanto eu o acompanharia desde a antessala até meu pai.

Na sala de jantar, que era contígua ao salão de visitas, estavam alguns amigos, entre os quais Domício da Gama e Hipólito de Araújo, chegados especialmente de Bruxelas e Paris; os dois membros da Legação em Berlim, Cardoso de Oliveira, Encarregado de Negócios, e Dario Barreto Galvão, Secretário; minhas duas irmãs Amélia e Hortênsia; o correspondente do *Jornal do Comércio* em Paris, Roberto de Mesquita; Carlos de Carvalho, que, como Ministro das Relações Exteriores, havia nomeado o pessoal da missão especial; e um velho engenheiro paraense, o senhor Tocantins, que, tendo presenciado, por acaso, os conflitos do Amapá e fazendo nesse momento uma cura em Neuchâtel, desejava estar presente.

Luiz Cavalcanti, que possuía uma motocicleta, o primeiro veículo desse gênero que circulava pelas ruas de Berna, havia recebido instruções para achar-se com a mesma de prontidão, a fim de levar imediatamente ao telégrafo a decisão arbitral, logo que fosse conhecida.

O emissário do Conselho Federal era o senhor Graffina, Chefe adjunto do Departamento Político, cargo análogo ao do nosso Diretor-Geral da Secretaria do Exterior. O Chanceler da Confederação tinha mandado, à mesma hora, idêntica comunicação à embaixada da França. Quando acompanhei o senhor Graffina até onde estava

meu pai, achava-se este de pé no centro do salão, junto de uma mesa com o busto em bronze do Visconde do Rio Branco. Depois da troca de cumprimentos, procedeu o senhor Graffina à leitura da sentença e, acabada esta, entregou o texto a meu pai. Após curto silêncio, estendeu-lhe a mão dizendo:

– Desempenhada a missão que me deu o Governo Federal, permita-me V. Exa. exprimir, a título pessoal, a viva alegria que sinto, como todos os que em Berna tiveram a honra de conhecê-lo, pela bela vitória que acaba de realizar seu labor incansável, sua bela inteligência e seu patriotismo.

Agradeceu meu pai, fazendo-me acompanhar o senhor Graffina até a carruagem. Despachado logo o telegrama com a decisão ao Governo do Brasil, começaram a chegar as visitas de felicitações, que duraram todo o dia. Durante o almoço, além das pessoas já referidas, havia o advogado Virgílio Rossel, e o Secretário da Legação do Peru, que tinha mostrado contínuo interesse pelo andamento dos trabalhos.

Foi animado esse almoço, como era de supor; mas rápido, porque as visitas de felicitações iam continuar incessantemente. A primeira visita foi a do adido militar alemão, o capitão Beaulieu, descendente de huguenotes franceses refugiados na Rússia, no momento da revogação do édito de Nantes. Houve alguns brindes ligeiros. Não dava meu pai nunca o sinal para esse gênero de manifestações, mas suportava-o com bonomia. Num dos brindes o senhor Tocantins fez alusão à sua presença no Amapá, quando das violências ali praticadas; e concluiu exaltado: “Eu vi esses canibais...”. Esses canibais eram nada menos que os soldados franceses da companhia já referida; e Virgílio Rossel não pôde deixar de sorrir ouvindo chamar de canibais aos representantes do grande povo que tanto admirava.

3 I. TRAÇOS FÍSICOS E DESPORTES

Convém traçar agora um perfil do Barão do Rio Branco, o qual, ainda que incompleto, sirva para retificar certos dados, fruto mais da imaginação que da realidade. Há trinta anos seus traços e sua aparência exterior, familiares à grande massa de seus contemporâneos, não careceria desta descrição.

Seu porte era de 1,82 m, isto é, muito acima da média nos países latinos. Tinha os ombros largos, o peito saliente, os membros bem musculosos, sobretudo os superiores, ainda que as juntas e as extremidades fossem finas. Os olhos, a cabeça, a barba eram escuros, tirando mais sobre o castanho que sobre o negro. O olhar extremamente vivo denotava uma atenção perenemente alerta. As mãos eram finas e pequenas, as unhas quadradas, os pés estreitos na base e arqueados, isto é, bem brasileiros. A tez era muito clara, os lábios e as bochechas róseas. Enquanto jovem fora magro, tanto que os colegas do Pedro II o denominavam “Caixa d’Ossos”, e não estava senão mediocrementemente satisfeito, porque nesse tempo a plástica ideal era a de esqueleto. Permaneceu magro até os 35 anos, depois esbelto até os 50, apesar dos ombros quadrados.

Foi nessa idade que começou a engordar devido ao abandono de todo exercício físico, mesmo do passeio a pé, abandono a que foi obrigado pelas ocupações sedentárias e absorventes de suas missões de arbitramento, no exercício das quais concentrava num ano, por exemplo, o esforço que normalmente teria exigido sete ou oito da parte de um homem de complexão física e cerebral normais. Moço, tinha meu pai um apetite que não satisfazia com regularidade, e que, como acontece sempre, começou a declinar quando principiou

a engordar. O peso, entre 25 e 45 anos, foi de 75 quilos, mas aos 55 chegou aos 100, para atingir o máximo final que foi de 104 quilos.

Seu sono não ia além de cinco horas por noite. Era profundo e sem sonhos. Podia adormecer quase instantaneamente, despertar do mesmo modo, ainda quando tinha dormido pouco. Mas acontecia-lhe frequentemente, no momento de grande esforço cerebral, depois do meio termo de sua vida, dormir muito pouco e mesmo suprimir completamente o sono durante uma, duas e três noites seguidas. Três vezes, de minha lembrança, ele ficou quatro noites e quatro dias em sua mesa de trabalho, a primeira em Nova York, quando acabava de escrever sua memória sobre a questão das Missões, as duas outras em Berna por ocasião do arbitramento franco-brasileiro. A saúde era excelente. Hilário de Gouveia, médico que o conhecia desde a infância, duma robustez ele próprio extraordinária, acabou dizendo a meu pai em Auteuil:

– Você foi feito para viver 100 anos sem enfermidades. Surpreende-me que haja passado a casa dos 40 anos, pois o gênero de vida que leva, sem higiene e num esforço cerebral colossal, é para liquidar definitivamente a saúde de vinte elefantes.

Ele era o que se chama um belo homem pela estatura, a regularidade e fineza da fisionomia, o nariz aquilino, a nobreza do porte, a expressão viva, inteligente e ao mesmo tempo bondosa da fisionomia. Certa vez entrou num desses cafés dos *boulevards* parisienses, hoje fora de moda, o Tortoni, se me não engano, com Joaquim Nabuco, Hilário de Gouveia e Gabriel Pisa. Os quatro eram homens de bela estatura, sobretudo Hilário de Gouveia, esse colosso mineiro. Todos tinham um semblante com traços finos e nobres. Eduardo Prado ouviu, ao chegar, este diálogo que lisonjeou seu amor próprio nacional:

- Quem são estes belos homens?
- São brasileiros.
- Que linda raça!

Quanto à saúde, não esteve nunca doente, a não ser um ou outro resfriado passageiro, que ele tratava invariavelmente com a homeopatia (acônito). Não acreditava na homeopatia, mas nesse caso a experiência prática tinha prevalecido.

Jovem, fez com certa assiduidade os desportos que, em número reduzido, praticava a mocidade de então, especialmente a equitação e a esgrima. No manejo do florete chegou a bons resultados. Sem ser um perito, saía-se bastante bem.

Havia praticado também outros desportos, como andar a pé e nadar, mas deles desistiu logo depois, sem, contudo, deixar de lado a ginástica de quarto. Atirava bem com a pistola. Em torno dos 45 anos de idade, renunciou à esgrima, ainda que a considerasse o melhor desporto, aquele que se pode, com resultado, praticar até a velhice. Não tinha mais tempo de cuidar do físico, absorvido como se achava por um esforço intelectual intenso e contínuo. Não teve, contudo, meu pai nenhum duelo; apenas quase isso aconteceu uma vez por um mal-entendido fútil, de que não teve a iniciativa, com um parisiense muito conhecido então como artista e industrial. Esse homem, porém, reconheceu logo que não tinha razão, apresentando desculpas, que meu pai recebeu sem altivez.

Quando embarcou para os Estados Unidos da América, em 1893, resignou-se a abandonar os exercícios físicos de que gostava; e devido também à vida sedentária que passou a ter, engordou, o que nunca mais lhe favoreceu as disposições desportivas anteriores. Tinha um fraco pela hidroterapia fria. Era isso também consequência de esforço de vontade, pois, quando menino, tinha, ao contato da água fria, uma reação que custava a dominar, o que corrigiu, durante vários anos, mediante a aplicação metódica e frequente de banhos, só interrompida no inverno; e de tal modo que nunca mais pôde dispensar o uso da água fria, durante longos anos. A seu ver, o banho frio, que provoca um choque bastante violento nos climas

frios, é, ao contrário, nos quentes, uma volúpia desconhecida do Norte. Quando tinha 45 anos, um indivíduo, em consequência de uma dessas estranhas ideias sobre higiene que inspiraram certos médicos na Europa, lhe declarou que, na sua idade, a prática de banhos frios era uma grave imprudência; e ele teve que renunciar à mesma. Depois lamentou-se bastante por se ter deixado convencer. Estava persuadido de que o uso gradual e diário da água fria produzia certa reação excelente contra o endurecimento das artérias, mais acentuado em todo organismo sedentário.

Era meu pai adepto do duelo. Se desprezava os espadachins, julgava, por outro lado, que, à medida que o duelo desaparecesse, aumentaria a falta de maneiras, o que seria de lastimar. Aliás, as perdas de vida humana eram relativamente raras, ao passo que a generalização do uso do revólver, em dramas passionais, aumentou. Para o manejo da arma branca era necessário um mínimo de agilidade e de vigor físico, o que não se dava com o revólver, que podia disparar-se ao simples movimento do gatilho.

Nos últimos quinze anos de sua vida, meu pai, desabituaado do exercício, engordou muito sentindo os efeitos de uma vida sedentária exagerada, principalmente sob a forma de um lumbago, que as massagens nem sempre chegavam a atenuar. Mesmo sofrendo dores intoleráveis, não se queixava. As próprias perguntas sobre o estado de sua saúde o contrariavam, porque julgava a enfermidade uma decadência. Tinha orgulho de sua saúde, em parte obra de sua vontade. De modo que se mortificava bastante quando, por uma indisposição qualquer, devia interromper o trabalho. Durante 40 anos não tomou férias de um dia sequer e, pela primeira vez, interrompeu de todo a atividade na semana que precedeu sua morte.

32. O FUMO E A MESA

Quando meu pai ia deixar Berlim para assumir o posto do Ministro das Relações Exteriores do Brasil no Rio de Janeiro, teve que pôr em ordem suas coisas e liquidar alguns assuntos pendentes. Durante seis semanas, sem interrupção, trabalhou à razão de 22 horas por dia. Seu sobrinho Luiz Cavalcanti e eu próprio íamos dormir à mesma hora que ele, ali pelas seis da manhã. Nós, moços, tínhamos um só sono até às 11 e meia. Ele às 7 já estava de pé; e depois de massagem e abluções de água fria e do café, retomava o trabalho. Durante seis semanas assim procedeu. Só interrompia essa atividade para a leitura dos jornais, o almoço e o jantar.

Excesso que lhe era familiar foi o fumo. Tinha contraído esse vício muito moço, diante das exclamações dos seus colegas que diziam ser isso um atributo essencial da virilidade. Só fumou a princípio charutos (Baía ou Havana) em quantidades crescentes. Para ele o fumo era estimulante cerebral e também calmante para o sistema nervoso geral, o que pode parecer um pouco contraditório. Nos momentos de grande tensão cerebral (durante o preparo de suas memórias arbitrais, por exemplo) tomava também o rapé, o qual, parece absurdo, hoje, mas era muito usado então, mesmo pela mocidade. Mais tarde, impressionado pela morte do pai, – que fumava diariamente 30 havanas e morreu aos 60 anos, depois da única enfermidade que teve em toda sua existência, um câncer chamado nessa época de câncer de fumo, – abandonou o charuto pelo cigarro. Mas não admitia o fumo louro, e fumava de preferência cigarros caporal, da Régie Française, e depois os brasileiros muito fortes (Goiaz, com palha de milho). Em 1905, tendo-me enviado a Berlim, com autorização de meu chefe de então Joaquim Nabuco,

a fim de auxiliá-lo no preparo e na expedição dos móveis e livros para Petrópolis, entrei na tabacaria de que tínhamos sido clientes. O proprietário, que sabia ter meu pai partido para o Brasil, levantou os braços de alegria, pensando que havia regressado. À minha negativa, exclamou:

– Era um excelente cliente. Só em cigarros brasileiros eu lhe vendia 24 mil por ano.

Não era tudo, entretanto, pois havia os que meu pai comprava em outros fornecedores e mandava vir diretamente do Brasil. Um dia, combinou com o comandante Dumontier deixarem de fumar. Para se ajudarem na execução desse programa, passaram juntos dias inteiros. Andavam por Paris como duas almas em pena. No quarto dia, cada um acendeu seu cigarro, desistindo do projeto comum. Foi o único arranhão em sua força de vontade; mas resignou-se, pois, acostumado a fumar depois de tantos anos sem interrupção, ficou de tal modo impossibilitado no trabalho cerebral, que preferia continuar o fumo a suspender o mesmo trabalho cerebral, que era a razão de ser de sua vida.

Muitas histórias se criaram a propósito de seu grande apetite, mas é necessário saber onde estava a verdade, tal qual a conheci.

Na primeira parte de sua vida, sobretudo quando não tinha engordado, seu apetite era considerável. Com um estômago excelente, que ele mesmo definira como “um bom estômago de português de outros tempos”, era o que se chama “um bom garfo”. Depois, à medida que a vida avançava, as exigências menos imperiosas do estômago tinham que limitar-se ao tempo que lhes deixavam suas constantes preocupações de trabalho.

Frequentemente, absorvido por esse trabalho, suprimia uma, se não duas refeições do dia. No fim de sua existência, os fregueses da Brahma ou do Rio Minho, ou ainda de um ou outro restaurante em voga no Rio de Janeiro, contemplavam surpresos o que ele comia

ao jantar, tornando-se assim legendário o seu apetite. O bom doutor Moreira, de Petrópolis, espantava-se de que, em horas tardias, meu pai comesse alguns pratos pesados. Mas a verdade é que ignoravam todos que, de pé desde cinco ou seis horas da manhã, era aquela a primeira refeição do dia, tendo-se contentado durante todo este tempo em beber água pura ou café. Ao meio do dia, às vezes, fazia vir de algum restaurante vizinho do Itamaraty uma sopa ou um prato preparado à moda brasileira, mas em geral não era ele quem os encomendava.

Sem ser propriamente um gastrônomo, não era meu pai insensível aos prazeres de uma boa cozinha. Bom gosto, de preferência à quantidade. Era isso, aliás, o que conheceu e praticou no círculo diplomático e social em que vivia, círculo no qual a mesa é um dos instrumentos úteis da profissão. Os romanos não pensavam de outra maneira, quando confiavam aos seus pró-cônsules um cozinheiro oficial, que devia ser restituído no regresso da missão. Dizia meu pai, a este respeito, que os *gourmets* são mais atilados que os *gourmands*, pois há certo interesse em tirar de uma obrigação quotidiana inevitável um fino prazer, em vez de alguma gastralgia, que dura às vezes toda a existência! Tinha-se feito assim conhecedor dos bons vinhos e da boa cozinha, preferindo entre aqueles os vermelhos de Bordéus e os brancos de Borgonha ou de Mosela. Mas, havendo verificado que os vinhos o congestionavam rapidamente, acabou por só tomá-los com alguma água, o que era motivo de reparo de seus comensais. Não tomava licores, senão raramente, e jamais a aguardente. Às vezes, por convencionalismo gastronômico, um cálice de parati depois da feijoadinha, como fora a praxe no Brasil.

Quanto às suas preferências, e depois de haver apreciado nos países por onde passou os pratos nacionais, iam elas para a cozinha francesa (a burguesa de preferência à elegante) e para a brasileira (particularmente a baiana). Mas gostava também de certos pratos italianos. O que apreciava, acima de tudo, era o café, que não tomava

às vezes meses inteiros devido à sua má preparação na Inglaterra, por exemplo, onde o artigo era tudo menos a aromática bebida; ou na Suíça, onde ele nada tinha de agradável. Éramos clientes, por isso frequentes, mesmo morando fora da capital francesa, da casa Hediard, de Paris, a qual vendia os produtos brasileiros a preços razoáveis. A fidelidade à cozinha brasileira era um dos sinais mais expressivos de seu nacionalismo.

A dificuldade em combinar o horário da refeição dos meninos e de meu pai preocupava minha mãe, porque há pratos que não podem esperar. Ela acabou, por fim, organizando duas séries, uma para a família à hora fixa, e outra para ele, quando fosse o momento. Preferindo, porém, almoçar ou jantar com os filhos, meu pai chegou a ter um pouco mais de regularidade nas horas de refeição. O que prova que as veleidades do estômago contavam pouco em relação ao seu trabalho, e que frequentemente se satisfez somente com uma refeição, o almoço, composto de filé grelhado e espinafres, tudo preparado à última hora. O *gourmet* verdadeiro, ao contrário, prepara com antecipação, às vezes de dias, os pratos de sua preferência, esperando gulosamente o momento de saboreá-los, certo de que um prato requentado é como um charuto que se acende de novo.

33. SENTIMENTOS RELIGIOSOS

Em religião, meu pai era católico. Ele se julgaria menos brasileiro se tivesse a menor hesitação a este respeito, pois o catolicismo é um dos elementos constitutivos da nacionalidade.

Crente, mas não praticante, sua religião era a do ambiente familiar onde a mãe era católica fervorosa e o pai também crente, mas com bastante amplitude quanto ao dogma, pois sua divisa era *Deus et Labor*. Nos homens das classes cultas da primeira metade do século XIX, a fé católica, talvez porque a influência das ideias voltairianas não se tivesse atenuado como depois aconteceu, era uma coisa teórica, bastante platônica. O despertar da fé cristã sincera, com repercussão na moral individual, não se precisou geralmente senão depois da restauração na França.

Curioso e independente de espírito, como todos na mocidade, tinha meu pai procedido a vários estudos pessoais com sua minúcia habitual, a fim de poder julgar de uma questão que considerava das mais importantes; para o que estudou mesmo um pouco de hebreu. Chegando um momento quase ao agnosticismo, evoluiu, a princípio, para um deísmo bastante inconsistente. Teve no estudo das religiões, que o preocupou por algum tempo, certa curiosidade e até certa simpatia por alguns princípios de algumas delas desde que fossem aceitos com sinceridade e não por convenção. O protestantismo, o judaísmo, o islamismo, o budismo lhe mereceram atenção. Mas acabou por voltar, com convicção dobrada, à religião de sua infância e de seus pais. Não a interpretava somente na sua feição literal e restrita, mas nalguma coisa de mais alto, o sentimento filosófico, artístico e poético que dela emana sempre, e que inspirou o *Gênio do Cristianismo* de Chateaubriand, uma das obras que mais impressionaram o espírito

de sua mocidade. Estava firmemente convencido que o que há de honesto e elevado na vida e mesmo no caráter dos ateus, quando sinceros, como era o caso, por exemplo, de Littré e Renan, provinha de ideias hereditárias encrustadas em seus cérebros e em seus corações por uma longa série de velhas crenças.

Meu pai admirava o esforço do clero, cristão a princípio e católico depois, para chegar a uma concepção do dever, sentimento para ele capital, cada vez mais puro e elevado. Não recusava sistematicamente as formas da fé diferentes da sua, mesmo a religião terra a terra, quando fetichista, dos simples, porque exprimiam mais ou menos um esforço individual de elevação. E não desdenhava as práticas, mesmo de aspecto primitivo, de certas populações negras do Brasil, observadas em sua meninice, porque a pretensão de uma religião homogênea e igual para todos é dificilmente conciliável com as diferenças do gênero humano e porque a fé de um Pascal, por exemplo, não pode coincidir, em todos os pontos, com a de um pobre de espírito.

Meu pai não era católico praticante, sobretudo porque, escravo de trabalhos incessantes e grandes, não lhe sobrava tempo para isso. Raramente, porém, perdia ocasião de mostrar aos íntimos, por ato ou palavra, a importância que dava à crença, apoio capital e talvez único da evolução da barbaria para a civilização. Tinha grande deferência pelos membros do clero com os quais entrava em relações, como os abades Vallette e Forceville, e os padres Libercier e Didon, da ordem dos Dominicanos. Havia também um padre dominicano, cujo nome não recordo, que era frequentemente hóspede de um dos institutos religiosos, onde uma de minhas irmãs fez um estágio, em Bagneux, perto de Paris. Esse monge era um sábio em coisas sagradas e frequentemente encarregado de instruir um desses processos de canonização que parecem intermináveis. Como era um dos orgulhos de sua ordem, as religiosas de Bagneux o cercavam de atenções e cuidados, fazendo-lhe uma cozinha especial diferente da comum da ordem. Depois dessa excelente refeição, tomava um café saboroso

e fumava excelentes charutos ou um cachimbo velho, lançando-se em seguida no estudo de seus papéis e seus textos. Tinha meu pai grande simpatia por esse padre ilustrado e pela vida extenuante de estudos que levava em conventos tranquilos. Como lhe houvesse dito um dia que a vida, que levava, fazia parecer-lhe sedutora a existência monástica, imaginando para si mesmo a perspectiva agradável de acabar seus dias assim, o padre respondeu:

– V. Exa. seria com certeza um noviço com o qual a ordem se lisonjearia. Mas deixe-me dizer, ao primeiro contato, essa renúncia aos confortos da existência, depois de muitos anos de vida familiar e sucessos pessoais, parece relativa, pois o mérito está sobretudo em renunciar à vida antes de havê-la vivido. No crepúsculo, essa renúncia deve ser mais fácil.

Meu pai ouviu-o com doce filosofia.

Não indo geralmente à reza, acontecia-lhe entrar numa ou noutra igreja sem se preocupar se havia ou não missa, de preferência nas antigas, como Saint-Severin ou Saint-Etienne du Mont, Saint-Médard, ou Notre-Dame de Paris, as únicas que lhe pareciam cheias de misticismo de velhas gerações; e no Rio de Janeiro a capela de S. Bento. Não lhe agradavam as igrejas novas, ricas que fossem. Entrando em Saint-Sulpice, pude um dia surpreendê-lo ouvindo a linda missa que, em paróquia tão fervorosa, se celebrava anualmente sob o nome de “Messe de la Sainte Enfance”. Ele não comentou esse derivativo que se lhe ofereceu inesperadamente, nesse dia, senão mais tarde, como uma das maiores manifestações que tinha recebido da capital francesa.

Tinha meu pai como essencial que os filhos, sobretudo as meninas, educadas nas Dames Dominicaines, se inspirassem sempre na religião católica, não lhe sendo possível imaginar a mulher sem uma robusta fé cristã. Quanto aos rapazes, exigia pelo menos que acompanhassem, e eu já tinha 26 anos, as irmãs à igreja, onde o padre

era, aliás, pouco condescendente. Por detrás da mesa de trabalho, no seu gabinete, pendia, nos últimos vinte anos, um crucifixo igual ao de Notre-Dame de Paris; e ao Padre Gaffre, em *tournée* de conferências no Brasil, disse ele, quando veio almoçar em nossa casa, mostrando-lhe a imagem: “Eis o dono da casa”.

Conservava meu pai entre os livros de cabeceira uma bela edição, ricamente encadernada, da *Imitação*, bem como uma bela Bíblia com gravuras dos mestres da Renascença italiana. Esse livro se perdeu numa de nossas mudanças, o que lhe causou vivo pesar, por ser insubstituível.

Mais tarde, quando o povo do Rio de Janeiro, excitado por jornalistas geralmente indiferentes à religião, se manifestou em tumulto, a fim de opor-se à ocupação do Convento de S. Bento por padres estrangeiros da mesma ordem (belgas e alemães) que chegavam a fim de suceder aos companheiros brasileiros, cuja morte fazia passar para mãos estrangeiras o patrimônio da ordem, meu pai se interpôs publicamente falando à multidão, convencida que se tratava de esbulho de propriedade nacional por ávidas ambições de fora. Como seu prestígio sobre a população carioca estivesse no apogeu, a intervenção de meu pai acalmou quase instantaneamente a multidão que tinha passado a noite nas portas do Convento, a fim de impedir, pela força, a entrada dos novos monges e que se dispersou com a mesma facilidade com que se tinha reunido. A ordem beneditina do Brasil, que retomou desde então impulso vigoroso à vista da prova por que acabava de passar, mostrou por meu pai profunda gratidão; e o eminente prelado Monsenhor Van Calven faria dizer, depois de sua morte, exéquias solenes em continuação das que, na antevéspera, haviam sido realizadas na Catedral.

34. O CARDEAL BRASILEIRO

Teve meu pai também o reconhecimento do Núncio no Rio de Janeiro, e isso não foi estranho ao acolhimento que recebeu sua intervenção junto do Santo Padre para a criação de um cardinalato brasileiro, o primeiro da América Latina, coisa que tinha sido tentada anteriormente por vários representantes do Brasil, especialmente o Ministro Ferreira da Costa, junto ao Vaticano. Como a Nunciatura, coerente com a tática habitual de ganhar tempo da Cúria de Roma, fazia arrastar longamente as negociações, insistiu meu pai com empenho desusado, expondo ao Núncio que se tratava, como ficou demonstrado depois, de uma medida tão necessária ao catolicismo como ao Brasil. E insistia prometendo a Monsenhor Tonti a influência deste para a obtenção da púrpura cardinalícia que, nessa ocasião, não parecia em véspera de ser-lhe concedida. Fazia brilhar aos olhos do Núncio um barrete de cardeal, de dimensões diminutas, em tudo igual ao verdadeiro, que lhe tinha sido feito por uma senhora brasileira amiga.

O Cardinalato recaiu num prelado muito digno, não só pela distinção como pela santidade, o Cardeal Arcoverde, tipo de gentil-homem antigo, que reunia, nos seus vários nomes ilustres, o do Florentino Cavalcanti, o do português Albuquerque, e o do chefe dos índios brasileiros Arcoverde, parecendo mesmo ter um pouco de sangue aborígene.

Outro prelado brasileiro, cujo nome me esquece, era o prior do convento de S. Francisco, no Morro do Castelo. Meu pai ia ter com ele, sempre de improviso, longas conversas nas quais a simpatia, a deferência e a confiança eram recíprocas. Essas conversações não

foram estranhas à solução feliz de certas negociações com o Vaticano. Meu pai, para quem a história nacional não era coisa seca e fria, mas ao contrário viva e ardente, alguns, de cujos episódios viveu pessoalmente, demorava-se não só no Convento de S. Francisco como também no marco de fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

La também com frequência ao Observatório, em visita aos dois diretores sucessivos, Cruls e Morize. Instalado sem conforto nos muros de uma igreja não acabada dos jesuítas, esse observatório era uma obra-prima de pitoresco, destituído do aspecto geométrico rígido e frio, comum a esse gênero de edifícios. A desapareção de tal grupo de reminiscências históricas, muito raras no Brasil, enchê-lo-ia de tristeza. Felizmente essa desapareção não se realizou senão depois de sua morte, quando os engenheiros, à procura de beleza, se inspiraram num urbanismo rígido, arrasando com grandes despesas o Morro do Castelo.

Meu pai tinha também em estima e admiração, bem que o conhecendo pouco, o ilustre arcebispo de Mariana, D. Silvério, sobretudo, por causa de seu excepcional merecimento como latinista, que lhe tinha sido reconhecida por Leão XIII e a quem S.S. havia hospedado no Sagrado Colégio por ocasião de uma visita *ad limine*.

Conservava meu pai com carinho, através de todas as mutações na sua vida de diplomata, três pequenas estátuas que haviam pertencido a sua mãe, estátuas de velho estilo religioso português, levadas de Portugal pela família Figueiredo de Faria, e guardadas num tabernáculo de velho jacarandá; bem como um crucifixo com a Virgem e Santo Antônio. Além disso, tinha ele devoção quase supersticiosa (se esse termo se pode empregar a respeito) por uma efígie de São Francisco de Paula, que era da família desde muitas

gerações, e que havia presidido a todos os nascimentos e mortes, compreendidos os de seu pai e de sua mãe.

Há um fato, entretanto, sobre o qual não posso passar sem referência. Na véspera de sua morte, o Cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro enviou para assisti-lo um jovem padre¹, muito distinto². O médico, relativamente jovem, que tratou de meu pai com grande devotamento em sua última enfermidade, pensou que era expediente de última hora para obter do moribundo um fim dentro da religião, pois o julgava livre pensador. Esse jovem³ doutor, ele mesmo livre pensador, como grande número de colegas dessa época, julgava, como muitos de hoje, que o materialismo é um atributo necessário da ciência. Não havia, contudo, nenhuma *mise-en-scène* preparada pela família com a conivência do clero, mas o respeito estrito à vontade manifestada por meu pai várias vezes, muito antes da sua última enfermidade. Frequentemente, com efeito, havia ele dito: “Não tenho tempo para ser católico praticante, mas desejo morrer como bom cristão. É preciso que se lembrem disto no momento supremo”. Se não se pôde cumprir isso inteiramente, com a confissão, foi devido ao ataque fulminante de uremia, que lhe tirou logo o conhecimento. Quanto à sinceridade de suas convicções, limito-me a repetir as palavras do protestante Paulo Seippel, a propósito da convicção católica de Vogue, Brunetière e F. Copée: “O que há de mais íntimo na fé religiosa sempre escapa ao nosso julgamento”.

Na época em que vivíamos à Rue dès Feuillantines, aconteceu que encontrávamos sempre no bairro o grande Pasteur, que acabava de instalar, logo após a mais sensacional de suas descobertas, a primeira clínica para o tratamento da raiva. Tinha meu pai por Pasteur a

1 Secretário do Cardeal Arcoverde.

2 Os últimos sacramentos foram administrados pelo próprio Cardeal.

3 Professor Pinheiro Guimarães.

mais profunda admiração, pois o considerava como um dos maiores sábios dos tempos modernos, acima de tudo, que existia no mundo anglo-saxão, latino ou germânico. Para ele, um sábio católico como Pasteur era uma parcela da humanidade muito diversa do tipo de cultura artificial, tão comum em nossos dias.

35. IDEIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

Em 1895, de volta de Washington, preparava meu pai em Paris as memórias na questão com a Guiana Francesa e Inglesa, quando me fez saber, por minha mãe, que solicitara do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, minha nomeação para adido a essas duas missões diplomáticas. Mostrei pouco entusiasmo por essa notícia. Disse-me então minha mãe que meu pai havia pedido o auxílio de meus serviços na revisão das memórias, que se deviam redigir em francês, o que muito honrava meu conhecimento dessa língua. Escrevia meu pai e falava perfeitamente o francês, mas não ignorava que há nuances de expressão que, sendo imperceptíveis às vezes a um ouvido estrangeiro, por conhecedor que seja, chocam instantaneamente quem, tendo com a língua familiaridade desde a infância, a considera língua materna.

Tratava-se, disse minha mãe, menos de um favor embora grande, do que um serviço a prestar; e que um filho não pode recusá-lo ao pai, quando lhe é exigido. Depois dessa conversação, perguntou-me meu pai quais eram minhas objeções, ao que respondi que, pelo que via em casa, o diplomata era um funcionário obrigado a fazer ao Estado o sacrifício inteiro de sua liberdade.

Meu pai pôs-se a rir e disse-me:

– Sabe você o que é a liberdade? Com ela se desorganizou desde o fim do século passado a vida das grandes nações, comprometendo-se por longo tempo, para sempre talvez, a evolução harmoniosa da civilização cristã do mundo ocidental, preparando-se, num futuro quiçá não mui remoto, uma opressão mil vezes mais vexatória, irresistível e insaciável, que as tiranias dos monarcas paternais que

se pretendem derrubar. Será uma opressão multiforme, asfixiante, mortal, de uma minoria inculta, ambiciosa e amoral.

E depois de outras considerações, concluiu:

– Ninguém é livre neste mundo. Pensa que acaso o sou? Não passo de escravo do meu dever e de suas responsabilidades, sem que as haja procurado. Os próprios soberanos são servos das razões de Estado, das necessidades de seus países, das exigências da etiqueta, sem a liberdade sequer de suas preferências e afeições pessoais, que passam para plano inferior aos interesses das dinastias e das razões de ordem pública. Não há, senão, uma maneira nobre de considerar a vida, é a de aceitar sem recriminações, nos momentos marcados pelo destino, os deveres sucessivos e vários que nos impõem a pátria e a família. O resto conta pouco para os homens que não se deixam vencer por um baixo materialismo. Neste momento, abre-se para você ocasião de servir ao seu país e de ajudar minha pesada tarefa. Se não me engano a seu respeito, estou certo que não hesitará. A vida diplomática, salvo alguns inconvenientes peculiares a todas as profissões, tem a vantagem de nos pôr geralmente em contato com o que cada país tem de melhor para representá-lo. Certamente não estamos mais nos seus grandes dias, mas há ainda muita coisa interessante a fazer. Se o ensaio não agradar, será tempo de mudar de orientação, depois de proferida a sentença arbitral.

Julgava meu pai que o homem deve pôr de lado alguns recursos, sempre por meios lícitos, mas que a acumulação exagerada da riqueza faz dele um escravo, tiranizando-o toda a vida.

Ele considerava, por exemplo, *le fils à papá* como uma verdadeira chaga que, perdurando durante várias gerações, conduz à degenerescência mental, física e, por fim, moral. A seu ver, a adversidade apura os caracteres fortes, degradando os fracos. Ele tinha a convicção de que viver de rendas era prejudicial ao moral e ao físico do indivíduo e que todo homem deve justificar sua existência

pelo próprio esforço. O capital de cada um deve limitar-se às reservas constituídas exclusivamente pela economia de dinheiro para o caso de crises imprevistas, desde as gerais e políticas até as de família, como as de saúde.

Era sua convicção que o capitalismo, longe de estabelecer o domínio sobre o mundo, como se pensava geralmente, chegaria a um declínio rápido por efeito mesmo de sua hipertrofia sem contrapeso. Desde o meio do século XIX, sobretudo depois da preponderância da atividade industrial, a velha concepção da fortuna obtida lenta e pacientemente, de geração em geração, pelo trabalho e a economia, se tinha eclipsado diante da sede de riqueza rápida, numa só geração ou quiçá de um só golpe. A prosperidade material imensa dos tempos que se seguiram, e que ninguém ousou prever, estava fadada a esvaír-se em fumo porque era, em grande parte, convencional e fictícia feita antes de símbolos do que de realidades. Para ele, a civilização ocidental, preservada até então por circunstâncias às vezes milagrosas, tocava ao seu fim. As guerras, entre as potências europeias, eram em realidade guerras civis que as esgotavam em proveito provavelmente da Ásia. O principal agente de desagregação era, a seu ver, o socialismo, o qual começava então a exercer ação dissolvente sobre as classes superiores, inconscientes da desapropriação que principiavam a sofrer e que se agravaria cada vez mais.

A única forma de propriedade estável, a seus olhos, era a propriedade territorial, tão desprezada depois, mas sem dúvida destinada a voltar à sua relevância perdida quando a crise mundial, em que acabará o abuso do capital, der com o capitalismo por terra. Diplomata por profissão, e por consequente, nômade, a permanência no seu canto de terra lhe era impossível; e ele tinha a convicção de que o proprietário ausente, mas auferindo sempre suas rendas, era a causa fatal da ruína de toda a riqueza imóvel, como se demonstrou, aliás, no Brasil.

Evitando gastar seu pequeno pecúlio em especulações financeiras, – não tinha a menor confiança nos conselhos interesseiros dos profissionais, – meu pai se limitava a empregá-lo em títulos estáveis, de modesto rendimento, que faziam o desdém dos corretores.

A verdade é que meu pai, escrupuloso em causas de dinheiro, era-o ainda mais em se tratando de dinheiro público (erário). Um funcionário, a seu ver, tinha a obrigação estrita de limitar-se ao orçamento; e se não o conseguisse, devia ceder o lugar a outro mais capaz. As histórias em contrário são pura fantasia.

O pecúlio de família que ele reuniu aos poucos, entre 1876 e 1895, começou então a decrescer até o fim de sua vida, o que quer dizer que pôde economizar em cargos de menor importância e teve que gastar nos de maior. Posso testemunhá-lo melhor do que ninguém, porque era por meu intermédio que ele dava suas ordens à sucursal, na Rue de Rennes, do Crédit Lyonnais. Não se reconhecendo capaz em assuntos financeiros, ele deixava em geral à minha mãe, mais vigilante nessas questões, o cuidado de gerir dia a dia os recursos da família.

Cerca de um milhão e meio de francos pôde ele pôr assim de lado, para os imprevistos a que já me referi, isto é, crise nacional, doença grave ou morte. Foi essa soma que se escoou aos poucos na segunda parte da sua vida. De modo que, quando morreu, não tinha senão apólices da Dívida Pública, a maior parte das quais adquiridas com os 300 contos votados pelo Congresso por ocasião de sua vitória na questão do Amapá. Cumpre dizer que essa doação era, em grande parte, um reembolso de despesas extraordinárias que teve com cópias *fac-símiles* de cartas antigas, necessárias à sua documentação, nos processos arbitrais de Washington e de Berna.

Por ocasião da sucessão do Visconde do Rio Branco, meu pai não aceitou senão algumas lembranças históricas e livros, deixando às irmãs, menos amparadas na vida, os outros bens. Seu desinteresse

se mostrava, aliás, a cada passo, como quando, por exemplo, morreu minha mãe, desaparecendo algumas joias de família entre as quais um belo alfinete de gravata, lembrança a meu pai da Imperatriz Eugênia. Meu pai recusou-se a dar queixa contra a pessoa culpada, não porque merecesse indulgência, mas por outras razões entre as quais a de que se tratava da irmã de um prelado ilustre, a quem se devia poupar o escândalo público.

Tinha meu pai grande prevenção contra o jogo, que julgava imoral e enfadonho. O fato de ter um de seus amigos de mocidade chegado à ruína total das esperanças nele depositadas, em consequência de uma violenta paixão pelo jogo, que lhe esterilizou as admiráveis qualidades intelectuais, tinha reforçado essa inclinação natural. Antiga experiência pessoal não concorreu menos para isso. Foi assim que, por ocasião de sua primeira viagem à Europa, em 1867, quando era ainda muito moço, desejou, ao passar por Monte Carlo, conhecer a sensação da mesa verde. Num lapso de tempo relativamente curto, ganhou tais somas que quebrou a banca, sem poder vê-la restabelecida, e de tal maneira que nos bolsos mal cabiam as notas e as moedas de ouro, então em curso. Chegado à estação, a fim de voltar para Nice, onde havia pousado, encontrou ali duas brasileiras, que, sabendo do ocorrido, lhe pediram que as acompanhasse a uma das salas para lhes dar sorte. Acedeu meu pai, e, em tempo não menos rápido, perdeu tudo que havia ganhado, só ficando com o bilhete de volta.

Mais tarde, e durante cerca de quinze anos, comprou anualmente um bilhete inteiro da grande loteria da Espanha, cujo prêmio era então de seis milhões de pesetas. Mas nem isto mesmo continuou depois, porque, segundo dizia, se tirasse a sorte estaria em dificuldade para pensar como empregá-la; e depois, porque a fortuna que não provém de próprio esforço, acarreta sempre alguma infelicidade.

Desde os 17 anos de idade, não quis mais receber mesada do Visconde, fazendo face às despesas como professor de latim, francês, geografia e história a alguns condiscípulos; e também como colaborador, às vezes anônimo, de jornais nacionais e estrangeiros, como a *Illustration*, de Paris.

36. PREOCUPAÇÕES LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Ainda que falasse e escrevesse perfeitamente várias línguas, entre as quais o inglês, o francês e o castelhano, julgava meu pai que o conhecimento de duas delas era indispensável a um espírito ocidental: o latim, como modelo de condição, e o francês, principalmente o do século XVIII, pela eufonia, a lógica, a irrealizável clareza.

Por essa razão, era partidário da manutenção do francês como língua diplomática, quando outros concorrentes apareciam. O estudo dessas duas línguas tinha constituído motivo de grande esforço seu na mocidade e na época madura. Dos autores latinos, seus preferidos eram Virgílio, sobretudo a *Eneida*; Tácito, sobretudo *Agrícola*; Cícero, sobretudo suas cartas e alguns ensaios filosóficos como *De senectute*; Horácio, que o seduzia pela forma, mas que considerava um pouco como escritor já da decadência do grande povo romano.

Em francês, os poetas preferidos eram os clássicos do século XVII, os românticos do tempo de sua mocidade como Musset, Vigny, Lamartine, Hugo. Na prosa, julgava que os modelos melhores eram Bossuet, Chateaubriand e principalmente La Bruyère. Em português, o poeta que mais o seduzia era Camões; e no Brasil Gonçalves Dias. Como prosador, Vieira era para ele modelo clássico de perfeição. Shakespeare, Dante, Cervantes lhe constituíam também leitura familiar, considerando o primeiro acima de todos os poetas existentes antes da decadência das letras. Não conhecia menos Plutarco, Aristóteles, Platão, Aristófanes. Quanto aos alemães, Goethe lhe merecia admiração acima de tudo, recitando-me trechos traduzidos. Esta lista é muito sumária, pois não tenho a pretensão de citar todos os autores na leitura dos quais se comprazia seu espírito.

Formou meu pai, aos poucos, uma pequena coleção de vasos gregos, então chamados etruscos, e tinha especial encanto por uma pequena tânagra, que, na verdade, era uma das mais graciosas que vi.

Quanto à pintura, teve gosto em formar também uma pequena galeria, durante cerca de vinte anos, para recreio de seus olhos e também para educação dos filhos em assuntos de arte.

Não podendo consagrar grandes somas na aquisição de obras de primeira grandeza, contentava-se, depois de várias tentativas, com uma coleção reduzida, de cerca de vinte mestres dos séculos XVIII e XIX, e, principalmente, contemporâneos. Essa coleção continha alguns números interessantes e valiosos, entre os quais uma aquarela de Gavarni, muito harmoniosa e poética, um pequeno *lavis* de Bellanger, o original de uma gravura de Norvin, um belo lanceiro vermelho de Detaille, alguns desenhos de Neuville, um dos quais era um guerreiro de 1870, que para meu pai representava o tipo ideal do oficial francês, de bigodes finos e olhar vivo, numa atitude aristocrática que depois se perdeu.

Não citarei todos os quadros dessa galeria; só direi que seu valor não se deduziu de estimativa comercial, mas do gosto de meu pai, durante muitos anos de paciente seleção, quer em museus, quer em casas de venda. Lembro-me que atribuía um quadro, não assinado, ao verdadeiro autor, e este, Jules Depré, o confessou indiretamente, quando inquirido por ele, uma obra de mocidade, repudiada talvez depois.

Apreciava também meu pai as obras de pintores então em plena celebridade, possuindo, entre outros, dois Cabanés, um Meissonier, uma paisagem de Lantara, um belo Platzer mitológico, um Gudin, um Backuyser, um Corot. Quando o Governo do Brasil, morto meu pai, se propôs adquirir essa coleção, ao mesmo tempo em que seus livros, arquivos e móveis, chamou apenas para um pequeno Watteau

um especialista, que se enganou, aliás, sobre ele, pois só conhecia o grande.

Quanto aos móveis, seu gosto se fixou nos estilos Luís XV e Luís XVI, com algumas exceções raras quanto ao Diretório e ao Império. Interessou-o também, quando de sua instalação em Berlim, onde foi nomeado Ministro do Brasil, depois de suas vitórias arbitrais, pelos tapetes do Oriente, que eram então menos conhecidos em Londres e Paris que em Viena e naquela capital; tendo adquirido uma coleção de bastante valor, no que o ajudou um amigo, o antigo conselheiro da Legação da Áustria-Hungria, Barão Giskra.

A compra acima referida foi feita pela soma de 350 contos de réis, oferecida pelo Governo do Brasil. Um conhecedor disse então que, de olhos fechados, compraria também por esse preço, pois valia pelo menos triplo. Tratava-se, porém, de uma proposta de compra em bloco, vantajosa para a família, pois era sem despesas, de modo que julguei dever aceitar, pensando que o pagamento, como a entrega, seria rápido, o que não aconteceu, pois só se realizou sete anos depois...

Quanto ao modo de trajar, seu gosto chegava a um certo grau de elegância, embora se limitando à correção estrita, adequada a uma personalidade oficial como a sua.

Nos tempos de mocidade, havia sido meu pai um dos elegantes do Rio de Janeiro. Mas depois seguiu a moda no meio termo que se impõe, a de Londres interpretada pelos alfaiates de Paris. A casa onde se vestia, a princípio, era Dusantoy, famosa tesoura do Segundo Império, e, depois, as que forneciam especialmente aos sul-americanos, como Winter; e nos últimos trinta anos, Kriegck, com o qual se pôs em relações por intermédio de um parente deste, seu velho amigo, Alexandre Petit. As camisas e roupa branca eram da Rua de La paix; o calçado do famoso Thomas, de Londres.

Não tendo a preocupação da elegância geral entre brasileiros, sobretudo quando estão na mocidade, achava, entretanto, meu pai que se o hábito não faz o monge, é um pouco pelo aspecto exterior que podemos mostrar de algum modo o que somos. Até o fim de seus dias não mudou a respeito. Quando chegou ao Rio de Janeiro, em 1902, para ser Ministro das Relações Exteriores, foi, de bordo até o antigo cais Pharoux, no galeão *D. João VI*. Sussurrou-se logo que tinha uma cartola cinzenta. De fato, levava um chapéu alto dessa cor, que combinava com a sobrecasaca. A cartola preta era moda em Paris, por muito tempo, e ele não usou outro chapéu durante longos anos de sua vida ali. Nunca pôde habituar-se ao que os franceses chamam *chapeau melon* e os brasileiros *chapéu coco*. No Brasil seu chapéu predileto era o chile, impropriamente assim chamado, pois se faz no Equador.

Quanto aos auxiliares, recomendava meu pai correção no trajar – paletó saco de manhã, sobrecasaca ou fraque de tarde. Essa correção dos rapazes da missão lhes atraiu, da parte de certos colegas estrangeiros, o apelido satírico, então em voga, de *chiquards*.

No assunto das condecorações, não as prezava meu pai senão quando consagravam o verdadeiro mérito. Classificava-as na sua exata hierarquia e significação, colocando, em primeira linha, a ordem do Tosão de Ouro, a da Jarreteira, a do Banho, a da Legião de Honra. Das condecorações que possuía, mereciam-lhe especial apreço a de Cavaleiro de Cristo, de Portugal, e a de Oficial da Legião de Honra, da França, uma por ser a primeira que recebeu, e outra porque ainda conservava o prestígio de uma distinção reservada geralmente ao valor militar. Ele havia sido agraciado ao tempo da guerra de 1870, por serviços prestados à esquadra francesa no Atlântico Sul, e proposta do Almirante Duperré.

Mais tarde teve outras condecorações, em graus mais elevados, como a de Santo Estanislau, da Rússia, e a da Coroa da Itália;

bem como dois grandes cordões, o russo e o chinês, ainda que reconhecendo que ambas lhe tinham sido concedidas mais por ser Ministro das Relações Exteriores, do que por seus méritos pessoais. Esses dois grandes cordões ele não os usou nunca, a não ser depois de morto, sobre o uniforme, quando o corpo ficou em exposição no Itamaraty. Não atribuindo valor senão às condecorações obtidas pelo mérito, comentava meu pai as que são resultado de mera cortesia oficial, sobretudo quando alcançadas, nos seus graus inferiores, por indivíduos que fazem disso uma especialidade.

A tal respeito, sentiu meu pai que o Brasil houvesse renunciado a esse meio de ação internacional, quando não é barateado. Possuía também as insígnias francesas de oficial da Academia. Com muito esforço e alguma despesa para seu bolso, ele havia conseguido, quando da Exposição Internacional de Paris, em 1889, a fita da Ordem da Rosa, como justa recompensa aos notáveis esforços de alguns industriais franceses, condecoração que eles julgavam a mais bela e artística de quantas conheciam.

Quanto aos títulos, meu pai não assinava nunca o seu. Apesar da admiração e da gratidão que o ligava à memória do pai, era, na verdade, dessa rara espécie de homens que, como um Marechal do Primeiro Império na França, pôde responder a um francês ilustre, mas de valor pessoal problemático: “Moi, je suis un ancêtre”. O hábito de assinar Rio Branco, em vez de Barão do Rio Branco, foi uma das provas imediatas de que o texto do famoso telegrama nº 9, propagado por Zeballos em Buenos Aires, não era o verdadeiro.

37. SISTEMAS DE TRABALHO

Alguns destes e outros pormenores parecerão talvez, a certos leitores, filhos da fantasia. São, contudo, a expressão da verdade e aqui se reúnem escrupulosamente por efeito de uma memória excelente e fiel, havendo sobre muitos deles mais de uma testemunha.

O que convém salientar é que a medida comum não se aplicaria inteiramente ao Barão do Rio Branco, que foi, em toda a expressão da palavra, um homem excepcional, não somente pela inteligência e a vontade, como pelo vigor e o equilíbrio que caracterizavam seu organismo. A prova está em que os colaboradores, que tiveram como ponto de honra acompanhá-lo em seus períodos de trabalho agudo, viram a própria saúde declinando. Girardot, em Washington, Pessegueiro do Amaral, no Rio de Janeiro, que foram colaboradores dedicadíssimos, acabaram a vida gastos pelo imenso esforço desenvolvido.

De seus auxiliares imediatos, o único que resistiu foi Domício da Gama. Explica-se o fato porque meu pai, que o sabia de saúde precária, tinha isso em consideração, a fim de que sua colaboração não lhe faltasse nunca. Em Paris, depois em Berna, costumava meu pai dizer-lhe: “Senhor Gama, são 2 horas da manhã, é preciso que vá descansar; sua saúde o exige e eu lho peço”. Saindo Domício, meu pai acrescentava para mim: “Sua saúde, Raul, é diferente, fique ainda um pouco”. Esse pouco ia em geral até às seis ou sete horas da manhã; e seu dia começava, o mais tardar, às oito e meia.

Demasias de mesa ou de fumo, que teriam tido para outros graves consequências, não deixavam nele traço visível. Era com certo orgulho que se referia à sua resistência excepcional. Longe de queixar-se do fardo esmagador, que pesava sobre seus ombros, ele

se comprazia por ter sido aquinhoado pelo destino com serviços que exigiam extraordinária capacidade de trabalho. Quando se dirigia para seu escritório, logo depois de levantar-se da cama ou da mesa de refeição, nunca tinha a aparência de um resignado diante do trabalho inevitável; ao contrário, recomeçava com ardor e impaciência a tarefa interrompida.

Difícil a este respeito era tirá-lo do trabalho antes da hora designada por ele, por justificada que fosse a interrupção. Era inútil apelar para a necessidade do descanso ou de uma ligeira pausa. Era preciso muita dedicação para tentar fazê-lo compreender que tinha abusado de sua resistência física e mental e que devia tomar algum repouso. Se percebia que receavam de sua parte fadiga excessiva, julgava-se instantaneamente obrigado a provar, pela continuação do trabalho, que tais desconfianças eram vãs.

A expressão de sua fisionomia, bem como a imagem de seu espírito, era de calma e de reflexão, o que lhe emprestava um aspecto de gravidade sem excesso. Na realidade, seu temperamento era antes jovial, como quase todos aqueles que trabalham muito; e se não tomava a vida e o dever ao trágico, levava ambos com seriedade. Não era inimigo *a priori* das coisas agradáveis, apenas para ele essas coisas estavam nas pesquisas e estudos históricos, fazendo suas as palavras de Palmerston sobre “a vida que seria, em suma, perfeitamente suportável sem os prazeres”. Não lhe teria, por exemplo, jamais passado pela ideia sacrificar uma noite de estudos por uma de teatro, ou, ainda, de reunião mundana. Não se sacrificava nesse sentido senão para dar prazer a um amigo ou alguma de suas filhas, por exemplo. E quando o teatro ou a festa acabava, seu aspecto, retomando seu lugar à mesa de trabalho, era de quem trocava horas menos gratas por outras favoritas – o labor no silêncio da noite até amanhecer.

Foi lugar comum em certa época, quando ainda vivo, falar da falta de ordem de meu pai. É uma acusação sem base, inspirada,

principalmente, pela observação superficial de seu gabinete de trabalho. Meu pai não gostava de desordem, uma das qualidades primordiais que admirava no espírito francês eram a ordem e o espírito de organização. Sua memória excepcional lhe fornecia recursos desconhecidos à maioria dos homens. Desde jovem, havia imaginado e posto em prática um sistema de notas, de grande utilidade em qualquer tempo, sobre relações pessoais e mundanas, fatos históricos cronologicamente enumerados, política interna e externa, geografia, cartografia, bibliografia, bibliotecas de vários países, fatos públicos e privados, numa multidão de assuntos do mais amplo e variado interesse.

Depois, viu meu pai que sua memória lhe fornecia logo o que desejava sem que tivesse, muitas vezes, de consultar suas notas, resolvendo, em consequência, economizar tempo. No fim da sua vida, quando Ministro das Relações Exteriores, ele retomou um pouco o hábito de assentar sucintamente certos dados importantes, em pequenos cadernos cujas páginas prestaram muito serviço também ao Subsecretário Eneias Martins, que os havia pedido para documentar-se sobre negócios em andamento.

A prova de que sua memória o servia fielmente na massa de livros e documentos, em que sempre vivia, a deu o próprio Itamaraty. Ali, na grande sala que lhe serviu ao mesmo tempo de quarto de dormir e de gabinete de trabalho, durante cerca de nove anos, ele chegou a ter 14 mesas, redondas ou quadradas, de dimensões diferentes, às vezes mesmo do tipo de cozinha. Sobre cada uma dessas mesas ele trabalhava e reunia papéis relativos a questões determinadas, de modo a ter à mão, imediatamente, tudo o que a cada uma se referia.

Entre essas mesas, havia uma, de madeira pintada, muito maior do que as outras, de alguns metros de comprimento, com duas prateleiras sobrepostas. A anos de distância, ele não esquecia o lugar exato onde havia deixado certo documento. Em 1906, por

exemplo, fez-me colocar um papel relativo às fronteiras com o Peru na extremidade direita. Em 1910, tendo necessidade desse documento e como minha memória, nem sempre fiel, hesitava um instante, ele me indicou com precisão o lugar.

Outro exemplo. Acontecia-lhe frequentemente tomar notas sobre a primeira página em branco de qualquer volume, a respeito de uma questão absolutamente diversa da do assunto do livro. Lançando rapidamente um olhar sobre o tomo e o número do livro, coligia o que queria. Um dia me telegrafou a Paris, de Washington: “Procure na página branca, no tomo tal do Relatório do Ministério do Exterior, uma nota de meu punho sobre o rio Vicente Pinzón e telegrafe o teor”. Indicações como essa se confirmavam invariavelmente.

38. TRÊS CASOS INTERNACIONAIS

Em 1902, ocorreu um fato, que mostra como meu pai sabia sacrificar-se aos interesses do país.

Propôs-se no Tratado de Petrópolis uma cláusula estipulando a cessão de certos territórios em favor da Bolívia. Eram apenas alguns quilômetros quadrados, com o fim de dar a esta uma saída no Atlântico. O senhor Guachalla, que representava o Governo boliviano, recebeu, porém, que fosse acusado, por adversários de má-fé, de haver especulado com o território nacional. Ficou então decidida uma troca de territórios, com a diferença, porém, que o Brasil cedia poucos quilômetros quadrados de pantanais, em troca de cerca de 250 mil no Acre. Acharam chefes políticos de prestígio no Rio de Janeiro, como Joaquim Murtinho, Rui Barbosa e Pinheiro Machado, que não podia aceitar essa solução, movendo oposição a Rodrigues Alves. Pôs logo meu pai o cargo à disposição deste, declarando que havia feito o que julgava útil aos interesses do Brasil, ao que respondeu Rodrigues Alves pedindo a meu pai que se conservasse no lugar, e que, se o não fizesse, renunciaria a Presidência. Manifestação pública espontânea a meu pai, mostrou logo que com este estava o sentimento público.

Creio que foi ali por 1907 que ocorreu o chamado caso da *Panther*.

Tratava-se de um tal Steinhaupt, espécie de anarquista alemão, desaparecido repentinamente do cais de Itajaí, apesar das buscas com que era procurado, pois o sentimento público se havia inflamado com sua pretendida prisão por uma escolta da *Panther*, canhoneira alemã, célebre depois na questão do Agadir.

A verdade é que, segundo se apurou, Steinhaupt tinha sido maltratado no cais pela referida patrulha, sob pretexto de que era desertor, mas não levado para bordo. Oficiais brasileiros, de um

navio nosso, então ancorado no porto de Itajaí, contaram depois a meu pai como seus marinheiros queriam a toda força fazer fogo sobre a *Panther*. Steinhaupt fez a viagem a pé para Buenos Aires, onde o conheci na Legação do Brasil, e me deu a impressão de um pobre diabo.

Esse incidente mostrou a prudência com que meu pai soube agir apesar dos exageros de certa imprensa, e, também, a dignidade com que defendeu nossos direitos. Ouvi, por exemplo, no seu gabinete de trabalho, o Ministro alemão Von Treutler dizer:

– Devo dizer a Vossa Excelência que é muito grave uma provocação desse gênero ao Império Alemão.

– Mais grave ainda – respondeu meu pai – é violar a soberania territorial brasileira.

* * *

Durante o processo arbitral de Washington, fez meu pai, como vimos, o conhecimento pessoal de um homem que estava destinado, durante sua carreira, aliás, brilhante, a ser seu adversário, Estanislao Zeballos.

Era um belo tipo físico, de brilhante cultura intelectual, sobretudo como jurisconsulto internacional. Dotado de dons incontestáveis, pecava, entretanto, por uma concepção exagerada dos próprios méritos, uma confiança excessiva em si mesmo e um nacionalismo nem sempre escrupuloso quanto aos meios que empregava.

A chamada questão Rio Branco-Zeballos, que se narra adiante brevemente, teria tido então um desenlace dramático para os dois países, se não fosse o sangue frio de meu pai. Estava este à testa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, quando soube, com surpresa e não alguma inquietação, que Zeballos passava também

a ter idêntica pasta na Argentina. Tiveram, entretanto, as relações entre as duas chancelarias um começo favorável, mas pouco tempo depois convenceu-se meu pai de que as boas disposições iniciais de Zeballos se tinham modificado gradualmente no sentido de uma política unilateral de desconfiança e azedume. A ela respondeu meu pai com certa reserva, sem aparência de fraqueza, desaconselhada nas relações internacionais, porque incitaria a parte contrária a explorar à sua maneira essa circunstância.

Ele suspeitou que o Ministro Argentino das Relações Exteriores estava de mãos dadas com os chauvinistas de seu país e que os fabricantes de armamentos não deviam achar-se inativos. Um fato levantava ali, a este respeito, receios sobre as intenções brasileiras – o plano de construção de dois couraçados (*dreadnoughts*), navios então em toda a novidade e prestígio.

No curso da polêmica, que se estabeleceu na imprensa entre os dois países, refutou meu pai officiosamente qualquer intenção de hegemonia militar ou de ameaça, pois os dois couraçados destinavam-se a defender a longa costa do Brasil, de águas profundas, e jamais visavam os vizinhos do Sul, do mesmo modo que, por ocasião da guerra do Paraguai, tínhamos feito construir navios chatos, adaptados àquelas paragens, de águas rasas.

A fim de excitar, então, o sentimento nacionalista do país, Zeballos deu a conhecer a uma junta de notáveis um documento no qual, sob o título de *Correndo o Véu*, se procuravam demonstrar certas manobras subterrâneas do Brasil. Esse documento continha a tradução presumida de um telegrama, que ficou sendo o famoso nº 9, dirigido por meu pai ao Ministro do Brasil em Santiago do Chile, telegrama que, tendo transitado pelas linhas argentinas, fora decifrado em Buenos Aires pelo encarregado ali desse serviço. Nessa tradução emprestavam-se ao Governo do Brasil intenções hostis a

respeito da Argentina, de envolta com mal dissimuladas referências à ação de Zeballos.

Como era natural, esse documento levantou na opinião argentina, para quem fora escrito, muitas apreensões e alguma indignação. Julgava Zeballos que o Governo do Brasil conheceria tarde, ou não chegaria a conhecer, esse documento, e que, em todo o caso, seria impedido de responder pelo receio de desvendar sua cifra. A brochura chegou, porém, logo às mãos de meu pai, pois havia em Buenos Aires espíritos clarividentes e equitativos, que sabiam que a ameaça de um conflito não viria jamais dele.

Desfiz meu pai imediatamente a manobra, revelando sem dificuldade numa brochura a cifra confidencial de que se servia, e que por precaução mudava periodicamente, brochura que fez circular não só na América Latina, mas também entre o corpo diplomático de todo o mundo. Essa brochura continha apenas o texto cifrado do telegrama nº 9, o texto atribuído, a chave e o texto exato decifrado. À sua leitura era manifesto que nada continha de hostil, ao contrário revelava o pesar de que o programa de bom entendimento se tornasse difícil.

A repercussão dessa brochura foi enorme e um movimento de reação se operou contra Zeballos, que teve de demitir-se, enfraquecendo-se ali o sentimento de hostilidade que ele representava e que se substituiu, depois, pela política de aproximação sem nuvens que meu pai firmou com Saenz Peña, num momento que ficou célebre na história dos dois países.

Tal foi o último encontro entre Zeballos e meu pai. Cumpre notar que muitos anos antes, dirigia meu pai, ainda moço, a secção de política exterior da *A Nação*, jornal que fundara e dirigia, quando aconteceu que o Ministro Argentino no Brasil fez uma *démarche*, que ele classificou de *gaucherie*. Zeballos, que começava, também jovem, a carreira de jornalista no seu país, viu nisso intenção ofensiva, pois

filiava a palavra ao termo *gaúcho*, que no Brasil era antes elogioso e na Argentina, nesse tempo, queria dizer inculto ou grosseiro. Respondeu meu pai explicando o engano e dizendo que se tratava, quando muito, de uma censura atenuada. Supunha meu pai encerrado esse incidente e nem dele mais se lembrava quando, muitos anos depois, Zeballos fez ao mesmo alusão.

39. EPISÓDIOS FINAIS

Ali por 1910 fez Sarah Bernhardt uma *tournée* pela América do Sul. A última vez que havia estado no Brasil fora nos últimos anos do Império, tendo tido então seus triunfos habituais. Os estudantes chegaram a desatrelar os animais do seu carro, levando-a em delírio pela cidade.

Durante essa viagem ocorreram, porém, dois incidentes penosos. Enquanto representava, roubaram-lhe em casa as joias. Por outro lado, seu filho, então rapaz, fora maltratado em um dos cafés da capital. Sarah ficou magoada com isso, exprimindo-se, depois que partiu, em termos pouco lisonjeiros, quanto à hospitalidade brasileira, o que não era justo, em primeiro lugar porque o gatuno fora um espanhol, e, segundo, porque fora o próprio filho quem provocara o tumulto.

Quando se soube, no Rio de Janeiro, de sua próxima chegada, os estudantes, lembrando-se disso, prepararam-lhe uma recepção com vaias e batatas cozidas. Mas meu pai achou que devia intervir, impedindo essas manifestações no próprio interesse da cultura brasileira, pois Sarah era, na verdade, a maior artista do seu tempo; e recebê-la, esquecendo agravos antigos, equivalia para o povo carioca a uma prova de gosto artístico e boa educação. Por intermédio de Olavo Bilac e Domício da Gama, agiu junto dos moços nesse sentido.

No dia da estreia, meu pai, que raramente ia ao teatro, estava presente com minha irmã Hortênsia, eu próprio e os dois amigos referidos. Representava-se a *Sorcière* de Sardou, peça que parecia escrita para a artista e provavelmente o foi; a sala estava repleta. No que me respeita, apesar de ter ouvido Sarah representar em Paris, nunca a vi tão bem no seu papel como nessa noite. *Blasée* por triunfos sem precedentes, ela tinha em regra, durante a representação, uma

atitude um tanto desdenhosa, com exceção de alguns dez ou quinze minutos quando se empenhava a fundo no seu papel: os aplausos eram então frenéticos.

Nessa noite, Sarah estava informada das intenções da mocidade, de modo que nos últimos instantes sobrelevou-se como há muito tempo não acontecia. Ainda que quase setuagenária, tinha uma plástica que, desde que aparecia em cena, ofuscava instantaneamente as companheiras. O acolhimento glacial dos estudantes nas torrinhas, a reserva do público nas poltronas e camarotes, cedeu aos poucos ao poder da artista, de modo que, no segundo ato, alguns aplausos discretos apareceram e, no terceiro, foram gerais e calorosos. Sendo contagioso o entusiasmo, estava ganha para ela a partida, entrando nisso não somente o valor de Sarah, naquela noite excepcional, como também a generosidade do coração e do espírito brasileiro.

Foi meu pai ao camarim para felicitá-la. Sarah estava fatigada pelo grande esforço feito. Meu pai lhe disse a satisfação com que a vira transformar uma sala prevenida noutra de consagração total. “C’est si bon de vaincre, vous le savez mieux que personne, Monsieur le Baron!” respondeu Sarah com um lindo sorriso, então já em paz com o Brasil, que teve o bom gosto de com ela reconciliar-se.

Procurando a todo o propósito manter o tom cortês e fino, em que fora educado, mantinha meu pai sempre o máximo de moderação no trato com os outros.

Chegavam frequentemente ao seu gabinete os excessos de linguagem de um alto funcionário, aliás, devotado ao serviço, com o pessoal moço da Secretaria de Estado. E dizia a um ou outro íntimo:

– É penoso ouvir tais expressões, impróprias de um Ministério das Relações Exteriores. Há espíritos que pensam que a autoridade supõe rudeza de gestos ou de palavras.

Uma das coisas que o atraíam no comércio dos prelados era, aliás, esse nível de urbanidade de linguagem e de maneiras, que lhes davam tanta autoridade, em contraste com o que veio sucedendo depois.

Não gostava também meu pai de gracejos impróprios, mas um temperamento jovial, fora das horas de trabalho, não o desagradava. Era o caso de outro funcionário, de categoria menos elevada, rapaz excelente que, como grande caçador, tinha o fraco de todos os caçadores, o do exagero. Um dia em que esse funcionário tomava café com outros convivas na Westfalia, residência de verão em Petrópolis, o jardineiro assustado anunciou que havia um tigre no jardim.

A gente do povo chama em geral assim qualquer felino d'algumas proporções, embora não haja tigres no continente americano. Tratava-se, com efeito, de um gato-do-mato, com aspecto faminto e ao qual davam caça oito ou dez cães dinamarqueses que tínhamos. Ao alarma do jardineiro, o sangue do caçador ferveu. Aconselhou-lhe meu pai que subisse ao meu quarto – eu estava servindo na Legação em Berlim – e procurasse ali uma arma guardada. Com essa carabina Winchester, ele abateu o pobre animal.

Foi então uma série de elogios a essa façanha cinegética. Pensou meu pai em divertir-se um pouco à custa dela. Quando ele residia em Petrópolis, o telégrafo destacava uma turma de telegrafistas exclusivamente consagrada ao serviço. Com essa turma, organizou meu pai uma série de telegramas congratulatórios ao caçador, vindos de toda a parte do Brasil e mesmo do estrangeiro. Não cabia o destinatário em si de contente, admirando-se que tal fosse a repercussão do caso, quando teve que render-se à evidência, rindo-se, como todos os demais, da inocente pilhéria de que fora alvo.

Nesse tempo foi meu pai frequentemente objeto de ataques por parte de certos jornais, nem sempre muito escrupulosos na escolha dos argumentos. Mas nunca se deixou influenciar por nenhum

deles, nas suas decisões, quando, às vezes, as próprias autoridades se mostravam receosas.

Isto não quer dizer que não sentisse a injustiça de certas acusações. Ele citava então o exemplo de seu pai, o qual, atacado feroz e sistematicamente pela imprensa escravista, recusava tomar conhecimento dos artigos ou do que lhe iam contar certos amigos que há sempre em torno dos homens no poder. Como o Visconde, meu pai lia tudo para estar bem informado; mas seu poder de esquecimento acabava logo com a indignação suscitada. Às vezes se distraía mesmo com isso.

Entre esses jornais um hebdomadário acusou-o frequentemente de perdulário, repetindo a famosa frase “dinheiro haja, seu Barão”, atribuída ao Chefe de seu Gabinete, Pessegueiro do Amaral, que nunca a havia pronunciado, e que se molestava que o julgassem responsável por ela. Outro órgão da imprensa, este diário e célebre então por suas campanhas violentas contra todos os governos, não o poupou. Longe de indignar-se, dizia meu pai que ser assim atacado era prova de que servia bem ao país.

Isso me lembrava, longos anos antes, várias conversações que teve com amigos íntimos, especialmente o Comandante Dumontier, em Paris, e que se gravaram profundamente na memória do rapaz que eu era então; e de tal modo que, ao evocá-las, parece-me ouvir o timbre das duas vozes e suas diversas entonações.

Essas conversações se realizavam de preferência depois do jantar, quando o Comandante vinha nele tomar parte em nossa casa. Um dia, discutiram ambos sobre os atributos mais nobres e essenciais de um ente humano, em qualquer situação social. Julgava o Comandante que esses atributos eram a ordem e o amor do trabalho. Conhecendo as inclinações de meu pai, esperei vê-lo discorrer sobre o amor do trabalho. Qual não foi meu espanto ao ouvi-lo dizer num tom decidido: “É a paciência, que se chama também resignação”.

Respondeu o Comandante: “Tem razão; e esse conceito vindo de uma personalidade como a sua, adquire significação especial”. O esforço que meu pai havia desenvolvido para alcançar essa virtude lhe conferia, a meus olhos, ainda maior valor.

Tinha meu pai mais orgulho de sua vontade que de sua inteligência, pois se esta era grande e dela se servia sempre em benefício do Brasil, aquela fora fruto de sua perseverança. Por outro lado, seria desconhecer profundamente seu caráter se o acreditassem capaz de faltar à palavra dada. Contrariamente às ideias hoje em curso, julgava que cumprir o prometido era uma questão de honra pessoal acima de interesses por valiosos que fossem. Por isso, refletia bem antes de se comprometer, aplicando essa concepção tanto à vida privada como à pública.

Desmentiu também ele o provérbio, segundo o qual “il n’y a pas de grand homme pour son valet de chambre”. Os que serviam tinham bem a consciência de seu valor. Seu *maître d’hôtel* Mathieu Pauquet, de Berlim, pediu respeitosamente que lhe fosse comunicado pelo telégrafo o teor da sentença arbitral de Berna. E seu *valet de chambre* Karl Litterst, empregado depois a bordo de um dos navios do Lago dos Quatro Cantões, me disse algum tempo depois de sua morte:

– Homens como seu pai não deviam morrer.

Com efeito, através de um labor imenso e sem que fizesse derramar uma gota de sangue nem uma lágrima de mãe, ele ampliou o território nacional, como nenhum conquistador militar pôde fazer, pelas vitórias arbitrais de Washington e de Berna e pelos tratados com o Peru e a Bolívia, de cerca de 900 mil quilômetros quadrados.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



No início de 1910 o Barão do Rio Branco desesperava-se no Palácio Itamaraty. Em agudo contraste com a invariável contenção e sangue frio nas mais graves crises diplomáticas e políticas, a agonia do filho Raul, então próximo dos 37 anos, o abalara profundamente. Em meio ao desespero, o Barão revelou os dois elementos-chave para compreender a relação com o primogênito e, assim, a importância deste depoimento de Raul sobre o pai, agora republicado pela FUNAG: o impacto de seu nascimento na trajetória pessoal de Juca Paranhos e a profundidade dessa relação de pai e filho, que fez de Raul testemunha inigualável da vida, obra, sentimentos e pensamentos íntimos do futuro patrono da diplomacia brasileira.

Organizado em 39 capítulos bastante curtos, as *Reminiscências* trazem histórias saborosas sobre a vida privada e amizades de Paranhos Júnior. As anedotas passam sempre pelo filtro do filho dedicado. Mas, mesmo assim, alguns episódios – às vezes não intencionalmente – vislumbram situações curiosas e mesmo constrangedoras. Os relatos sobre as negociações e decisões políticas trazem elementos adicionais e anedotas para detalhar, contextualizar e colorir o que se sabe sobre as decisões e estratégias do estadista.

